

# Finanças Municipais na Região de Lisboa e Vale do Tejo

## Execução orçamental

2022

## FICHA TÉCNICA

<b>Propriedade</b>	Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional de Lisboa e Vale do Tejo, Instituto Público  Rua Alexandre Herculano, 37, 1250-009 Lisboa T: +351 213 837 100 F: +351 213 837 192 Website: <a href="http://www.ccdr-lvt.pt">http://www.ccdr-lvt.pt</a>
<b>Título</b>	Finanças Municipais na Região de Lisboa e Vale do Tejo   Execução orçamental   2022
<b>Coordenação</b>	Joaquim Francisco da Silva Sardenha (Vice-Presidente do Conselho Diretivo da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional de Lisboa e Vale do Tejo, I. P.)  Margarida Cucharra (Diretora da Unidade de Serviços Jurídicos e de Apoio à Administração Local)
<b>Revisão</b>	Alexandra Carapeto (Chefe de Divisão para a Administração Local)
<b>Elaboração técnica</b>	Alexandra Carapeto (DAL) Teresa Rosa (DAL)
<b>Tratamento de dados Prestação de Contas</b>	Alexandra Carapeto (DAL) Teresa Rosa (DAL)
<b>Data</b>	Novembro 2023
<b>ISBN</b>	978-989-9203-00-6

# ÍNDICE GERAL

SUMÁRIO EXECUTIVO .....	1
APRESENTAÇÃO.....	2
<b>CAPÍTULO I – RECEITA MUNICIPAL .....</b>	<b>5</b>
<b>1.1 ANÁLISE EVOLUTIVA DA RECEITA MUNICIPAL – 2018 A 2022 .....</b>	<b>5</b>
1.1.1 EVOLUÇÃO DA RECEITA TOTAL.....	5
1.1.2 EVOLUÇÃO DA RECEITA PRÓPRIA .....	8
1.1.3 EVOLUÇÃO DAS TRANSFERÊNCIAS .....	11
1.1.4 EVOLUÇÃO DO PASSIVO FINANCEIRO .....	13
<b>1.2 ANÁLISE DA RECEITA MUNICIPAL – 2022 .....</b>	<b>15</b>
1.2.1 RECEITA TOTAL.....	15
1.2.2 RECEITA PRÓPRIA .....	18
1.2.3 TRANSFERÊNCIAS .....	19
1.2.4 PASSIVO FINANCEIRO .....	20
<b>CAPÍTULO II – DESPESA MUNICIPAL .....</b>	<b>21</b>
<b>2.1 ANÁLISE EVOLUTIVA DA DESPESA MUNICIPAL – 2018 A 2022 .....</b>	<b>21</b>
2.1.1 EVOLUÇÃO DA DESPESA TOTAL .....	21
2.1.2 EVOLUÇÃO DA DESPESA COM O PESSOAL .....	24

2.1.3 EVOLUÇÃO DA DESPESA COM A AQUISIÇÃO DE BENS E SERVIÇOS CORRENTES .....	25
2.1.4 EVOLUÇÃO DAS TRANSFERÊNCIAS CORRENTES E SUBSÍDIOS .....	26
2.1.5 EVOLUÇÃO DO INVESTIMENTO DIRETO E INDIRETO .....	27
2.1.6 EVOLUÇÃO DO SERVIÇO DE DÍVIDA.....	28
<b>2.2 ANÁLISE DA DESPESA MUNICIPAL – 2022 .....</b>	<b>30</b>
2.2.1 DESPESA TOTAL .....	30
2.2.2 DESPESA COM O PESSOAL .....	33
2.2.2 DESPESA COM A AQUISIÇÃO DE BENS E SERVIÇOS.....	34
2.2.3 TRANSFERÊNCIAS CORRENTES E SUBSÍDIOS .....	35
2.2.4 INVESTIMENTO DIRETO E INDIRETO .....	36
2.2.5 SERVIÇO DE DÍVIDA .....	37
<b>CAPÍTULO III – CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>38</b>
CONCEITOS .....	42
PRINCIPAIS FONTES CONSULTADAS .....	44
ÍNDICE DE TABELAS E GRÁFICOS .....	45

## ANEXOS

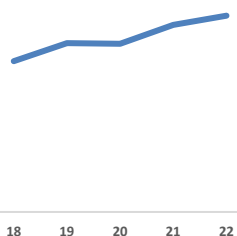
- I – Receitas municipais em 2022 dos municípios da RLVT
- II – Despesas municipais em 2022 dos municípios da RLVT

## LISTA DE ABREVIATURAS

AML	Área Metropolitana de Lisboa
CCDR LVT I.P	Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional de Lisboa e Vale do Tejo Instituto Público
CE	Classificação Económica
CP	Curto prazo
FAM	Fundo de Apoio Municipal
FEF	Fundo de Equilíbrio Financeiro
FSM	Fundo Social Municipal
IMI	Imposto Municipal Sobre Imóveis
IMT	Imposto Municipal Sobre as Transmissões Onerosas de Imóveis
INE	Instituto Nacional de Estatística
IUC	Imposto Único de Circulação
LOE	Lei do Orçamento do Estado
LT	Lezíria do Tejo
M€	Milhões de euros
MLP	Médio e Longo Prazo
MT	Médio Tejo
NUTS	Nomenclatura Comum das Unidades Territoriais para Fins Estatísticos
O	Oeste
POCAL	Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais
RFALEI	Regime Financeiro das Autarquias Locais e das Entidades Intermunicipais
RLE	Resultado Líquido do Exercício
RLVT	Região de Lisboa e Vale do Tejo
RNAP	Reposições não abatidas nos pagamentos
SIIAL	Sistema Integrado de Informação das Autarquias Locais
SNC-AP	Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas
UE	União Europeia
SGA	Saldo de Gerência Anterior
UE	União Europeia

# SUMÁRIO EXECUTIVO

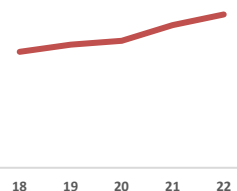
## RECEITA



Na RLVT, a receita municipal, ascendendo aos 4.426,66 M€ em 2022, cresceu +208,38 M€ face a 2021, essencialmente devido ao aumento dos impostos diretos, taxas multas e outras penalidades, bem como transferências correntes e venda de bens e serviços.

Contrariando esta tendência, destaque para a descida do saldo da gerência anterior, venda de bens de investimento e transferências da capital. Naturalmente e atendendo à diversidade de municípios, registam-se discrepâncias relevantes: a receita municipal oscilou, em 2022, entre os 1.071,23 M€ de Lisboa e os 7,74 M€ de Constância – amplitude de 1.063,49 M€.

## DESPESA



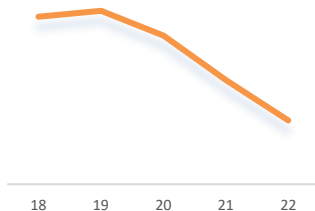
A despesa aumentou em 2022, face ao ano anterior, em +259,22 M€ para o total de 3.726,26 M€, com o contributo significativo das despesas com o pessoal, aquisição de bens e serviços, aquisição de bens de capital e com

passivos financeiros. Contrariando esta tendência regista-se

a descida das transferências correntes e subsídios, bem como transferências de capital, juros e outros encargos financeiros.

O peso relativo das despesas com o investimento direto e indireto desceu -4,5 p.p., bem como o peso conjunto das transferências correntes e subsídios -8,4%. Por contraponto regista-se a subida do peso das despesas com o pessoal +1,5%, do peso da aquisição de bens e serviços +5,2% e do peso dos passivos financeiros +1,9%, relativamente ao total das despesas. A amplitude de valores entre municípios foi, em 2022, de 971,49 M€, variando entre os 978,91 M€ de Lisboa e os 7,42 M€ de Golegã.

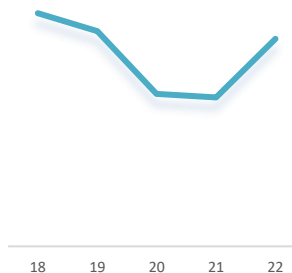
## INDEPENDÊNCIA FINANCEIRA



Em termos regionais, a independência financeira baixou de um rácio de 76,4% em 2018 para 71,2% em 2022, ano em que 7 municípios, 6 da AML e 1 do Oeste, apresentaram

índices superiores a 75%. Por outro lado, o rácio de receitas próprias sobre as receitas totais foi inferior a 50% em 14 municípios, em 2022. O melhor rácio registado (87,2%) pertenceu a Cascais e o menor ao Sardoal (13,8%).

## POUPANÇA CORRENTE



Quando medimos a proporção das receitas correntes face ao valor pago de despesas correntes, resulta a percentagem de excedente das receitas correntes sobre as despesas correntes. Entre 2018

e 2021 há uma descida contínua anual deste excedente, de 29,9% para 19,1%, subindo significativamente para 26,6%, em 2022. Todos os municípios da RLVT apresentaram excedentes de poupança corrente, neste período, à exceção de Sardoal que, em 2022, foi negativo.

## APRESENTAÇÃO

O presente relatório contém uma síntese dos principais aspetos da execução orçamental dos municípios da Região de Lisboa e Vale do Tejo (RLVT) relativa ao exercício de 2022, incluindo uma análise evolutiva desde 2018, tendo por fonte a informação contida nos documentos de prestação de contas relativas aos anos de 2018 a 2021 e da informação disponível no Portal Autárquico (DGAL)<sup>1</sup>, relativamente aos exercícios financeiros de 2018 a 2022.

De acordo com o princípio da autonomia financeira, as autarquias têm património e finanças próprios, cuja gestão compete aos respetivos órgãos, que têm o poder de arrecadar e dispor de receitas que por lei lhes são destinadas, e, de acordo com as decisões tomadas, têm expressão nas contas dos municípios e impacto nas economias dos seus territórios.

Ao longo do presente relatório serão referidas, sumariamente, o enquadramento das finanças locais e regras que influenciam as execuções orçamentais dos municípios, que julgamos importante para eventuais interpretações dos resultados apurados.

Importa referir que a legislação aplicável às finanças locais no período em análise assenta na Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, que entrou em vigor em 2014<sup>2</sup>, alterando o quadro legislativo e definindo o novo regime financeiro das autarquias locais e das entidades intermunicipais.

O RFALEI define, em síntese, novas regras orçamentais, uma nova forma de cálculo das transferências do orçamento do Estado e um novo enquadramento para o cálculo e apuramento da dívida municipal bem como dos mecanismos de recuperação financeira, marcando de alguma forma, uma nova etapa para as finanças municipais.

Na nova redação do RFALEI, com a Lei n.º 51/2018, de 16 de agosto, encontra-se definido um conjunto de alterações ao nível da repartição de recursos públicos entre o Estado e os municípios<sup>3</sup>, bem como um período de convergência que vigorou de 2019 a 2021<sup>4</sup>.

Um dos princípios, relativo à estabilidade orçamental, pressupõe a sustentabilidade financeira das autarquias locais e uma gestão orçamental equilibrada<sup>5</sup>. Vigorando o princípio da estabilidade orçamental e o período de convergência entre 2019 e 2021, não se aplicou o disposto, como variação mínima, na alínea a) do n.º 1 do art.º 35 do RFALEI, ficando definido que a participação dos municípios nos impostos do Estado seria pelo menos igual à do ano anterior<sup>6</sup>.

A esta participação acresceu<sup>7</sup> o montante correspondente à aplicação de uma participação de 7,5% na receita do IVA<sup>8</sup>, tendo-se previsto também um regime transitório para os anos 2020 e 2021.

Assim, neste enquadramento foi determinado:

- Uma nova transferência relativa à participação de 7,5% na receita do IVA, prevista no Orçamento do Estado a partir de 2020.
- A inclusão de uma nova parcela resultante do excedente da variação da participação de cada município nos impostos do Estado, por via do FEF, do FSM e do IRS, a distribuir de forma proporcional, pelos municípios, nos termos do n.º 3 do artigo 35.º do RFALEI - verbas previstas nos sucessivos Orçamentos de Estado.

Destaque também para a articulação do RFALEI com as leis do Orçamento do Estado e a Lei de Enquadramento Orçamental<sup>9</sup>, estabelecendo-se regras de elaboração e execução dos orçamentos municipais, regras de equilíbrio orçamental, tetos de despesa e de enquadramento da dívida e seus limites.

Note-se que muitas das vezes as regras definidas pelas leis de finanças locais vigentes, foram alteradas pelas leis anuais do orçamento do Estado, que suspenderam temporariamente ou alteraram as regras, o que dificulta o enquadramento que está subjacente às tomadas de decisão, com reflexos na execução orçamental e financeira municipal.

Com a melhoria da conjuntura, e até ao ano de 2019, assistiu-se também a um aumento de normas que vieram introduzir alterações às regras vigentes, como as diversas exceções à regra da dívida total ou nos efeitos legais da sua violação bem

<sup>1</sup> PORTAL AUTÁRQUICO EM [WWW.PORTALAUTARQUICO.DGAL.GOV.PT/](http://WWW.PORTALAUTARQUICO.DGAL.GOV.PT/). ATÉ AOS EXERCÍCIOS FINANCEIROS DE 2019 A APLICAÇÃO INFORMÁTICA CENTRALIZADORA DOS PRINCIPAIS DADOS DE PRESTAÇÃO DE CONTAS DAS AUTARQUIAS, VALIDADOS PELA CCDR, ASSENTAVA NO SIAL - SISTEMA INTEGRADO DE INFORMAÇÃO DAS AUTARQUIAS LOCAIS. COM A ENTRADA EM VIGOR DO SNC-AP FOI NECESSÁRIO ADAPTAR O SISTEMA DE INFORMAÇÃO E DE REPORTE DE DADOS AO NOVO SISTEMA CONTABILÍSTICO, TENDO SIDO CRIADA PELA DGAL, EM ALTERNATIVA AO SIAL, UMA NOVA APLICAÇÃO DESIGNADA POR SISAL - SISTEMA DE INFORMAÇÃO PARA O SUBSETOR DA ADMINISTRAÇÃO LOCAL - NA QUAL AS AUTARQUIAS LOCAIS, A PARTIR DE 2020, TÊM VINDO A CARREGAR A INFORMAÇÃO RELATIVA ÀS RESPECTIVAS DEMONSTRAÇÕES DE EXECUÇÃO ORÇAMENTAIS E FINANCEIRAS, REMETENDO CADA UMA DAS PEÇAS DE RELATO, NO CUMPRIMENTO DO EXPRESSO NA PORTARIA N.º 128/2017.

<sup>2</sup> APROVA O REGIME FINANCEIRO DAS AUTARQUIAS LOCAIS E DAS ENTIDADES INTERMUNICIPAIS (RFALEI), NA REDAÇÃO DADA PELA LEI N.º 51/2018, DE 16 DE AGOSTO.

<sup>3</sup> CONFORME N.º 7 DO ARTIGO 5 DA LEI N.º 73/2013, DE 3 DE SETEMBRO, NA SUA ATUAL REDAÇÃO - A PERCENTAGEM DE CONVERGÊNCIA DAS TRANSFERÊNCIAS REFERIDA NO NÚMERO ANTERIOR É PROPOSTA PELO CONSELHO DE COORDENAÇÃO FINANCEIRA (CCF), NOS TERMOS DO ARTIGO 12.º, NO ÂMBITO DA PREPARAÇÃO DO PROGRAMA DE ESTABILIDADE.

<sup>4</sup> MAIS INFORMAÇÃO DISPONÍVEL EM [HTTPS://WWW.CCDR-LVT.PT/WP-CONTENT/UPLOADS/2022/10/PARTICIPACAO-NOS-IMPOSTOS-DO-ESTADO\\_MUNICIPIOS-RLVT-2019-2022.PDF](https://www.ccdr-lvt.pt/wp-content/uploads/2022/10/PARTICIPACAO-NOS-IMPOSTOS-DO-ESTADO_MUNICIPIOS-RLVT-2019-2022.PDF)

<sup>5</sup> CONFORME N.º 5 DO ARTIGO 5º DA LEI N.º 73/2013, DE 3 DE SETEMBRO, NA SUA ATUAL REDAÇÃO.

<sup>6</sup> CONFORME NÚMERO 8 DO ARTIGO 5 DA LEI N.º 73/2013, DE 3 DE SETEMBRO, NA SUA ATUAL REDAÇÃO.

<sup>7</sup> CONFORME N.º 6 DO ARTIGO 5º DA LEI N.º 73/2013, DE 3 DE SETEMBRO, NA SUA ATUAL REDAÇÃO.

<sup>8</sup> CONFORME ARTIGO 25º DA LEI N.º 73/2013, DE 3 DE SETEMBRO, NA SUA ATUAL REDAÇÃO.

<sup>9</sup> APROVADA PELA LEI N.º 151/2015, DE 11 DE SETEMBRO, NA SUA ATUAL REDAÇÃO.

como ao definido pela LCPA<sup>10</sup>, materializadas por diplomas legais que alteraram a letra das leis vigentes ou através das leis anuais do orçamento do Estado<sup>11</sup>.

No período em análise manteve-se a norma<sup>12</sup>, à semelhança de anos anteriores, que vedou aos municípios, em sede de elaboração dos documentos previsionais, a possibilidade de orçamentar receitas respeitantes à venda de bens imóveis em montante superior à média aritmética simples das receitas arrecadadas com a venda de bens imóveis nos últimos 36 meses que precedessem o mês da sua elaboração, com exceção das situações em que fosse demonstrada a existência de contrato já celebrado para a venda de imóveis, podendo nesta situação o montante orçamentado ser superior àquela média.

Neste enquadramento normativo das finanças municipais destaca também para o regime relativo à contabilidade das autarquias locais, das entidades intermunicipais e das suas entidades associativas visando a sua uniformização, normalização e simplificação, de modo a constituir um instrumento de gestão económico e financeiro.

Sendo que o presente relatório apresenta um enquadramento temporal de 2018 a 2022, a sua informação orçamental assenta em dois regimes contabilísticos distintos:

- POCAL<sup>13</sup>, Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais, que vigorou até 2019, inclusive. Um sistema que visou a criação de condições para a integração consistente da contabilidade orçamental, patrimonial e de custos numa contabilidade moderna, por forma a constituir um instrumento fundamental de apoio à gestão das autarquias locais.

- SNC-AP<sup>14</sup>, Sistema de Normalização para as Administrações Públicas, que entrou em vigor a 1 de janeiro de 2020. Aplica-se a todos os serviços e organismos da administração central, regional e local que não tenham natureza, forma e designação de empresa, permitindo o cumprimento de objetivos de gestão, de análise, de controlo e de informação, de acordo com o Sistema Europeu de Contas Nacionais e Regionais.

Os municípios estão obrigados a “prestar contas” anualmente, com o dever de fornecer informação oportuna e fiável, de forma a permitir executar o controlo financeiro, verificar a legalidade e analisar a eficácia, a eficiência e a economia das decisões.

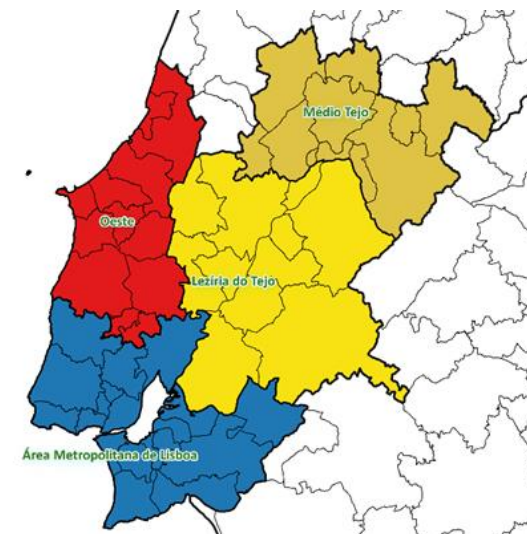
Por outro lado, a informação financeira dos municípios tem igualmente o dever de transparência, acessibilidade aos cidadãos<sup>15</sup> e envio às entidades institucionais<sup>16</sup>.

O classificador económico das receitas e despesas utilizado pelas autarquias locais na preparação dos documentos foi o que resulta da adaptação da classificação económica das receitas e despesas públicas constante do Decreto-Lei n.º 26/2002, de 14 de fevereiro, às autarquias locais.

As receitas são agrupadas, pela sua natureza económica, em receitas correntes e receitas de capital. Com o Decreto-Lei n.º 26/2002, de 14 de fevereiro, passou ainda a haver um terceiro grupo, intitulado “outras receitas”.

As despesas são agrupadas pela sua natureza económica, em despesas correntes, despesas de capital e outras despesas.

A delimitação do universo do estudo assentou na desagregação territorial subjacente à área de atuação da CCDR<sup>17</sup>, que compreende 52 municípios, agregados por NUTS III<sup>18</sup>:



- **Área Metropolitana de Lisboa** – Alcochete, Almada, Amadora, Barreiro, Cascais, Lisboa, Loures, Mafra, Moita, Montijo, Odivelas, Oeiras, Palmela, Seixal, Sesimbra, Setúbal, Sintra e Vila Franca de Xira;
- **Lezíria do Tejo** – Almeirim, Alpiarça, Azambuja, Benavente, Cartaxo, Chamusca, Coruche, Golegã, Rio Maior, Salvaterra de Magos e Santarém;
- **Médio Tejo**<sup>19</sup> – Abrantes, Alcanena, Constância, Entroncamento, Ferreira do Zêzere, Mação, Ourém, Sardoal, Tomar, Torres Novas e Vila Nova da Barquinha;

<sup>10</sup> LEI DOS COMPROMISSOS E PAGAMENTOS EM ATRASO NAS ENTIDADES PÚBLICAS – LEI N.º 8/2012, DE 21 DE FEVEREIRO (NA SUA REDAÇÃO ATUAL).

<sup>11</sup> A TÍTULO DE EXEMPLO VEJA-SE A ALTERAÇÃO DO ARTIGO 52.º DA LEI DAS FINANÇAS LOCAIS, MATERIALIZADA PELA LEI DO ORÇAMENTO DE ESTADO (LOE) 2016 E QUE EM 2018 FICOU DENSIFICADO NA REDAÇÃO DADA PELA LEI N.º 51/2018, DE 16 DE AGOSTO.

<sup>12</sup> ESTA REGRA, APLICÁVEL INICIALMENTE NA ELABORAÇÃO DOS ORÇAMENTOS MUNICIPAIS PARA 2015, CONSTOU DO ARTIGO 253.º DA LEI N.º 83-C/2013, DE 31 DE DEZEMBRO (LEI DO ORÇAMENTO DO ESTADO PARA 2014) E TEM VINDO A CONSTAR SUCESSIVAMENTE DAS LOE.

<sup>13</sup> APROVADO PELO DECRETO-LEI N.º 54-A/99, DE 22 DE FEVEREIRO, NA SUA ATUAL REDAÇÃO.

<sup>14</sup> APROVADO PELO DECRETO-LEI N.º 192/2015, DE 11 DE SETEMBRO, NA SUA REDAÇÃO ATUAL.

<sup>15</sup> RAZÃO PELA QUAL AS CONTAS DEVEM SER PUBLICITADAS NO SÍTILO ELETRÓNICO DOS MUNICÍPIOS.

<sup>16</sup> PARA O EFEITO, OS DOCUMENTOS DE PRESTAÇÃO DE CONTAS DEVEM SER ENVIADOS AO TRIBUNAL DE CONTAS E À DGAL.

<sup>17</sup> O DECRETO-LEI N.º 228/2012, DE 25 DE OUTUBRO, APROVOU A ORGÂNICA DAS COMISSÕES DE COORDENAÇÃO E DESENVOLVIMENTO REGIONAL, E FOI ALTERADO PELOS DECRETOS-LEI N.º 68/2014, DE 8 DE MAIO, E N.º 24/2015, DE 6 DE FEVEREIRO.

<sup>18</sup> REGULAMENTO (UE) N.º 868/2014 DA COMISSÃO, DE 8 DE AGOSTO DE 2014 - NOMENCLATURA DAS UNIDADES TERRITORIAIS PARA FINS ESTATÍSTICOS.

<sup>19</sup> NOTE-SE QUE A DESAGREGAÇÃO UTILIZADA DIFERE DA PREVISTA NA LEI N.º 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO, QUE ESTABELECE O REGIME JURÍDICO DAS AUTARQUIAS LOCAIS, APROVA O ESTATUTO DAS ENTIDADES INTERMUNICIPAIS, ESTABELECE O REGIME JURÍDICO DA

- **Oeste** – Alcobaça, Alenquer, Arruda dos Vinhos, Bombarral, Cadaval, Caldas da Rainha, Lourinhã, Nazaré, Óbidos, Peniche, Sobral de Monte Agraço e Torres Vedras.

Este estudo encontra-se estruturado em três capítulos.

O primeiro capítulo desenvolve e caracteriza a receita municipal, inicialmente enquadrando-a no período de 2018 a 2022 e depois incidindo a sua análise sobre o exercício financeiro de 2022.

O segundo capítulo incide a sua apresentação sobre as despesas municipais, ilustrando inicialmente a sua evolução entre 2018 e 2022, depois caracterizando o seu desempenho orçamental nos anos 2022.

O estudo termina com um conjunto de notas finais, terceiro capítulo, evidenciando-se alguns aspetos conclusivos relativamente à gestão orçamental desenvolvida em 2018 versus 2022, incidindo sobre a estrutura evolutiva, destacando-se também a análise do índice de independência financeira e excedente de poupança corrente.

A metodologia adotada nos vários pontos foi semelhante – uma análise inicial da situação ao nível do conjunto dos municípios da RLVT, focalizando-se de seguida a situação por sub-região, ao nível das NUTS III.

Para complementar a análise, são apresentados um conjunto de conceitos relevantes para a melhor compreensão dos dados.

Finalmente, incluem-se também dois anexos:

- Principais dados das receitas municipais de 2023, por município.
- Principais dados das despesas municipais de 2023, por município.



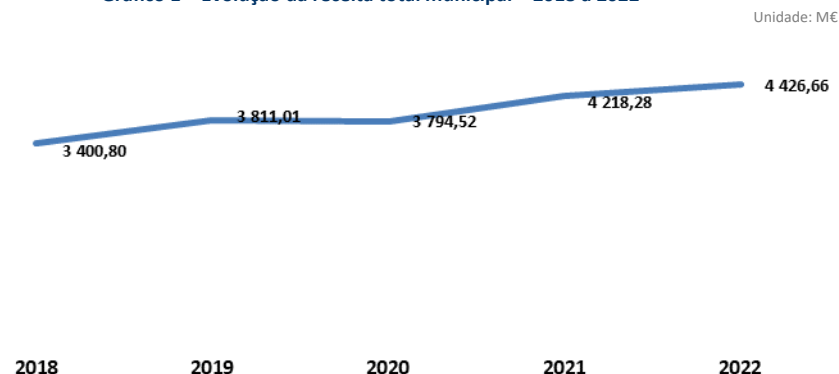
## CAPÍTULO I – RECEITA MUNICIPAL

### 1.1 ANÁLISE EVOLUTIVA DA RECEITA MUNICIPAL – 2018 A 2022

#### 1.1.1 EVOLUÇÃO DA RECEITA TOTAL

O ano de 2022 evidenciou uma cobrança de receitas municipais<sup>20</sup> na região na ordem dos 4.426,66 M€ superior em +208,38 M€ face ao ano transato, correspondente a +4,9%. Desde 2018 que as receitas cresceram +30,2%, correspondente a +1.025,86 M€.

Gráfico 1 – Evolução da receita total municipal – 2018 a 2022



Fonte: Prestações de Contas de 2018 a 2021 dos municípios da RLVT e SISAL - Relatório Demonstração de Execução Orçamental da Receita, Dez 2022.

A tendência de crescimento verificada desde 2018 caracteriza-se pelo aumento das receitas dos municípios da RLVT em 3 dos 4 anos seguintes, +12,1% (2019) e +11,2% (2021) e +4,9% (2022), registando-se uma ligeira descida, em -0,4%, no exercício de 2020.

Numa abordagem sub-regional sublinhe-se o crescimento das receitas municipais em todas as NUTS III, entre 2018 e 2022 e entre 2021 e 2022, confirmando a tendência regional, embora não de forma contínua ao longo dos anos.

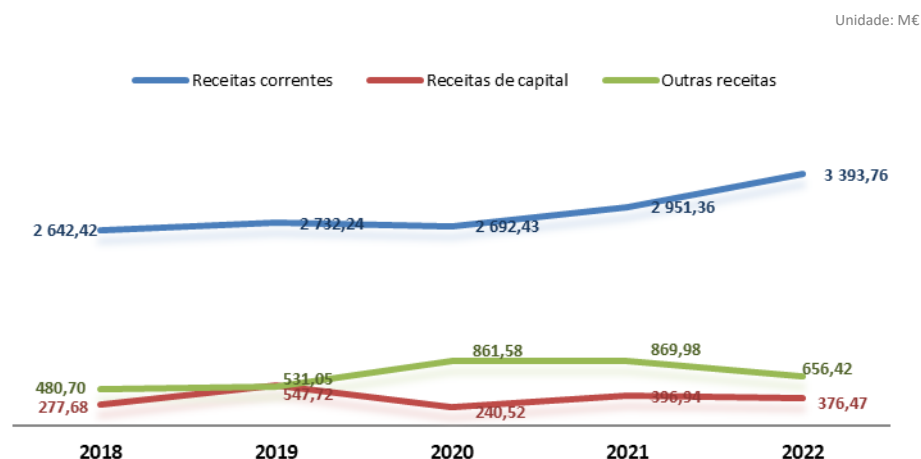
Tabela 1 – Evolução da receita municipal, por NUTS III – 2018 a 2022

Unidade: M€

Receita municipal	2018	2019	2020	2021	2022	Variação (%)	
						2021-2022	2018-2022
AML	2 686,51	3 056,27	3 029,89	3 336,46	3 447,68	3,3	28,3
Lezíria do Tejo	240,27	233,40	235,80	266,18	320,54	20,4	33,4
Médio Tejo	198,33	210,74	224,49	249,47	262,92	5,4	32,6
Oeste	275,69	310,60	304,34	366,17	395,52	8,0	43,5
<b>RLVT</b>	<b>3 400,80</b>	<b>3 811,01</b>	<b>3 794,52</b>	<b>4 218,28</b>	<b>4 426,66</b>	<b>4,9</b>	<b>30,2</b>

Fonte: Prestações de Contas de 2018 a 2021 dos municípios da RLVT e SISAL - Relatório Demonstração de Execução Orçamental da Receita, Dez 2022.

Gráfico 2 – Evolução da receita municipal, por natureza económica – 2018 a 2022



Fonte: Prestações de Contas de 2018 a 2021 dos municípios da RLVT e SISAL - Relatório Demonstração de Execução Orçamental da Receita, Dez 2022.

<sup>20</sup> O APURAMENTO E TRATAMENTO DAS RECEITAS MUNICIPAIS, NO ÂMBITO DESTA ESTUDO, TEVE POR BASE A CONSULTA AOS MAPAS DE DEMONSTRAÇÃO DE EXECUÇÃO ORÇAMENTAL DA RECEITA - RECEITAS COBRADAS LÍQUIDAS.

A linha evolutiva das receitas totais, ao longo dos 5 anos em análise, resultou essencialmente da dinâmica revelada pelas receitas correntes (subida anual contínua com exceção de 2020), e outras receitas (subida contínua até 2021), influenciada também pelo crescimento das receitas de capital, pese embora as descidas em 2020 e em 2022, sendo que esta última foi mais que compensada pela subida relevante das receitas correntes, neste último ano:

- Receitas correntes – aumento da cobrança de impostos diretos (à exceção de 2019 e de 2020), crescimento contínuo das transferências correntes recebidas, e subida, em 2019 e em 2022, da venda de bens e serviços correntes;
- Outras receitas – subida contínua da receita associada à utilização do saldo da gerência anterior<sup>21</sup>, exceção relativa a 2022, em que este agregado desceu de 864 M€ para 652 M€;
- Receitas de capital – em quatro dos cinco exercícios financeiros em análise, os passivos financeiros registados foram superiores aos evidenciados em 2018 (118 M€), sendo de 135 M€, em 2022. A venda de bens de investimento tem apresentado uma tendência genérica de descida (18 M€, em 2022), sendo que o ano de 2019 evidencia um valor excepcional, por conta da venda de terrenos efetuada pelo município de Lisboa<sup>22</sup>. Mais contínua foi a subida por parte das transferências de capital, exceção ocorrida em 2022, ano em que atingiu os 194 M€ (-1,6%).

Gráfico 3 – Variação da receita municipal, por natureza económica – 2018 a 2022



Fonte: Prestações de Contas de 2018 a 2021 dos municípios da RLVT e SISAL - Relatório Demonstração de Execução Orçamental da Receita, Dez 2022.

Analisando a tendência evolutiva dos agregados de receitas, entre 2021 e 2022, constata-se um crescimento anual das receitas correntes, cuja relevância permitiu um aumento da receita total, mas decréscimos anuais nas receitas de capital e nas outras receitas, conforme Tabela 2

- Aumentaram os valores de receitas cobradas em impostos diretos, taxas, multas e outras penalidades, transferências correntes – estas essencialmente por via do aumento das transferências do Orçamento do Estado - venda de bens e serviços correntes e outras receitas correntes, passivos financeiros e outras receitas de capital;
- Diminuíram as receitas arrecadadas pelos municípios ao nível dos impostos indiretos<sup>23</sup> rendimentos da propriedade, venda de bens de investimento, transferências de capital – estas essencialmente por via da descida das transferências do Orçamento do Estado relativas à parcela do excedente, nos termos do n. 3 do artigo 35º do RFALEI<sup>24</sup> – ativos financeiros, reposições não abatidas nos pagamentos e saldo da gerência anterior.

Tabela 2 – Evolução da receita municipal, por natureza económica – 2018 a 2022

Unidade: M€

Receita municipal	2018	2019	2020	2021	2022	Variação (%)	
						2021/22	2018/22
Impostos diretos	1 427,57	1 424,78	1 406,26	1 562,34	1 765,51	13,0	23,7
Impostos indiretos	53,46	61,06	13,43	6,25	5,75	-8,0	-89,3
Taxas, multas, out. penalidades	113,06	138,40	137,22	169,36	212,73	25,6	88,2
Rendimentos da propriedade	74,45	80,43	76,59	83,08	77,86	-6,3	4,6
Transferências correntes	592,96	621,71	726,67	800,01	944,72	18,1	59,3
Venda bens serviços correntes	350,91	365,90	299,69	292,11	342,79	17,4	-2,3
Outras receitas correntes	30,01	39,96	32,57	38,22	44,41	16,2	48,0
<b>Receitas correntes</b>	<b>2 642,42</b>	<b>2 732,24</b>	<b>2 692,43</b>	<b>2 951,36</b>	<b>3 393,76</b>	<b>15,0</b>	<b>28,4</b>
Venda de bens investimento	56,41	274,93	24,93	25,68	17,98	-30,0	-68,1
Transferências de capital	91,86	124,53	152,00	197,09	193,87	-1,6	111,0
Ativos financeiros	1,51	0,34	2,36	31,97	17,76	-44,5	1075,7
Passivos financeiros	118,31	140,57	52,71	132,44	134,78	1,8	13,9
Outras receitas de capital	9,59	7,36	8,52	9,76	12,09	23,8	26,0
<b>Receitas de capital</b>	<b>277,68</b>	<b>547,72</b>	<b>240,52</b>	<b>396,94</b>	<b>376,47</b>	<b>-5,2</b>	<b>35,6</b>
Reposições não abatidas pagamentos	2,11	1,98	2,51	6,41	4,76	-25,8	125,3
Saldo da gerência anterior	478,59	529,06	859,07	863,57	651,66	-24,5	36,2
<b>Outras receitas</b>	<b>480,70</b>	<b>531,05</b>	<b>861,58</b>	<b>869,98</b>	<b>656,42</b>	<b>-24,5</b>	<b>36,6</b>
<b>Receita total</b>	<b>3 400,80</b>	<b>3 811,01</b>	<b>3 794,52</b>	<b>4 218,28</b>	<b>4 426,66</b>	<b>4,9</b>	<b>30,2</b>

Fonte: Prestações de Contas de 2018 a 2021 dos municípios da RLVT e SISAL - Relatório Demonstração de Execução Orçamental da Receita, Dez 2022.

Na evolução do peso dos principais agregados de receitas municipais, de 2018 a 2022, destaque:

- A cobrança de impostos diretos a rondar os 37%, sem grandes oscilações em 2019 e 2021, mas subindo para os 40% em 2022;

<sup>21</sup> PRESUME-SE QUE ESTE ACRÉSCIMO DO SALDO DA GERÊNCIA, POSSA TER SIDO INFLUENCIADO PELA NORMA QUE PREVÊ QUE A INTEGRAÇÃO DO SALDO DA GERÊNCIA ANTERIOR RELEVA NA PROPORÇÃO DA DESPESA CORRENTE QUE VISA FINANCIAR OU DA RECEITA QUE VISA SUBSTITUIR, PREVISTA NO ART.º 104 DA LEI DO ORÇAMENTO DO ESTADO DE 2018 E DENSIFICADA NO ART.º 40 DA LEI N.º 73/2013 NA REDAÇÃO DADA PELA LEI N.º 51/2018, DE 16/08.

<sup>22</sup> VER NO PONTO 1.1.2 A NOTA 26.

<sup>23</sup> COM O SNC-AP FOI FEITA UMA ALTERAÇÃO AO CLASSIFICADOR ECONÓMICO DAS RECEITAS QUE RESPEITA AO REGISTO DAS TAXAS. DE ACORDO COM AS NOTAS EXPLICATIVAS DO DECRETO-LEI N.º 26/2002, DE 14 DE FEVEREIRO, O REGISTO DAS TAXAS, INDEPENDENTEMENTE DE SEREM COBRADAS A PESSOAS COLETIVAS OU PARTICULARES, DEVE OCORRER NO CAPÍTULO 04 – TAXAS, MULTAS E OUTRAS PENALIDADES, E NÃO NO

CAPÍTULO 02 – IMPOSTOS INDIRETOS. ESTA ORIENTAÇÃO PODERÁ TER JUSTIFICADO A DIMINUIÇÃO DAS RECEITAS PREVISTAS NOS IMPOSTOS INDIRETOS E SUBIDA DAS TAXAS MUNICIPAIS.

<sup>24</sup> EM 2022 AS VARIAÇÕES MÁXIMAS E MÍNIMAS DA PARTICIPAÇÃO DE CADA MUNICÍPIO NOS IMPOSTOS DO ESTADO CUMPRIRAM COM O ESTIPULADO NO N.º 1 DO ART.º 35º DO RFALEI, NÃO SE APLICANDO AS MEDIDAS EXCEPCIONAIS QUE SE TINHAM TOMADO ENTRE 2019 E 2021, NO CONTEXTO DE CONVERGÊNCIA.

- A tendência de subida do peso das transferências correntes recebidas a partir de 2019, atingindo os 21,3% em 2022;
- Um peso da utilização do saldo da gerência anterior na casa dos 14% em 2018, 2019 e 2022, sendo superior a 20% nos outros anos;
- A descida contínua do peso da venda de bens e serviços, de 10,3% para 6,9%, entre 2018 e 2021, aumento pontual para 7,7% em 2022;
- A subida contínua do peso das taxas, multas e outras penalidades no total das receitas municipais – de 3,3%, em 2018, subiu gradualmente para 4,8% até 2022;
- A subida contínua do peso das transferências de capital no total das receitas municipais – de 2,7% em 2018 subiu gradualmente para 4,7% até 2021, seguindo-se uma descida pontual em 2022 (peso de 4,4%);
- Subidas e descidas anuais alternadas do peso do recurso a novos empréstimos, sendo de 3,5% em 2018 e de 3,0% em 2022.

**Tabela 3 – Evolução do peso da receita municipal, por natureza económica – 2018 a 2022**

Receita municipal	2018	2019	2020	2021	2022	Variação (%)	
						2021/22	2018/22
Impostos diretos	42,0	37,4	37,1	37,0	39,9	7,7	-5,0
Impostos indiretos	1,6	1,6	0,4	0,1	0,1	-12,3	-91,7
Taxas, multas, outras penalidades	3,3	3,6	3,6	4,0	4,8	19,7	44,6
Rendimentos da propriedade	2,2	2,1	2,0	2,0	1,8	-10,7	-19,7
Transferências correntes	17,4	16,3	19,2	19,0	21,3	12,5	22,4
Venda bens e serviços correntes	10,3	9,6	7,9	6,9	7,7	11,8	-25,0
Outras receitas correntes	0,9	1,0	0,9	0,9	1,0	10,7	13,7
<b>Receitas correntes</b>	<b>77,7</b>	<b>71,7</b>	<b>71,0</b>	<b>70,0</b>	<b>76,7</b>	<b>9,6</b>	<b>-1,3</b>
Venda de bens investimento	1,7	7,2	0,7	0,6	0,4	-33,3	-75,5
Transferências de capital	2,7	3,3	4,0	4,7	4,4	-6,3	62,1
Ativos financeiros	0,0	0,0	0,1	0,8	0,4	-47,1	803,2
Passivos financeiros	3,5	3,7	1,4	3,1	3,0	-3,0	-12,5
Outras receitas de capital	0,3	0,2	0,2	0,2	0,3	18,0	-3,2
<b>Receitas de capital</b>	<b>8,2</b>	<b>14,4</b>	<b>6,3</b>	<b>9,4</b>	<b>8,5</b>	<b>-9,6</b>	<b>4,2</b>
Reposições não abatidas pagamentos	0,1	0,1	0,1	0,2	0,1	-29,3	73,1
Saldo da gerência anterior	14,1	13,9	22,6	20,5	14,7	-28,1	4,6
<b>Outras receitas</b>	<b>14,1</b>	<b>13,9</b>	<b>22,7</b>	<b>20,6</b>	<b>14,8</b>	<b>-28,1</b>	<b>4,9</b>
<b>Receita total</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>		

Fonte: Prestações de Contas de 2018 a 2021 dos municípios da RLVT e SISAL - Relatório Demonstração de Execução Orçamental da Receita, Dez 2022.

Uma outra abordagem, considerando os valores das receitas por fontes de financiamento, permite aferir o seguinte:

- O valor de receitas próprias tendencialmente crescente, exceção no exercício financeiro de 2020, evidenciando-se uma capacidade crescente dos municípios em dependerem menos do financiamento de outras entidades;

- O valor total de transferências recebidas sempre crescente, subindo também significativamente o seu peso no total de receitas a partir de 2019, de 19,6% para 25,7% em 2022, situação que fez diminuir o peso das receitas próprias neste mesmo período, de 76,7% para 71,2%, pese embora o seu aumento em termos absolutos;
- Um valor e peso de receitas de empréstimos revelando subidas e descidas alternadas ao longo de cada ano, até 2021, continuando a subir em valor no ano de 2022, terminando este por evidenciar um acréscimo em +13,9% face a 2018. O peso dos passivos financeiros teve o seu pico mais alto em 2019 (3,7%) e o mais baixo em 2020 (1,4%), sendo de 3,0% em 2022.

**Tabela 4 – Evolução da receita municipal por fonte de financiamento – 2018 a 2022**

Receita municipal	2018	2019	2020	2021	2022	Variação (%)	
						2021/22	2018/22
Receitas próprias	2 597,68	2 924,20	2 863,14	3 088,74	3 153,30	2,1	21,4
Transferências	684,82	746,24	878,67	997,10	1 138,58	14,2	66,3
Passivos financeiros	118,31	140,57	52,71	132,44	134,78	1,8	13,9
<b>Receita total</b>	<b>3 400,80</b>	<b>3 811,01</b>	<b>3 794,52</b>	<b>4 218,28</b>	<b>4 426,66</b>	<b>4,9</b>	<b>30,2</b>

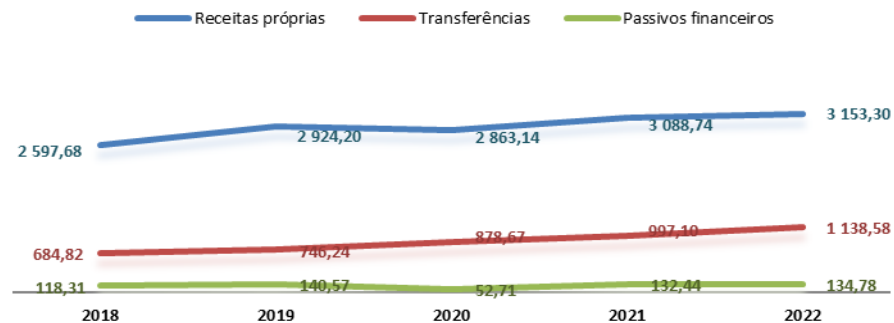
Unidade: M€  
Fonte: Prestações de Contas de 2018 a 2021 dos municípios da RLVT e SISAL - Relatório Demonstração de Execução Orçamental da Receita, Dez 2022.

**Tabela 5 – Evolução do peso da receita municipal por fonte de financiamento – 2018 a 2022**

Receita municipal	2018	2019	2020	2021	2022	Variação (%)	
						2021/22	2018/22
Receitas próprias	76,4	76,7	75,5	73,2	71,2	-2,7	-6,7
Transferências	20,1	19,6	23,2	23,6	25,7	8,8	27,7
Passivos financeiros	3,5	3,7	1,4	3,1	3,0	-3,0	-12,5
<b>Receita total</b>	<b>100</b>	<b>100</b>	<b>100</b>	<b>100</b>	<b>100</b>		

Unidade: %  
Fonte: Prestações de Contas de 2018 a 2021 dos municípios da RLVT e SISAL - Relatório Demonstração de Execução Orçamental da Receita, Dez 2022.

**Gráfico 4 – Evolução da receita municipal por fonte de financiamento – 2018 a 2022**

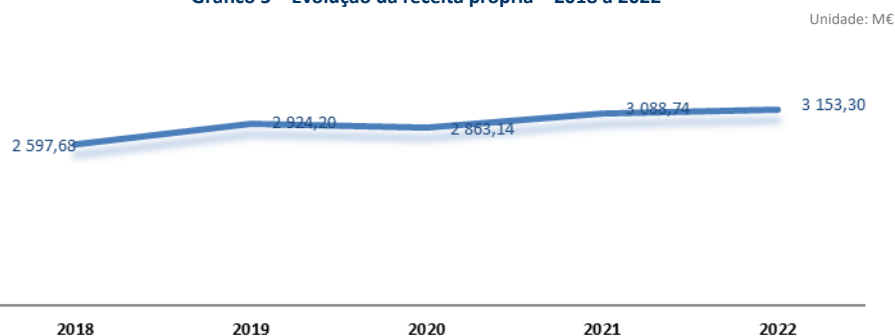


Fonte: Prestações de Contas de 2018 a 2021 dos municípios da RLVT e SISAL - Relatório Demonstração de Execução Orçamental da Receita, Dez 2022.

## 1.1.2 EVOLUÇÃO DA RECEITA PRÓPRIA

Entre 2018 e 2022, as receitas próprias, entendidas como todas as receitas à exceção das decorrentes do recurso a novos empréstimos bem como das transferências recebidas, registaram favoravelmente uma tendência crescente, aumentando +555,62 M€ (+21,4%), ou seja, evoluíram de um valor de 2.597,68 M€ para 3.153,30 M€.

Gráfico 5 – Evolução da receita própria – 2018 a 2022



Fonte: Prestações de Contas de 2018 a 2021 dos municípios da RLVT e SISAL - Relatório Demonstração de Execução Orçamental da Receita, Dez 2022.

Tabela 6 – Evolução da receita própria, por natureza económica – 2018 a 2022

Unidade: M€

Receita própria	2018	2019	2020	2021	2022	Variação (%)	
						2021/22	2018/22
Impostos diretos	1 427,57	1 424,78	1 406,26	1 562,34	1 765,51	13,0	23,7
Impostos indiretos	53,46	61,06	13,43	6,25	5,75	-8,0	-89,3
Taxas, multas, out. penalid.	113,06	138,40	137,22	169,36	212,73	25,6	88,2
Rendimentos da propriedade	74,45	80,43	76,59	83,08	77,86	-6,3	4,6
Venda bens serviços corrente	350,91	365,90	299,69	292,11	342,79	17,4	-2,3
Outras receitas correntes	30,01	39,96	32,57	38,22	44,41	16,2	48,0
Venda de bens investimento	56,41	274,93	24,93	25,68	17,98	-30,0	-68,1
Ativos financeiros	1,51	0,34	2,36	31,97	17,76	-44,5	1075,7
Outras receitas de capital	9,59	7,36	8,52	9,76	12,09	23,8	26,0
Reposições não abatidas pag.	2,11	1,98	2,51	6,41	4,76	-25,8	125,3
Saldo da gerência anterior	478,59	529,06	859,07	863,57	651,66	-24,5	36,2
<b>Total receita própria</b>	<b>2 597,68</b>	<b>2 924,20</b>	<b>2 863,14</b>	<b>3 088,74</b>	<b>3 153,30</b>	<b>2,1</b>	<b>21,4</b>

Fonte: Prestações de Contas de 2018 a 2021 dos municípios da RLVT e SISAL - Relatório Demonstração de Execução Orçamental da Receita, Dez 2022.

A evolução das receitas próprias, entre 2018 e 2022, resultou de dinâmicas distintas, nomeadamente:

- Aumento anual da receita fiscal com exceção ocorrida no exercício financeiro de 2020 em que houve descidas acumuladas de impostos diretos e indiretos <sup>25</sup>. A partir de 2020 releve-se o crescimento significativo dos impostos diretos, situação que levou de novo ao aumento da receita fiscal apesar da significativa descida das receitas decorrentes dos impostos indiretos;
- Aumento contínuo da receita decorrente do saldo da gerência anterior até 2021, segundo maior suporte financeiro das receitas próprias, ultrapassando significativamente a receita proveniente da venda de bens e serviços correntes, a qual subiu em 2019, caindo progressivamente até 2021, voltando a subir em 2022, ainda assim para valores inferiores aos de 2018;
- Evolução irregular dos rendimentos de propriedade, apresentando, em 2022, registos ligeiramente superiores aos de 2018 (+4,6%);
- Sucessivas subidas e descidas anuais na venda de bens de investimento, destacando-se 2019, ano que evidenciou um aumento em +387,4% face ao ano transato<sup>26</sup>.

Como referido a maior componente integrada nas receitas próprias é a receita fiscal, pelo que se desenvolve uma análise mais detalhada.

No período em análise a evolução genericamente crescente das receitas fiscais resultou de dinâmicas distintas na variação das suas componentes:

- Aumento do IMT em +54,5%, entre 2018 e 2022, em especial devido à sua subida a partir de 2020, sendo que a partir de 2021 se situou como a maior componente de receita fiscal, ultrapassando o IMI, registando, em 2022, o valor de 855 M€;
- Evolução de descidas e subidas anuais do IMI, refletindo uma subida ligeira em 2022 face ao ano transato (+0,6%), mas revelando valores inferiores relativamente a 2018 (-1,5%), passando a ser a segunda maior receita fiscal comum valor de 597 M€ em 2022;
- A terceira maior fonte de receita fiscal continua a resultar da derrama, a qual evidenciou uma coleta irregular, registando em 2022 o seu maior valor, 193,72 M€;

<sup>25</sup> A COBRANÇA FISCAL DE 2020 FOI FORTEMENTE AFETADA PELA PANDEMIA DE COVID-19.

<sup>26</sup> ESTE AUMENTO NA VENDA DE BENS DE INVESTIMENTO, QUE SE REPERCUTIU À ESCALA REGIONAL, TEVE POR BASE A VENDA DOS TERRENOS DE ENTRECAMPUS EM 2018, EFETUADA PELO MUNICÍPIO DE LISBOA, PELOS QUAIS RECEBEU EM 2019 CERCA DE 245,6 MILHÕES DE EUROS (FONTE: RELATÓRIO DE GESTÃO 2019 DO MUNICÍPIO DE LISBOA).

- As receitas fiscais provenientes do IUC têm revelado tendência de crescimento ligeiro, evoluindo dos 111 M€ em 2018 para os 119 M€ em 2022;
- Já os impostos indiretos continuam a revelar tendência global de descida, evoluindo de 53,46 M€ em 2018 para 5,75 M€ em 2022.

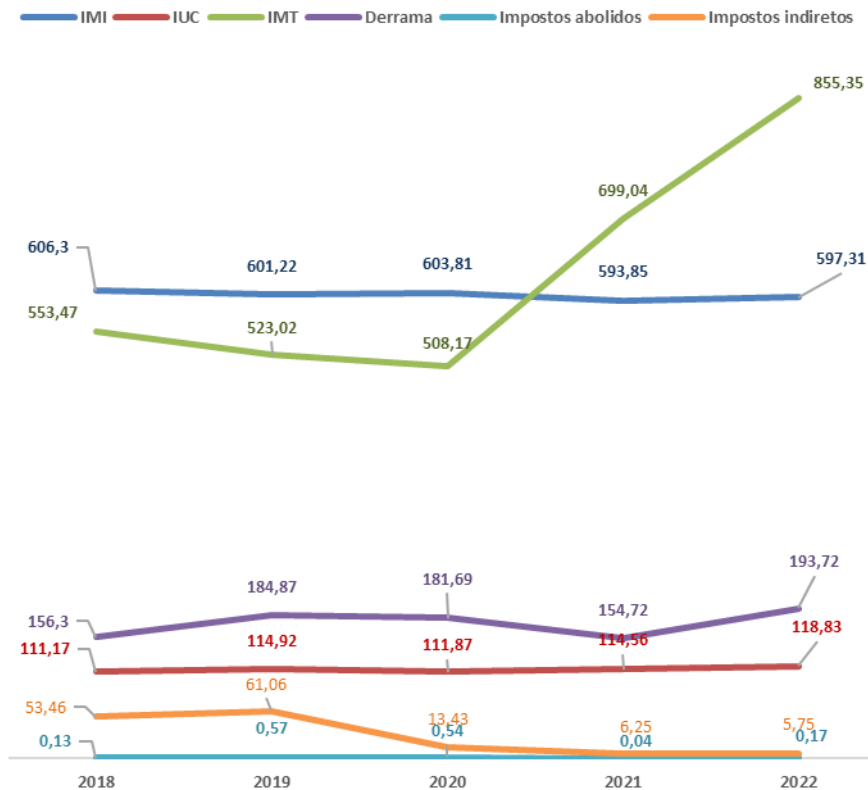
**Tabela 7 – Evolução da receita fiscal, por natureza económica – 2018 a 2022**

Receita fiscal	2018	2019	2020	2021	2022	Variação (%)	
						Unidade: M€	
						2021/22	2017/21
IMI	606,3	601,22	603,81	593,85	597,31	0,6	-1,5
IUC	111,17	114,92	111,87	114,56	118,83	3,7	6,9
IMT	553,47	523,02	508,17	699,04	855,35	22,4	54,5
Derrama	156,3	184,87	181,69	154,72	193,72	25,2	23,9
Impostos abolidos	0,13	0,57	0,54	0,04	0,17	322,4	30,9
Outros impostos diretos	0,2	0,18	0,18	0,13	0,13	-2,8	-35,1
<b>Impostos diretos</b>	<b>1 427,57</b>	<b>1 424,78</b>	<b>1 406,26</b>	<b>1 562,34</b>	<b>1 765,51</b>	<b>13,0</b>	<b>23,7</b>
<b>Impostos indiretos</b>	<b>53,46</b>	<b>61,06</b>	<b>13,43</b>	<b>6,25</b>	<b>5,75</b>	<b>-8,0</b>	<b>-89,3</b>
<b>Receita fiscal</b>	<b>1 481,03</b>	<b>1 485,84</b>	<b>1 419,69</b>	<b>1 568,59</b>	<b>1 771,25</b>	<b>12,9</b>	<b>19,6</b>

Fonte: Prestações de Contas de 2018 a 2021 dos municípios da RLVT e SISAL - Relatório Demonstração de Execução Orçamental da Receita, Dez 2022.

**Gráfico 6 – Evolução dos principais agregados da receita fiscal, por natureza económica – 2018 a 2022**

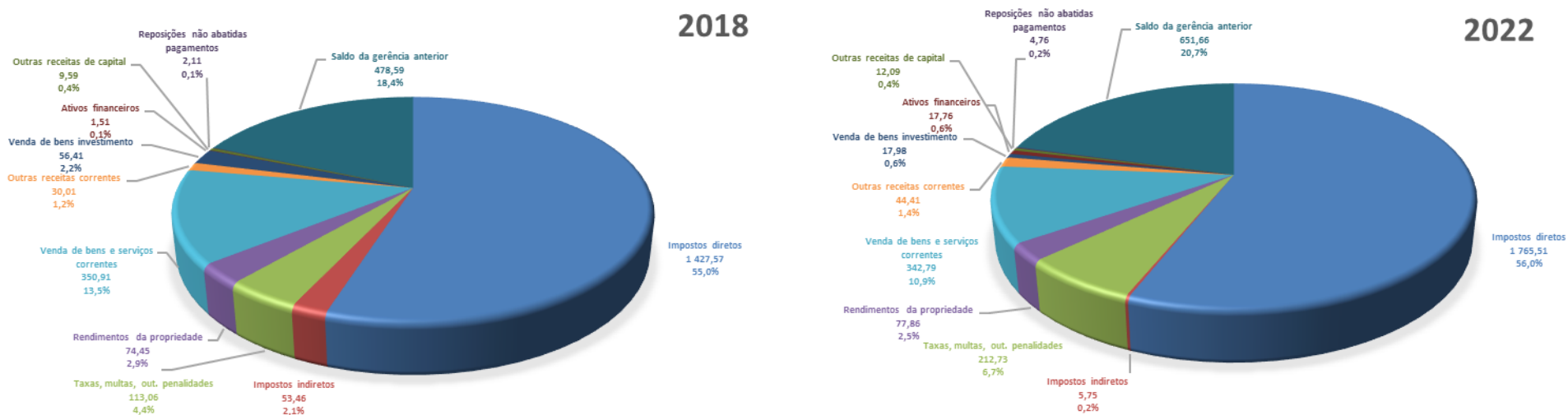
Unidade: M€



Fonte: Prestações de Contas de 2018 a 2021 dos municípios da RLVT e SISAL - Relatório Demonstração de Execução Orçamental da Receita, Dez 2022.

Gráfico 7 – Evolução da estrutura de receita própria – 2018 e 2022

Unidade: M€ e %



Fonte: Prestações de Contas dos municípios da RLVT de 2018 e SISAL - Relatório Demonstração de Execução Orçamental da Receita, Dez 2022.

Considerando agora o peso das componentes da receita própria, quando comparada a sua estrutura no ano de 2018 com a que resultou em 2022, releve-se o aumento do peso dos impostos diretos (de 55,0% passou para 56,0%), a importância crescente do peso relativo do saldo da gerência anterior<sup>27</sup> (de 18,4% para 20,7%) e a subida do peso das taxas multas e outras penalidades, de 4,4% para um peso de 6,7%. Em sentido inverso destaque para a descida do peso da venda de bens e serviços correntes, de 13,5% para 10,9% e do peso dos impostos indiretos, de 2,1% para 0,2%.

Numa outra abordagem de análise, a que evidencia a criação de receita própria dentro de cada sub-região da RLVT, e dentro desta, a receita fiscal, conclui-se que em todas as NUTS III ocorreu um crescimento favorável do nível destes agregados, quando comparados os exercícios financeiros de 2018 e de 2022, bem como face ao ano transato, única exceção para a AML em que se verificou um ligeiro decréscimo da receita própria, entre 2021 e 2022 (-0,3%), devido à descida do saldo da gerência anterior.

Tabela 8 – Evolução da receita própria, por NUTS III – 2018 a 2022

Unidade: M€

Receita própria	2018	2019	2020	2021	2022	Variação (%)	
						2021/22	2018/22
AML	2 208,22	2 508,77	2 462,83	2 630,31	2 622,69	-0,3	18,8
Lezíria do Tejo	121,46	125,10	116,39	139,85	164,95	17,9	35,8
Médio Tejo	97,46	102,54	97,67	107,12	122,94	14,8	26,1
Oeste	170,54	187,79	186,26	211,46	242,72	14,8	42,3
<b>RLVT</b>	<b>2 597,68</b>	<b>2 924,20</b>	<b>2 863,14</b>	<b>3 088,74</b>	<b>3 153,30</b>	<b>2,1</b>	<b>21,4</b>

Fonte: Prestações de Contas de 2018 a 2021 dos municípios da RLVT e SISAL - Relatório Demonstração de Execução Orçamental da Receita, Dez 2022.

Tabela 9 – Evolução da receita fiscal, por NUTS III – 2018 a 2022

Unidade: M€

Receita fiscal	2018	2019	2020	2021	2022	Variação (%)	
						2021/22	2018/22
AML	1 276,33	1 276,51	1 221,12	1 348,51	1 520,95	12,8	19,2
Lezíria do Tejo	61,46	58,33	52,22	58,24	70,10	20,4	14,1
Médio Tejo	44,52	45,10	43,59	45,36	48,67	7,3	9,3
Oeste	98,72	105,90	102,76	116,48	131,53	12,9	33,2
<b>RLVT</b>	<b>1 481,03</b>	<b>1 485,83</b>	<b>1 419,69</b>	<b>1 568,59</b>	<b>1 771,25</b>	<b>12,9</b>	<b>19,6</b>

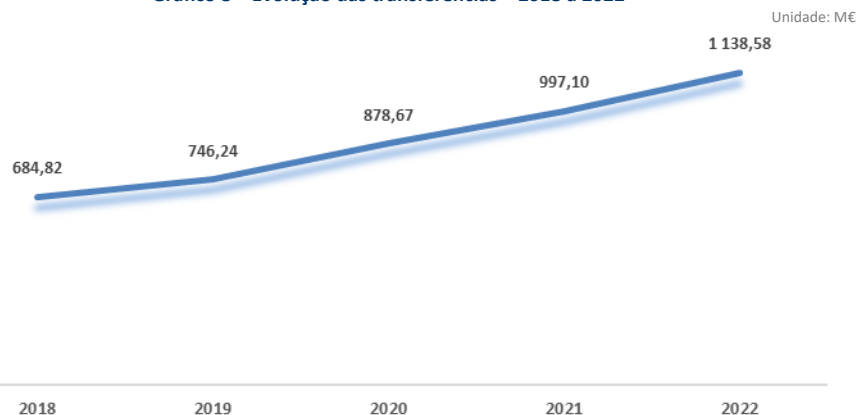
Fonte: Prestações de Contas de 2018 a 2021 dos municípios da RLVT e SISAL - Relatório Demonstração de Execução Orçamental da Receita, Dez 2022.

<sup>27</sup> ATENTE-SE QUE A UTILIZAÇÃO DO SALDO DE GERÊNCIA ANTERIOR EM DETERMINADO EXERCÍCIO FINANCEIRO REFLETE A REALIZAÇÃO DE POUPANÇA EM ANO(S) ANTERIOR(ES), PELOS MUNICÍPIOS.

## 1.1.3 EVOLUÇÃO DAS TRANSFERÊNCIAS

O período de gestão municipal em análise evidencia um crescimento contínuo das receitas provenientes de transferências, essencialmente compostas por transferências da Administração Central do Estado e por Fundos Comunitários, registando-se em 2022 um aumento em +453,76 M€ face a 2018, correspondente a uma variação positiva de +66,3%, evoluindo dos 684,82M€ para os 1.138,58 M€. Em 2022, 83% destas transferências eram de natureza corrente.

Gráfico 8 – Evolução das transferências – 2018 a 2022



Fonte: Prestações de Contas de 2018 a 2021 dos municípios da RLVT e SISAL - Relatório Demonstração de Execução Orçamental da Receita, Dez 2022.

O aumento das transferências correntes ficou reforçado, a partir de 2020, pela receita proveniente da participação de 7,5% na receita do IVA<sup>28</sup>, bem como de receita relativa à transferência de competências operadas pela Lei n.º 50/2018.

Por outro lado, o aumento das transferências de capital, particularmente entre 2018 e 2021, refletiu a subida na arrecadação de receita ao nível dos fundos comunitários, do novo fundo distribuído nos termos do n.º 3 do artigo 35.º do RFALEI – excedente<sup>29</sup>, e ainda da receita relativa à transferência de competências operadas pela Lei n.º 50/2018.

<sup>28</sup> CONFORME ARTIGO 26-A DA LEI N.º 73/2013, DE 3 DE SETEMBRO, NA SUA ATUAL REDAÇÃO. A PARTICIPAÇÃO NA RECEITA DO IVA É DISTRIBUÍDA AOS MUNICÍPIOS PROPORCIONALMENTE, DETERMINADA POR REFERÊNCIA AO IVA LIQUIDADO NA RESPECTIVA CIRCUNSCRIÇÃO TERRITORIAL RELATIVO ÀS ATIVIDADES ECONÓMICAS DE ALOJAMENTO, RESTAURAÇÃO, COMUNICAÇÕES, ELETRICIDADE, ÁGUA E GÁS.

<sup>29</sup> O ATUAL REGÍME FINANCEIRO DAS AUTARQUIAS LOCAIS, DECORRENTE DA ALTERAÇÃO INTRODUZIDA PELA LEI N.º 51/2018, DE 16 DE AGOSTO, PREVÊ A INCLUSÃO DE UMA NOVA PARCELA RESULTANTE DO EXCEDENTE DA VARIAÇÃO DA PARTICIPAÇÃO DE CADA MUNICÍPIO NOS IMPOSTOS DO ESTADO, POR VIA DO FEF, DO FSM E DO IRS A DISTRIBUIR DE FORMA PROPORCIONAL, PELOS MUNICÍPIOS.

<sup>30</sup> A ALTERAÇÃO AO RFALEI, EFETIVADA ATRAVÉS DA LEI N.º 51/2018, DE 16 DE AGOSTO, PREVÍU UM CONJUNTO DE ALTERAÇÕES AO NÍVEL DA REPARTIÇÃO DE RECURSOS PÚBLICOS ENTRE O ESTADO E OS MUNICÍPIOS, TENDO-SE DEFINIDO UM PERÍODO DE CONVERGÊNCIA QUE VIGOROU DE 2019 A 2021, NO ÂMBITO DA PREPARAÇÃO DO PROGRAMA DE ESTABILIDADE. NESTE PERÍODO, A PARTICIPAÇÃO DAS AUTARQUIAS LOCAIS NOS IMPOSTOS DO

Tabela 10 – Evolução das transferências, por natureza económica – 2018 a 2022

Transferências	2018	2019	2020	2021	2022	Unidade: M€	
						Varição (%)	2021-2022
FEF corrente	230,56	239,30	253,59	274,69	262,18	-4,6	13,7
Fundo Social Municipal	39,34	39,34	39,36	39,49	64,38	63,1	63,7
Participação fixa no IRS	187,30	191,38	203,55	218,00	223,78	2,7	19,5
Transf. competências Lei 50/2018	0,00	0,00	38,69	49,79	208,61	319,0	
Participação do IVA	0,00	0,00	30,85	33,35	15,85	-52,5	
Fundos comunitários correntes	3,39	5,29	26,75	37,92	29,00	-23,5	755,1
Outras transferências correntes	132,36	146,40	133,88	146,78	140,90	-4,0	6,5
<b>Transferências correntes</b>	<b>592,96</b>	<b>621,71</b>	<b>726,67</b>	<b>800,01</b>	<b>944,72</b>	<b>18,1</b>	<b>59,3</b>
FEF capital	26,07	28,04	28,94	31,21	28,57	-8,4	9,6
Cooperação. Técnica e Financeira	3,07	2,40	2,18	4,51	6,64	47,3	116,5
R. Cap. - art.º 35º n.º 3 da Lei73/2013	0,00	14,24	18,65	20,86	7,38	-64,6	
Transf. competências Lei 50/2018	0,00	0,00	0,82	0,89	0,46	-47,8	
Fundos comunitários de capital	43,36	47,19	77,05	126,73	123,00	-2,9	183,7
Outras transferências de capital	19,37	32,66	24,37	12,90	27,82	115,7	43,6
<b>Transferências de capital</b>	<b>91,86</b>	<b>124,53</b>	<b>152,00</b>	<b>197,09</b>	<b>193,87</b>	<b>-1,6</b>	<b>111,0</b>
<b>Total Transferências</b>	<b>684,82</b>	<b>746,24</b>	<b>878,67</b>	<b>997,10</b>	<b>1.138,58</b>	<b>14,2</b>	<b>66,3</b>

Fonte: Prestações de Contas de 2018 a 2021 dos municípios da RLVT e SISAL - Relatório Demonstração de Execução Orçamental da Receita, Dez 2022.

A evolução das transferências recebidas resultou de dinâmicas distintas na variação das suas componentes, com tendências diversas, entre 2018 e 2022 (ver Tabela 10), com destaque:

- Aumento contínuo das transferências correntes totais, com destaque para a componente associada ao FEF<sup>30</sup> corrente, a maior parcela das transferências recebidas, e ao IRS<sup>31</sup>, a segunda maior componente, às outras transferências correntes e aos fundos comunitários correntes. As novas transferências, designadamente a participação do IVA e a receita proveniente da transferência de competências ao abrigo da Lei nº 50/2018, ascenderam, em 2022, respetivamente aos 15,85 M€ e aos 208,61 M€, esta representando um aumento em 319% face a 2021<sup>32</sup>;
- Aumento contínuo das transferências de capital até 2021, descendo -1,6% em 2022. Esta evolução teve por principal suporte a subida das receitas provenientes dos fundos comunitários de capital até 2021, descendo no ano seguinte, relevando também a descida

ESTADO GARANTIA, FACE ÀS TRANSFERÊNCIAS EFETUADAS PELO ORÇAMENTO DO ESTADO DO ANO ANTERIOR, UMA VARIAÇÃO PERCENTUAL IGUAL À VARIAÇÃO DAS RECEITAS FISCAIS PREVISTAS NO PROGRAMA DE ESTABILIDADE.

NESSE ÂMBITO, FICOU CONSGRADO, NAS LEIS DO ORÇAMENTO DE ESTADO PARA 2019, 2020 E 2021, QUE A PARTICIPAÇÃO DE CADA MUNICÍPIO NOS IMPOSTOS DO ESTADO RESULTANTE DO DISPOSTO NOS N. 1 E 2 E NA ALÍNEA A) DO N.º 3 DO ARTIGO 35.º DA LEI N.º 73/2013, DE 3 DE SETEMBRO, NA SUA REDAÇÃO ATUAL, GARANTIA UM MONTANTE PELO MENOS IGUAL AO DO ANO ANTERIOR

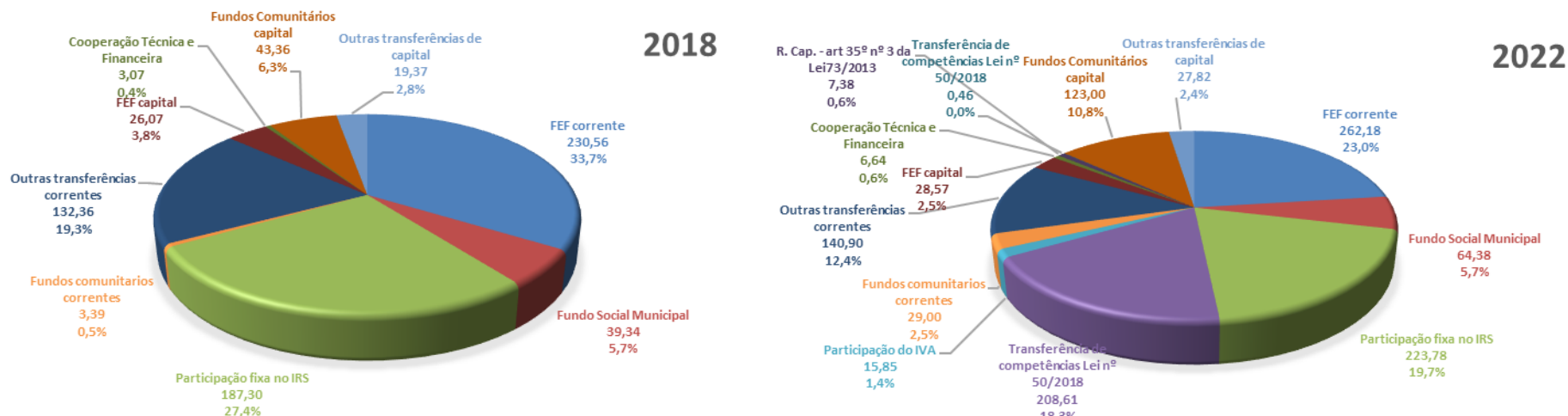
<sup>31</sup> REFIRA-SE QUE A PARTIR DO ANO DE 2015, DE ACORDO COM AS LEIS DO ORÇAMENTO DO ESTADO, A TRANSFERÊNCIA PARA OS MUNICÍPIOS DA PARTICIPAÇÃO VARIÁVEL NO IRS FOI SEMPRE ASSEGURADA TENDO EM CONTA O IRS GERADO LOCALMENTE, CONFORME AS RESPECTIVAS LOE, NO SENTIDO DE RESPONDER À NOVA LEI DAS FINANÇAS LOCAIS NA REDAÇÃO ATUAL, ART.º 81.

<sup>32</sup> FUNDO DE FINANCIAMENTO DA DESCENTRALIZAÇÃO E TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS AO ABRIGO DA DESCENTRALIZAÇÃO E DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS (ART.º 89 DA LOE 2022) E A SUBVENÇÃO ADICIONAL DO FSM (ART.º 103 DA LOE 2022).

neste último ano das transferências de capital recebidas ao abrigo do art.º 35º nº 3 da Lei nº 73/2013, tendo ascendido aos 20,86 M€ em 2021, sendo de 7,38 M€ em 2022.

Gráfico 9 – Evolução da estrutura das transferências recebidas – 2018 e 2022

Unidade: M€ e %



Fonte: Prestações de Contas dos municípios da RLVT de 2018 e SISAL - Relatório Demonstração de Execução Orçamental da Receita, Dez 2022.

Reflexo daquelas alterações ao regime financeiro das autarquias locais, o quadro caracterizador da estrutura das transferências recebidas, quando comparados os exercícios de 2018 e de 2022, revela algumas diferenças a destacar.

Tendência de decréscimo do peso do FEF e da participação fixa no IRS - de 33,7% e 27,4% em 2018 passou para 23,0% e 19,7% em 2022, respetivamente.

As receitas recebidas por transferência de competências, designadamente as correntes, atingiram um peso de 18,3% no total de transferências, em 2022.

Os fundos comunitários, correntes e de capital, evoluíram de um peso de 6,8% em 2018, para um peso de 13,3% em 2022.

A tabela seguinte destaca a tendência evolutiva ao nível das transferências recebidas pelos municípios quando enquadrados no âmbito das sub-regiões a que pertencem.

Pese embora ao longo do período em análise se tenha verificado tendências evolutivas distintas, constatou-se, tanto entre 2018 e 2022 como entre 2021 e 2022, subida do peso regional das transferências recebidas.

Esta tendência confirmou-se também ao nível sub-regional, nota de exceção para o Médio Tejo em que se verificou um ligeiro decréscimo das transferências recebidas, entre 2021 e 2022 (-3,2%) por conta da descida dos fundos comunitários de capital.

Tabela 11 – Evolução das transferências recebidas, por NUTS III – 2018 a 2022

Unidade: M€

Transferências	2018	2019	2020	2021	2022	Variação (%)	
						2021-2022	2018-2022
AML	404,15	443,83	531,18	597,01	726,94	21,8	79,9
Lezíria do Tejo	94,33	100,38	112,75	123,40	136,18	10,4	44,4
Médio Tejo	95,55	101,55	120,03	133,66	129,33	-3,2	35,4
Oeste	90,78	100,49	114,71	143,04	146,13	2,2	61,0
<b>RLVT</b>	<b>684,82</b>	<b>746,24</b>	<b>878,67</b>	<b>997,10</b>	<b>1 138,58</b>	<b>14,2</b>	<b>66,3</b>

Fonte: Prestações de Contas de 2018 a 2021 dos municípios da RLVT e SISAL - Relatório Demonstração de Execução Orçamental da Receita, Dez 2022.



## 1.1.4 EVOLUÇÃO DO PASSIVO FINANCEIRO

O período de gestão municipal em análise evidencia uma tendência irregular das receitas provenientes de passivos financeiros, essencialmente compostos por empréstimos de curto prazo e de médio e longo prazo.

O volume do recurso ao crédito em 2022 foi de 134,78 M€, valor superior em +16,47 M€ relativamente a 2018, ou seja, +13,9%.

Gráfico 10 – Evolução do passivo financeiro – 2018 a 2022



Fonte: Prestações de Contas de 2018 a 2021 dos municípios da RLVT e SISAL - Relatório Demonstração de Execução Orçamental da Receita, Dez 2022.

Tabela 12 – Evolução do passivo financeiro, por natureza económica – 2018 a 2022

Unidade: M€

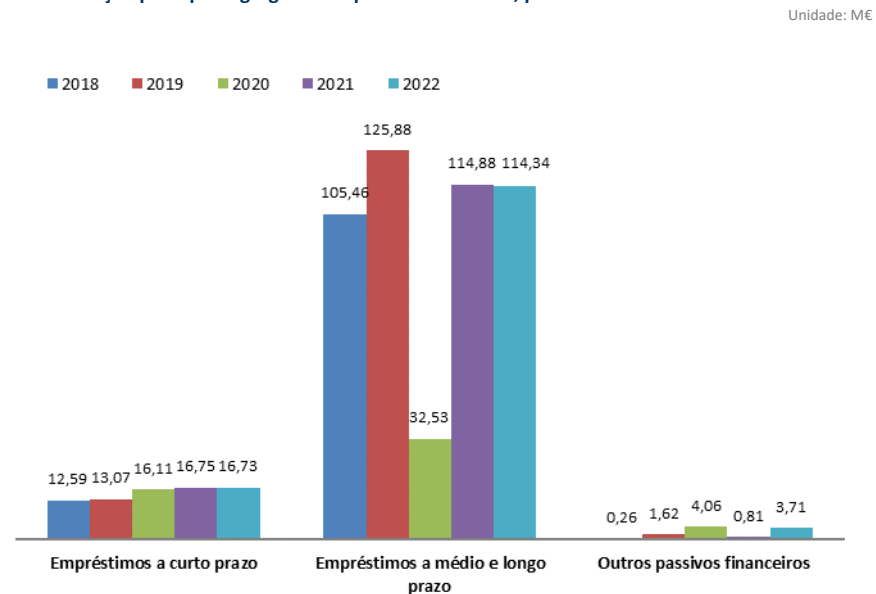
Passivos financeiros	2018	2019	2020	2021	2022	Variação (%)	
						2021/22	2018/22
Empréstimos a curto prazo	12,59	13,07	16,11	16,75	16,73	-0,1	32,9
Empréstimos a médio e longo prazo	105,46	125,88	32,53	114,88	114,34	-0,5	8,4
Outros passivos financeiros	0,26	1,62	4,06	0,81	3,71	358,4	1327,2
<b>Total passivo financeiro</b>	<b>118,31</b>	<b>140,57</b>	<b>52,71</b>	<b>132,44</b>	<b>134,78</b>	<b>1,8</b>	<b>13,9</b>

Fonte: Prestações de Contas de 2018 a 2021 dos municípios da RLVT e SISAL - Relatório Demonstração de Execução Orçamental da Receita, Dez 2022.

A evolução do passivo financeiro resultou de dinâmicas distintas na variação das suas componentes, entre 2018 e 2022, com destaque:

- Tendência de subida no recurso a novos empréstimos de curto prazo, subindo gradualmente de 12,59 M€ para 16,73 M€;
- Subidas e descidas anuais, alternadas, no recurso a novos empréstimos de médio e longo prazo, com particular destaque para a grande descida evidenciada em 2020, ano em que este agregado registou um valor de 32,53 M€, voltando a crescer significativamente em 2021, para valores mais altos que os de 2018, atingindo os 114,88 M€, mantendo-se quase constante em 2022, ano em que rondou os 114,34 M€.

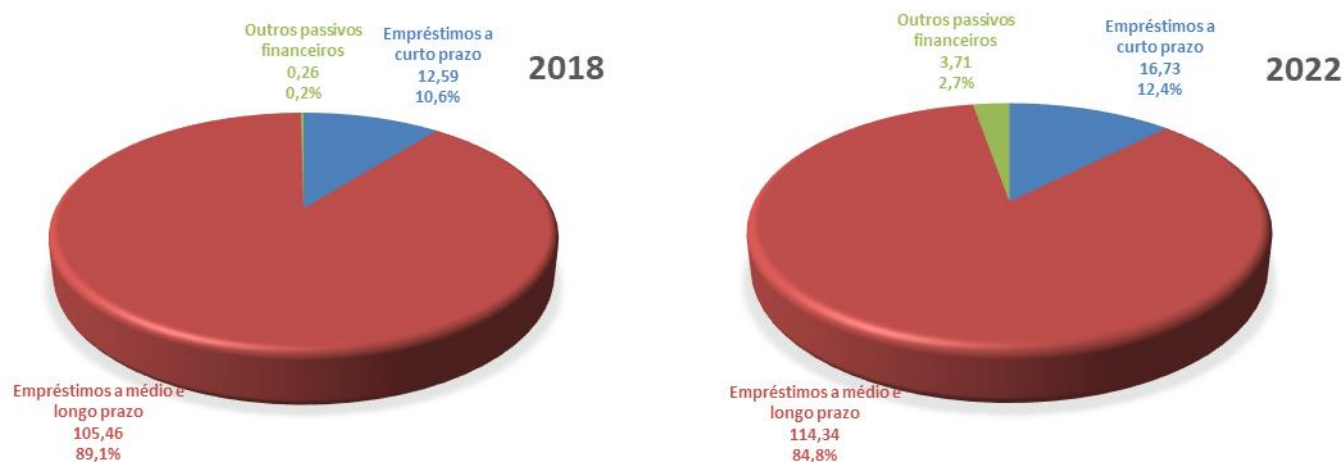
Gráfico 11 – Evolução principais agregados do passivo financeiro, por natureza económica – 2018 a 2022



Fonte: Prestações de Contas de 2018 a 2021 dos municípios da RLVT e SISAL - Relatório Demonstração de Execução Orçamental da Receita, Dez 2022.

Gráfico 12 – Evolução da estrutura do passivo financeiro – 2018 e 2022

Unidade: ME e %



Fonte: Prestações de Contas dos municípios da RLVT de 2018 e SISAL - Relatório Demonstração de Execução Orçamental da Receita, Dez 2022.

Esta dinâmica evolutiva do passivo financeiro evidenciou uma tendência de decréscimo do peso do recurso a novos empréstimos de médio e longo prazo (de 89,1% para 84,8%), comparando os exercícios de 2018 e de 2022, em contraponto à importância crescente do peso do recurso a novos empréstimos de curto prazo (de 10,6% cresceu para um peso de 12,4%).

No âmbito da análise do passivo financeiro no enquadramento territorial da RLVT cada sub-região apresenta as suas especificidades.

Destaque para o aumento significativo do recurso ao crédito ocorrido em 2021, face ao ano anterior:

- No caso da AML, destaque para a subida do recurso ao crédito contratualizado por parte dos municípios de Lisboa, Palmela e Seixal.
- No caso do Oeste regista para os municípios de Lourinhã, Nazaré, Peniche e Torres Vedras;
- A Lezíria do Tejo evidenciou uma dinâmica inversa, constatando-se uma descida nos outros passivos financeiros, evidenciada em especial pelos municípios de Coruche, Salvaterra de Magos e Santarém.

Em 2022, destaque para o recurso ao crédito contratualizado pelos municípios de Lisboa e Loures, o qual, no seu global, ascendeu a mais de metade do valor regional. Nota também para o município de Santarém, cujo passivo financeiro representou 77% do passivo financeiro da sub-região da Lezíria do Tejo.

Comparando 2018 com 2022, o número de municípios que recorreu a novos empréstimos, tanto de curto prazo quanto de médio e longo prazo, diminuiu de 31 para 29.

Por outro lado, constatou-se que 11 municípios da RLVT, designadamente, Abrantes, Alcobaça, Alenquer, Amadora, Azambuja, Bombarral, Cascais, Ferreira do Zêzere, Montijo, Sintra e Sobral de Monte Agraço, não recorreram ao crédito em qualquer dos exercícios financeiros compreendidos entre 2018 e 2022.

Tabela 13 – Evolução do passivo financeiro, por NUTS III – 2018 a 2022

Passivo financeiro	2018	2019	2020	2021	2022	Variação (%)	
						2021-2022	2018-2022
AML	74,13	103,68	35,88	109,14	98,05	-10,2	32,3
Lezíria do Tejo	24,48	7,92	6,66	2,93	19,41	562,3	-20,7
Médio Tejo	5,33	6,65	6,79	8,7	10,65	22,4	99,7
Oeste	14,37	22,32	3,37	11,67	6,68	-42,8	-53,5
<b>RLVT</b>	<b>118,31</b>	<b>140,57</b>	<b>52,71</b>	<b>132,44</b>	<b>134,78</b>	<b>1,8</b>	<b>13,9</b>

Fonte: Prestações de Contas de 2018 a 2021 dos municípios da RLVT e SISAL - Relatório Demonstração de Execução Orçamental da Receita, Dez 2022.

## 1.2 ANÁLISE DA RECEITA MUNICIPAL – 2022

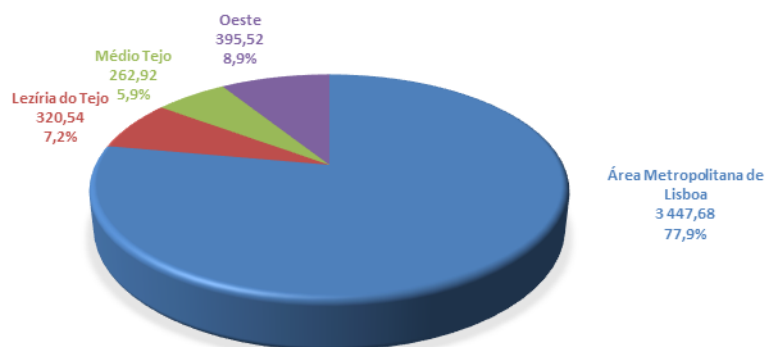
### 1.2.1 RECEITA TOTAL

As receitas municipais na RLVT ascenderam em 2022 aos 4.426,66 M€, sendo que mais de ¾ foram cobradas pelos municípios da AML.

A grande amplitude revela a heterogeneidade de situações na gestão municipal:

- O valor de receitas cobradas por Lisboa representa quase ¾ do valor total de receitas municipais da RLVT, seguindo-se Cascais, com 7,9% das receitas geradas na RLVT, valores muito díspares do valor mais baixo registado em Constância (0,2% do total regional);
- A amplitude na cobrança de receitas foi muito significativa, diferença entre a maior e menor cobrança de receitas rondando os 1,1 M€;
- Apenas 4 municípios – Lisboa, Cascais, Sintra e Oeiras, correspondentes a 8% dos municípios da região, concentram 44,4% do total de receitas municipais em 2022, sendo que 35 municípios, correspondentes a 66% dos municípios da RLVT, concentram à volta de 22% das receitas municipais regionais.

Gráfico 13 – Receita total dos municípios da RLVT, por NUTS III - 2022



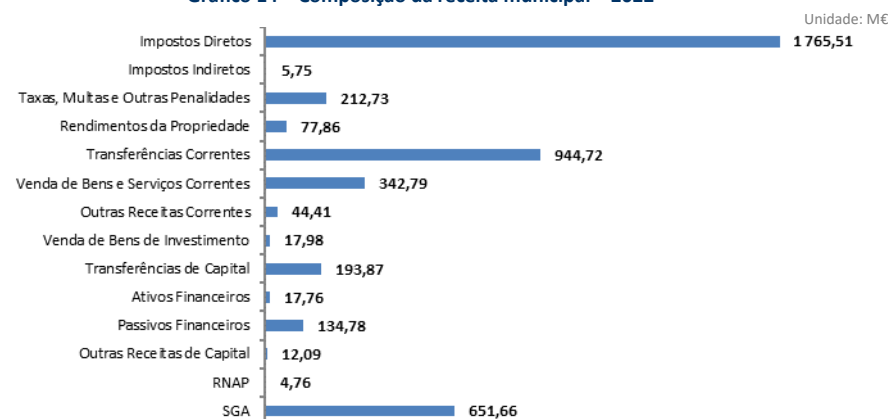
Fonte: SISAL - Relatório Demonstração de Execução Orçamental da Receita, Dez 2022, municípios RLVT.

Tabela 14 – Composição das receitas, por NUTS III – 2022

Receitas municipais	Por NUTS III				RLVT
	AML	LT	MT	O	
Impostos diretos	1 519,04	68,55	48,67	129,24	1 765,51
Impostos Indiretos	1,91	1,55	0,00	2,29	5,75
Taxas, multas e outras penalidades	194,31	5,54	4,77	8,11	212,73
Rendimentos de propriedade	51,16	6,26	8,11	12,34	77,86
Transferências correntes	611,44	111,61	107,95	113,72	944,72
Venda bens e serviços correntes	281,03	17,96	12,98	30,83	342,79
Outras receitas correntes	40,67	1,26	1,27	1,20	44,41
Venda de bens de investimento	15,84	0,75	0,57	0,82	17,98
Transferências de capital	115,51	24,57	21,38	32,40	193,87
Ativos financeiros	17,67	0,08	0,01	0,00	17,76
Passivos financeiros	98,05	19,41	10,65	6,68	134,78
Outras receitas de capital	10,80	0,12	0,59	0,58	12,09
Receitas não abatidas pagamentos	4,36	0,14	0,15	0,11	4,76
Saldo gerência anterior	485,91	62,74	45,81	57,20	651,66
<b>Receita total</b>	<b>3 447,68</b>	<b>320,54</b>	<b>262,92</b>	<b>395,52</b>	<b>4 426,66</b>

Fonte: SISAL - Relatório Demonstração de Execução Orçamental da Receita, Dez 2022, municípios RLVT.

Gráfico 14 – Composição da receita municipal – 2022



Fonte: SISAL - Relatório Demonstração de Execução Orçamental da Receita, Dez 2022, municípios RLVT.

As principais origens de receita municipal na RLVT, em 2022, decorreram da cobrança de impostos diretos (39,9%), transferências correntes (21,3%), utilização do saldo da gerência anterior (14,7%) e venda de bens e serviços correntes (7,7%).

71% das receitas tiveram por origem as receitas próprias, representando as transferências recebidas de outras entidades um peso na casa dos 26% e os passivos financeiros 3%.

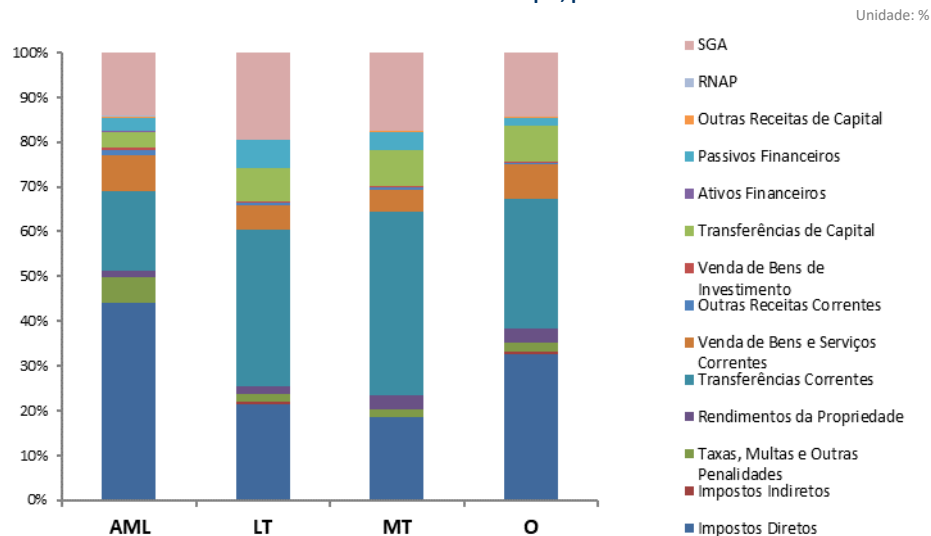
Tabela 15 – Estrutura da receita municipal, por NUTS III – 2022

Peso das receitas municipais	Por NUTS III				RLVT
	AML	LT	MT	O	
Impostos diretos	44,1	21,4	18,5	32,7	<b>39,9</b>
Impostos Indiretos	0,1	0,5	0,0	0,6	<b>0,1</b>
Taxas, multas e outras penalidades	5,6	1,7	1,8	2,1	<b>4,8</b>
Rendimentos de propriedade	1,5	2,0	3,1	3,1	<b>1,8</b>
Transferências correntes	17,7	34,8	41,1	28,8	<b>21,3</b>
Venda bens e serviços correntes	8,2	5,6	4,9	7,8	<b>7,7</b>
Outras receitas correntes	1,2	0,4	0,5	0,3	<b>1,0</b>
Venda de bens de investimento	0,5	0,2	0,2	0,2	<b>0,4</b>
Transferências de capital	3,4	7,7	8,1	8,2	<b>4,4</b>
Ativos financeiros	0,5	0,0	0,0	0,0	<b>0,4</b>
Passivos financeiros	2,8	6,1	4,0	1,7	<b>3,0</b>
Outras receitas de capital	0,3	0,0	0,2	0,1	<b>0,3</b>
Receitas não abatidas pagamentos	0,1	0,0	0,1	0,0	<b>0,1</b>
Saldo gerência anterior	14,1	19,6	17,4	14,5	<b>14,7</b>
<b>Total</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>

Unidade: %

Fonte: SISAL - Relatório Demonstração de Execução Orçamental da Receita, Dez 2022, municípios RLVT.

Gráfico 15 – Estrutura da receita municipal, por NUTS III – 2022



Unidade: %

Fonte: SISAL - Relatório Demonstração de Execução Orçamental da Receita, Dez 2022, municípios RLVT.

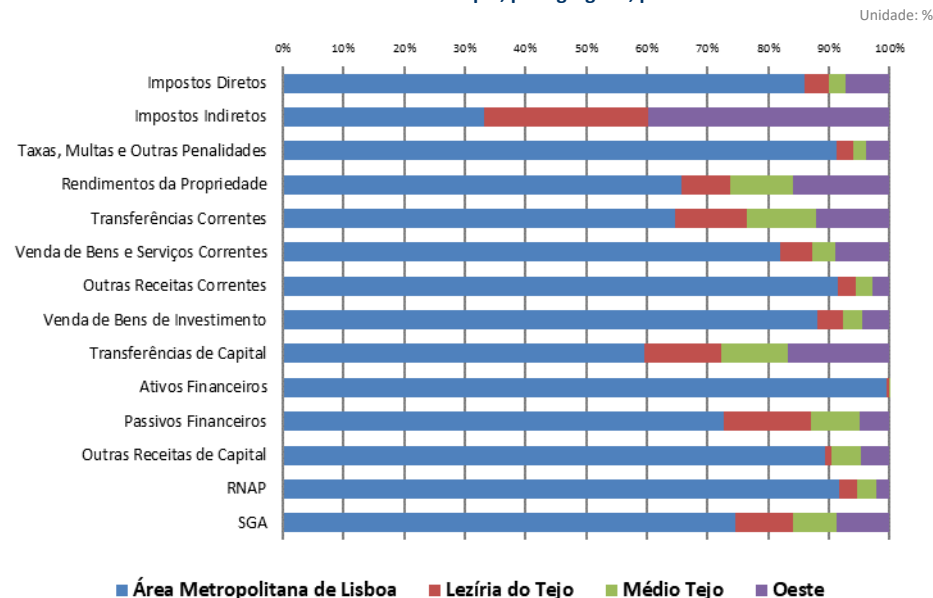
Cada sub-região apresentou situações distintas nos principais agregados de receitas:

- Na AML e no Oeste destaque para o peso dos impostos diretos, seguindo-se o peso das transferências correntes recebidas;
- No Médio Tejo e na Lezíria do Tejo o peso das transferências correntes recebidas ultrapassou o peso da cobrança de impostos diretos, no total das receitas.
- O peso das receitas associadas à utilização do SGA apresentou-se como a terceira maior fonte de receitas em todas as sub-regiões.

Analisando os diferentes agregados que compõem as receitas municipais voltamos a constatar a preponderância das cobranças registadas pelos municípios da Área Metropolitana de Lisboa, com destaque para as receitas fiscais, nomeadamente imposto municipal sobre as transmissões onerosas de imóveis (IMT), imposto municipal sobre imóveis (IMI) e derrama.

Nota também para o volume de transferências de capital registado pelos municípios da Lezíria do Tejo, Médio Tejo e do Oeste.

Gráfico 16 – Estrutura da receita municipal, por agregado, por NUTS III – 2022



Unidade: %

Fonte: SISAL - Relatório Demonstração de Execução Orçamental da Receita, Dez 2022, municípios RLVT.

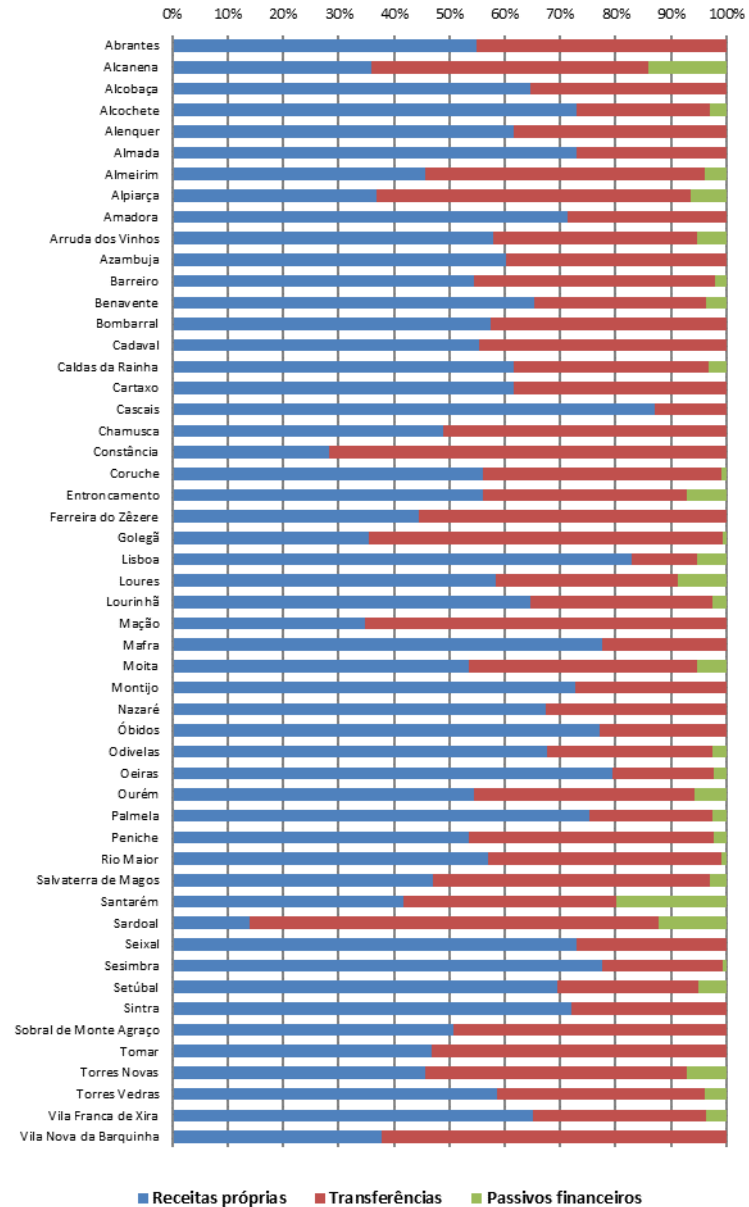
As tabelas seguintes evidenciam heterogeneidade no montante e composição das receitas municipais, muito reveladora de situações distintas, quer devido à dimensão dos municípios, à sua localização, densidade populacional e dimensão económica e financeira.

Tabela 16 – Receita municipal por fonte de financiamento – 2022

Municípios	Receitas próprias	Transferências	Passivos financeiros	Receitas totais
Abrantes	23,98	19,76	0,00	43,74
Alcanena	6,26	8,67	2,45	17,38
Alcobaça	41,60	22,77	0,00	64,37
Alcochete	23,79	7,92	0,95	32,67
Alenquer	24,53	15,26	0,00	39,79
Almada	110,73	41,14	0,00	151,87
Almeirim	12,76	14,04	1,10	27,91
Alpiarça	4,10	6,35	0,72	11,17
Amadora	107,76	43,30	0,00	151,06
Arruda dos Vinhos	9,41	5,97	0,85	16,23
Azambuja	15,25	10,11	0,00	25,36
Barreiro	34,33	27,36	1,34	63,04
Benavente	22,62	10,76	1,31	34,69
Bombarral	9,39	6,98	0,00	16,38
Cadaval	11,03	8,88	0,00	19,91
Caldas da Rainha	28,73	16,44	1,49	46,66
Cartaxo	17,28	10,80	0,00	28,08
Cascais	306,28	45,04	0,00	351,32
Chamusca	9,71	10,18	0,00	19,88
Constância	2,19	5,55	0,00	7,74
Coruche	22,93	17,56	0,34	40,84
Entroncamento	11,63	7,69	1,47	20,79
Ferreira do Zêzere	5,28	6,61	0,00	11,89
Golegã	2,84	5,10	0,05	7,99
Lisboa	887,43	127,97	55,83	1 071,23
Loures	102,25	57,44	15,43	175,12
Lourinhã	21,17	10,80	0,81	32,79
Mação	5,13	9,61	0,00	14,75
Mafra	81,15	23,31	0,00	104,46
Moita	29,42	22,61	2,85	54,88
Montijo	44,55	16,66	0,00	61,21
Nazaré	12,17	5,90	0,00	18,07
Óbidos	18,17	5,42	0,00	23,59
Odivelas	89,50	39,69	3,34	132,53
Oeiras	184,43	42,63	5,28	232,35
Ourém	28,99	21,18	3,00	53,17
Palmela	63,77	18,80	2,12	84,70
Peniche	15,66	12,93	0,64	29,22
Rio Maior	16,23	12,01	0,28	28,52
Salvaterra de Magos	9,63	10,29	0,60	20,52
Santarém	31,60	28,97	15,00	75,57
Sardoal	1,27	6,79	1,12	9,17
Seixal	118,12	43,83	0,00	161,95
Sesimbra	56,67	15,77	0,50	72,94
Setúbal	85,98	31,36	6,40	123,73
Sintra	223,53	87,09	0,00	310,62
Sobral de Monte Agraço	6,64	6,47	0,00	13,10
Tomar	18,15	20,68	0,00	38,83
Torres Novas	16,75	17,30	2,60	36,65
Torres Vedras	44,21	28,31	2,89	75,41
Vila Franca de Xira	72,99	35,02	3,99	112,00
Vila Nova da Barquinha	3,32	5,50	0,00	8,82
<b>Receita total</b>	<b>3 153,30</b>	<b>1 138,58</b>	<b>134,78</b>	<b>4 426,66</b>

Unidade: M€

Gráfico 17 – Receita municipal por fonte de financiamento – 2022



Fonte: SISAL - Relatório Demonstração de Execução Orçamental da Receita, Dez 2022, municípios RLVT.

## 1.2.2 RECEITA PRÓPRIA

A receita própria representando 71,2% do total de receitas da RLVT em 2022, ascendeu, respetivamente aos 3.153,30 M€, das quais maioritariamente geradas pelo grupo de municípios da Área Metropolitana de Lisboa (83,2%), em especial Lisboa, o qual gerou 28,1% das receitas próprias da RLVT.

Destaque para os impostos diretos, os quais constituem mais de metade das receitas próprias (56,0%), registo para a importância significativa, na estrutura das receitas municipais da região, do saldo da gerência anterior (20,7%) e da venda de bens e serviços correntes (10,9%), seguindo-se o peso das taxas, multas e outras penalidades em 6,7%.

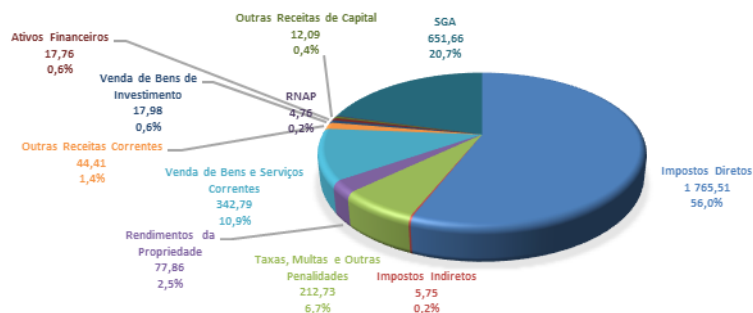
Tabela 17 – Estrutura da receita própria, por NUTS III – 2022

Receita própria	Por NUTS III				RLVT
	AML	LT	MT	O	
Impostos Diretos	1 519,04	68,55	48,67	129,24	1 765,51
Impostos Indiretos	1,91	1,55	0,00	2,29	5,75
Taxas, Multas e Outras Penalidades	194,31	5,54	4,77	8,11	212,73
Rendimentos da Propriedade	51,16	6,26	8,11	12,34	77,86
Venda de Bens e Serviços Correntes	281,03	17,96	12,98	30,83	342,79
Outras Receitas Correntes	40,67	1,26	1,27	1,20	44,41
Venda de Bens de Investimento	15,84	0,75	0,57	0,82	17,98
Ativos Financeiros	17,67	0,08	0,01	0,00	17,76
Outras Receitas de Capital	10,80	0,12	0,59	0,58	12,09
RNAP	4,36	0,14	0,15	0,11	4,76
SGA	485,91	62,74	45,81	57,20	651,66
<b>Receita própria</b>	<b>2 622,69</b>	<b>164,95</b>	<b>122,94</b>	<b>242,72</b>	<b>3 153,30</b>

Unidade: M€

Fonte: SISAL - Relatório Demonstração de Execução Orçamental da Receita, Dez 2022, municípios RLVT.

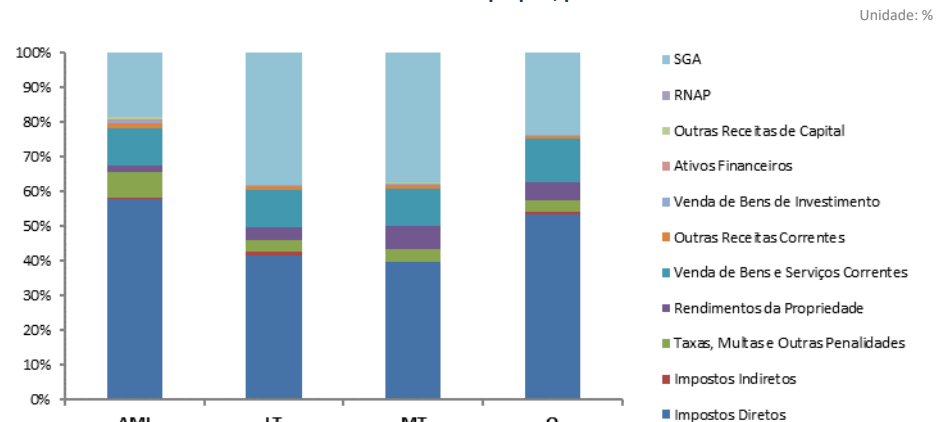
Gráfico 18 – Estrutura da receita própria, RLVT – 2022



Unidade: M€, %

Fonte: SISAL - Relatório Demonstração de Execução Orçamental da Receita, Dez 2022, municípios RLVT.

Gráfico 19 – Estrutura da receita própria, por NUTS III – 2022



Unidade: %

Fonte: SISAL - Relatório Demonstração de Execução Orçamental da Receita, Dez 2022, municípios RLVT.

Mais de metade das receitas próprias (56,2%) decorrem receita fiscal.

Na RLVT, a receita fiscal rondou os 1.771,25 M€, sendo que a maior parte (85,9%) foi cobrada nos municípios da AML, seguindo-se os do Oeste (7,4%), Lezíria do Tejo (4,0%) e Médio Tejo (2,7%).

Na Área Metropolitana de Lisboa e no Oeste o imposto municipal sobre as transmissões onerosas de imóveis (IMT) ultrapassou as receitas provenientes do imposto municipal sobre imóveis (IMI). Na Lezíria do Tejo e no Médio Tejo, o IMI continua a ser a maior fonte de receita fiscal.

Tabela 18 – Estrutura da receita fiscal, por NUTS III – 2022

Receita fiscal	Por NUTS III				RLVT
	AML	LT	MT	O	
IMI	486,62	30,02	25,98	54,69	597,31
IUC	94,11	7,49	5,94	11,30	118,83
IMT	764,86	24,21	11,54	54,74	855,35
Derrama	173,28	6,73	5,21	8,50	193,72
Impostos abolidos	0,04	0,10	0,01	0,02	0,17
Outros impostos diretos	0,13	0,00	0,00	0,00	0,13
<b>Impostos diretos</b>	<b>1 519,04</b>	<b>68,55</b>	<b>48,67</b>	<b>129,24</b>	<b>1 765,51</b>
<b>Impostos indiretos</b>	<b>1,91</b>	<b>1,55</b>	<b>0,00</b>	<b>2,29</b>	<b>5,75</b>
<b>Receita fiscal</b>	<b>1 520,95</b>	<b>70,10</b>	<b>48,67</b>	<b>131,53</b>	<b>1 771,25</b>

Unidade: M€

Fonte: SISAL - Relatório Demonstração de Execução Orçamental da Receita, Dez 2022, municípios RLVT.

## 1.2.3 TRANSFERÊNCIAS

As transferências recebidas pelos municípios, representando 25,7% do total de receitas da RLVT, ascenderam aos 1.138,58 M€ em 2022, das quais, 83,0% foram de natureza corrente.

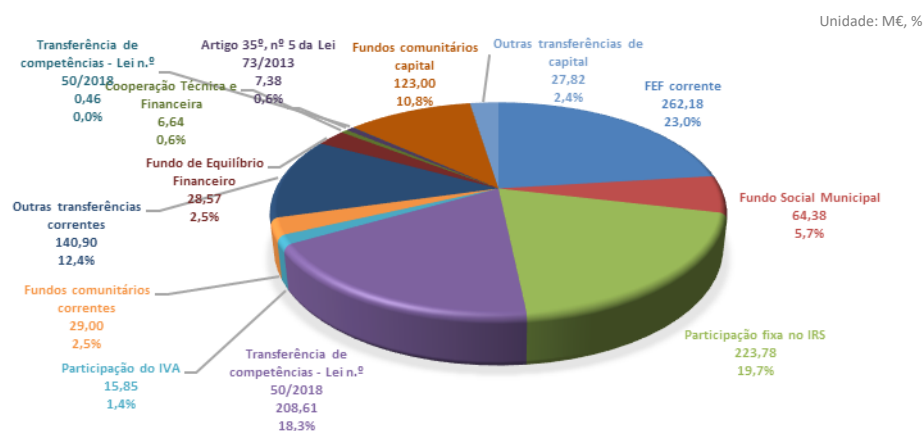
Tabela 19 – Estrutura das transferências recebidas, por NUTS III – 2022

Transferências recebidas	Por NUTS III				RLVT
	AML	LT	MT	O	
FEF corrente	83,46	63,93	65,20	49,59	262,18
Fundo Social Municipal	46,19	5,71	4,58	7,91	64,38
Participação fixa no IRS	192,08	10,07	8,65	12,98	223,78
Transferência de competências - Lei n.º 50/2018	156,11	17,53	12,99	21,99	208,61
Participação do IVA	12,81	0,92	0,89	1,23	15,85
Fundos comunitários correntes	22,85	1,75	2,48	1,91	29,00
Outras transferências correntes	97,94	11,69	13,15	18,12	140,90
<b>Transferências Correntes</b>	<b>611,44</b>	<b>111,61</b>	<b>107,95</b>	<b>113,72</b>	<b>944,72</b>
Fundo de Equilíbrio Financeiro	9,19	7,09	6,87	5,42	28,57
Cooperação Técnica e Financeira	2,24	1,09	0,35	2,96	6,64
Artigo 35º, nº 5 da Lei 73/2013	1,95	1,36	2,11	1,96	7,38
Transferência de competências - Lei n.º 50/2018	0,42	0,02	0,00	0,02	0,46
Fundos comunitários capital	75,31	14,87	11,36	21,46	123,00
Outras transferências de capital	26,39	0,14	0,69	0,59	27,82
<b>Transferências de capital</b>	<b>115,51</b>	<b>24,57</b>	<b>21,38</b>	<b>32,40</b>	<b>193,87</b>
<b>Total de transferências</b>	<b>726,94</b>	<b>136,18</b>	<b>129,33</b>	<b>146,13</b>	<b>1 138,58</b>

Unidade: M€

Fonte: SISAL - Relatório Demonstração de Execução Orçamental da Receita, Dez 2022, municípios RLVT.

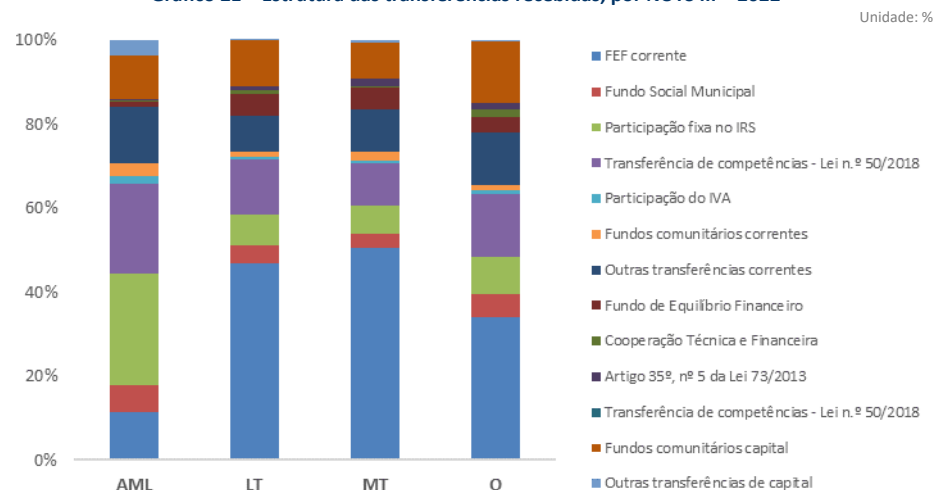
Gráfico 20 – Estrutura das transferências recebidas, RLVT – 2022



Fonte: SISAL - Relatório Demonstração de Execução Orçamental da Receita, Dez 2022, municípios RLVT.

A maior parte das transferências foram recebidas no âmbito da participação nos impostos do Estado, em especial através do FEF corrente (23,0%) e da participação fixa no IRS (19,7%). Destaque também para o reforço que se tem vindo a evidenciar decorrente da transferência corrente de competências para os municípios, que passou dos 5% em 2021 para os 18,3% em 2022, do total de transferências recebidas.

Gráfico 21 – Estrutura das transferências recebidas, por NUTS III – 2022



Fonte: SISAL - Relatório Demonstração de Execução Orçamental da Receita, Dez 2022, municípios RLVT.

As transferências provenientes dos fundos comunitários, representando 13,3% do total de transferências, constituíram-se maioritariamente de capital (80,9%).

A AML recebeu mais de metade das transferências recebidas pela totalidade dos municípios da RLVT (63,8%), tendo sido transferido, em média, 12% para cada uma das outras NUTS III, em 2022.

Na AML a maior componente de transferências recebidas provém da participação fixa no IRS enquanto nas outras sub-regiões a maior transferência vem do FEF corrente. Atente-se que os municípios de Lisboa, Cascais e Oeiras não recebem a subvenção geral no âmbito do FEF nem o excedente, sendo que as transferências recebidas, por estes municípios, no âmbito do IRS, revelam elevada capacitação na cobrança deste imposto.

## 1.2.4 PASSIVO FINANCEIRO

O passivo financeiro, representando 3,0% em 2022 do total de receitas municipais da RLVT, ascendeu aos 134,78 M€, sendo que 84,8% resultou do recurso a empréstimos a médio e longo prazo.

Referência, no tocante à realização de novos passivos de médio e longo prazo, aos municípios de Lisboa, Santarém<sup>33</sup> e Oeiras, os quais contratualizaram empréstimos de 55,8 M€, 15,0 M€ e 5,3 M€, respetivamente.

Em 2022, 23 municípios, quase metade dos municípios da RLVT, não recorreram ao crédito.

**Tabela 20 – Estrutura do passivo financeiro, por NUTS III – 2022**

Passivo financeiro	Por NUTS III				RLVT
	AML	LT	MT	O	
Empréstimos a curto prazo	13,40	0,00	2,88	0,45	<b>16,73</b>
Empréstimos a médio e longo prazo	81,31	19,04	7,77	6,23	<b>114,34</b>
Outros passivos financeiros	3,34	0,36	0,00	0,00	<b>3,71</b>
<b>Total passivo financeiro</b>	<b>98,05</b>	<b>19,41</b>	<b>10,65</b>	<b>6,68</b>	<b>134,78</b>

Fonte: SISAL - Relatório Demonstração de Execução Orçamental da Receita, Dez 2022, municípios RLVT.

Unidade: M€

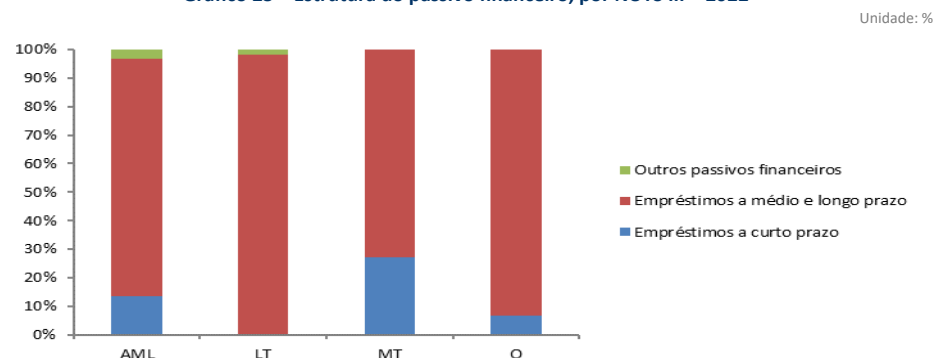
**Gráfico 22 – Estrutura do passivo financeiro, RLVT – 2022**



Unidade: M€, %

Fonte: SISAL - Relatório Demonstração de Execução Orçamental da Receita, Dez 2022, municípios RLVT.

**Gráfico 23 – Estrutura do passivo financeiro, por NUTS III – 2022**



Unidade: %

Fonte: SISAL - Relatório Demonstração de Execução Orçamental da Receita, Dez 2022, municípios RLVT.

Em 2022 o peso do passivo financeiro no total das receitas foi de 6,1% na Lezíria do Tejo (assente sobretudo na contração de empréstimo de médio e longo prazo pelo município de Santarém), 2,8% na AML, 4,1% no Médio Tejo e 1,7% no Oeste.

Do total do passivo financeiro regional, em 2022, 72,7% for contraído na AML, 14,4% na Lezíria do Tejo, 7,9% no Médio Tejo e 5,0% no Oeste.

<sup>33</sup> SEGUNDO INFORMAÇÃO PRESENTE NO RELATÓRIO DE GESTÃO 2022, DO MUNICÍPIO DE SANTARÉM “RECURSO À BANCA PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRÉSTIMO, NO VALOR DE 15 MILHÕES DE EUROS, PARA EXTINÇÃO DA DÍVIDA NO VALOR DE 16 MILHÕES DE EUROS À ESTAMO PELA AQUISIÇÃO DAS INSTALAÇÕES DA ANTIGA ESCOLA PRÁTICA DE CAVALARIA”.



## CAPÍTULO II – DESPESA MUNICIPAL

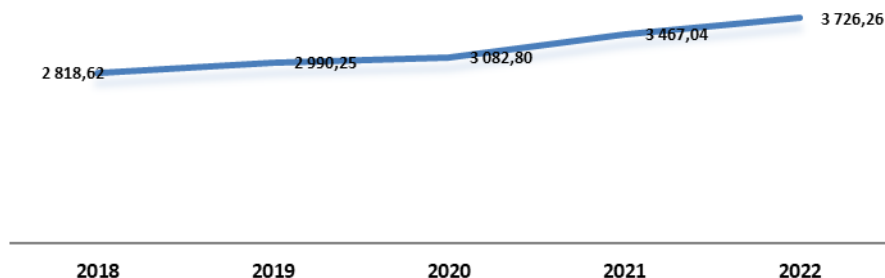
### 2.1 ANÁLISE EVOLUTIVA DA DESPESA MUNICIPAL – 2018 A 2022

#### 2.1.1 EVOLUÇÃO DA DESPESA TOTAL

O ano de 2022 evidenciou um volume de despesas<sup>34</sup> pagas, pelos municípios da Região, no valor de 3.726,26 M€, superior em +259,22 M€ face a 2021 (+7,5%), e em +907,64 M€ relativamente a 2018 (+32,2%), tendo crescido de forma contínua, ao longo dos anos que enquadram o período em análise.

Gráfico 24 – Evolução da despesa total municipal – 2018 a 2022

Unidade: M€



Fonte: Prestações de Contas de 2018 a 2021 dos municípios da RLVT e SISAL - Relatório Demonstração de Execução Orçamental da Despesa, Dez 2022.

Tabela 21 – Evolução da despesa municipal, por NUTS III – 2018 a 2022

Unidade: M€

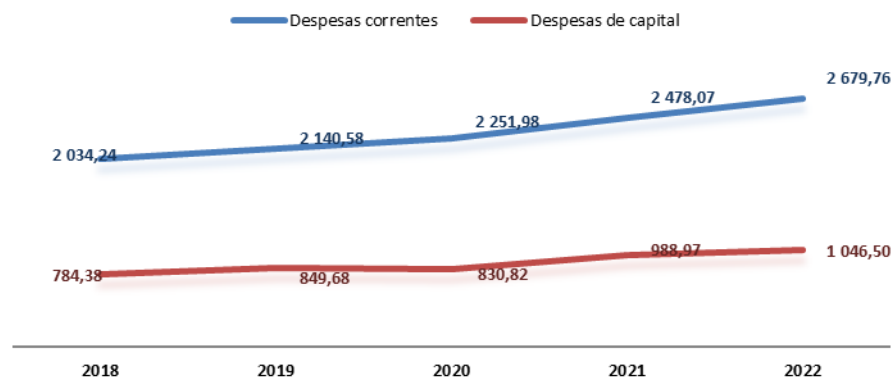
NUTS III	2018	2019	2020	2021	2022	Variação (%)	
						2021/2022	2018/2022
AML	2.201,66	2.338,07	2.454,81	2.750,30	2.921,14	6,2	32,7
Lezíria do Tejo	199,99	197,41	185,64	203,53	250,06	22,9	25,0
Médio Tejo	172,24	182,40	187,72	204,29	222,03	8,7	28,9
Oeste	244,72	272,37	254,63	308,92	333,03	7,8	36,1
<b>RLVT</b>	<b>2.818,62</b>	<b>2.990,25</b>	<b>3.082,80</b>	<b>3.467,04</b>	<b>3.726,26</b>	<b>7,5</b>	<b>32,2</b>

Fonte: Prestações de Contas de 2018 a 2021 dos municípios da RLVT e SISAL - Relatório Demonstração de Execução Orçamental da Despesa, Dez 2022.

Numa abordagem sub-regional sublinhe-se o crescimento genérico das despesas municipais em todas as NUTS III, entre 2018 e 2022 e entre 2021 e 2022, confirmando a tendência regional, pese embora essa evolução não tenha sido contínua ao longo dos anos.

Gráfico 25 – Evolução da despesa municipal, por natureza económica – 2018 a 2022

Unidade: M€



Fonte: Prestações de Contas de 2018 a 2021 dos municípios da RLVT e SISAL - Relatório Demonstração de Execução Orçamental da Despesa, Dez 2022.

A dinâmica evolutiva das despesas totais no período em análise resultou da tendência apresentada:

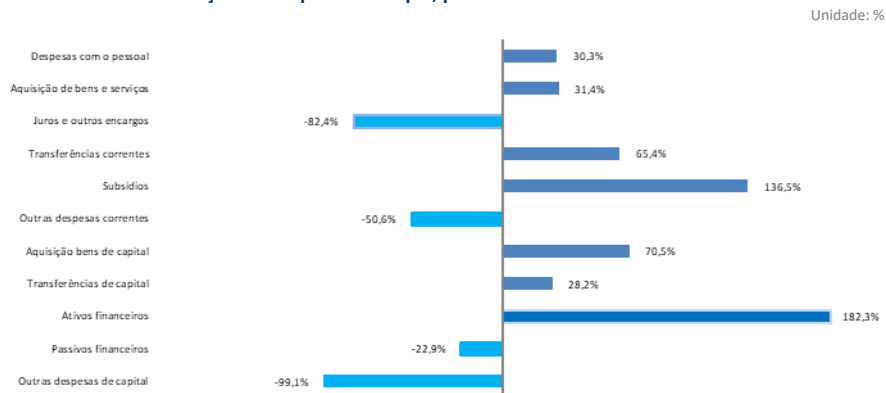
- Despesas correntes - evidenciando-se um crescimento contínuo, decorrente, em grande medida, do aumento anual da despesa com o pessoal, da aquisição de bens e serviços e das transferências correntes, neste último caso só até 2021;

<sup>34</sup> O APURAMENTO E TRATAMENTO DAS DESPESAS MUNICIPAIS, NO ÂMBITO DESTA ESTUDO, TEVE POR BASE A CONSULTA AOS MAPAS DE DEMONSTRAÇÃO DE EXECUÇÃO ORÇAMENTAL DA DESPESA - DESPESAS PAGAS LÍQUIDAS. OS DADOS RELATIVOS A 2022 TIVERAM POR FONTE O SISAL, DESIGNADAMENTE RELATÓRIO DEMONSTRAÇÃO DE EXECUÇÃO ORÇAMENTAL DA DESPESA TOTAL, INFORMAÇÃO DISPONÍVEL À DATA DE 6 DE

OCTUBRO DE 2023. FORAM TAMBÉM INSERIDOS OS DADOS RELATIVOS AOS MUNICÍPIOS DE ALENQUER E SETÚBAL, EM CONFORMIDADE COM OS DOCUMENTOS DE PRESTAÇÃO DE CONTAS DISPONÍVEIS NOS RESPECTIVOS SITES, UMA VEZ QUE NÃO ESTAVAM DISPONÍVEIS NO SISAL.

- Subida anual das despesas de capital, exceção ocorrida em 2020 (ano em que simultaneamente ocorre descida das transferências de capital e das despesas em passivos financeiros), essencialmente resultado do acréscimo contínuo ao nível da aquisição de bens de capital.

Gráfico 26 – Variação da despesa municipal, por natureza económica – 2018 a 2022



Fonte: Prestações de Contas de 2018 a 2021 dos municípios da RLVT e SISAL - Relatório Demonstração de Execução Orçamental da Despesa, Dez 2022.

Comparando os exercícios financeiros de 2018 com 2022 releve-se a subida em todos os agregados de despesa à exceção dos juros e outros encargos, outras despesas correntes e de capital e ainda dos passivos financeiros.

Tabela 22 – Evolução da despesa municipal, por natureza económica – 2018 a 2022

Unidade: M€

Despesa municipal	2018	2019	2020	2021	2022	Variação (%)	
						2021/22	2018/2022
Despesas com o pessoal	884,64	943,99	985,83	1 056,54	1 152,78	9,1	30,3
Aquisição bens e serviços	684,40	730,57	731,95	795,69	899,64	13,1	31,4
Juros e outros encargos	48,30	15,20	14,20	9,63	8,51	-11,6	-82,4
Transferências correntes	272,11	324,51	395,30	453,22	450,02	-0,7	65,4
Subsídios	51,97	80,56	91,18	128,75	122,92	-4,5	136,5
Outras despesas correntes	92,82	45,75	33,52	34,24	45,90	34,0	-50,6
<b>Despesas correntes</b>	<b>2 034,24</b>	<b>2 140,58</b>	<b>2 251,98</b>	<b>2 478,07</b>	<b>2 679,76</b>	<b>8,1</b>	<b>31,7</b>
Aquisição bens de capital	463,29	532,10	564,26	748,45	789,75	5,5	70,5
Transferências de capital	65,45	141,57	99,66	102,52	83,87	-18,2	28,2
Ativos financeiros	14,71	9,00	34,40	14,97	41,54	177,4	182,3
Passivos financeiros	169,66	161,09	124,59	119,35	130,74	9,5	-22,9
Outras despesas de capital	71,27	5,91	7,90	3,68	0,61	-83,5	-99,1
<b>Despesas de capital</b>	<b>784,38</b>	<b>849,68</b>	<b>830,82</b>	<b>988,97</b>	<b>1 046,50</b>	<b>5,8</b>	<b>33,4</b>
<b>Despesa total</b>	<b>2 818,62</b>	<b>2 990,25</b>	<b>3 082,80</b>	<b>3 467,04</b>	<b>3 726,26</b>	<b>7,5</b>	<b>32,2</b>

Fonte: Prestações de Contas de 2018 a 2021 dos municípios da RLVT e SISAL - Relatório Demonstração de Execução Orçamental da Despesa, Dez 2022.

Já em 2022, face ao ano transato, o aumento regional da despesa municipal não se verificou em todas as componentes de despesas, conforme Tabela 22:

- Aumentaram os valores de despesas pagas em pessoal, aquisição de bens e serviços, outras despesas correntes, aquisição de bens de capital, ativos financeiros e passivos financeiros;
- Diminuíram as despesas pagas pelos municípios ao nível de juros e outros encargos, transferências correntes para outras entidades, subsídios, transferências de capital e outras despesas de capital.

Na evolução do peso dos principais agregados de despesas municipais, comparando 2018 com 2022, destaca-se:

- Diminuição do peso do pagamento das despesas com o pessoal de 31,4% para 30,9%;
- Diminuição, embora marginal, do peso das aquisições de serviços, de 24,3% para 24,1%;
- Diminuição do peso de juros e outros encargos, de 1,7% para 0,2%;
- Diminuição do peso da amortização de empréstimos de 6,0% para 3,5%;
- Constância do peso das transferências de capital em 2,3%;
- Aumento do peso dos subsídios correntes de 1,8% para 3,3%;
- Aumento do peso das transferências correntes de 9,7% para 12,1%;
- Aumento do peso das aquisições de capital de 16,4% para 21,2%.

Tabela 23 – Evolução do peso da despesa municipal, por natureza económica – 2018 a 2022

Unidade: %

Peso da despesa municipal	2018	2019	2020	2021	2022	Variação (%)	
						2021/22	2018/2022
Despesas com o pessoal	31,4	31,6	32,0	30,5	30,9	1,5	-1,4
Aquisição de bens e serviços	24,3	24,4	23,7	23,0	24,1	5,2	-0,6
Juros e outros encargos	1,7	0,5	0,5	0,3	0,2	-17,8	-86,7
Transferências correntes	9,7	10,9	12,8	13,1	12,1	-7,6	25,1
Subsídios	1,8	2,7	3,0	3,7	3,3	-11,2	78,9
Outras despesas correntes	3,3	1,5	1,1	1,0	1,2	24,7	-62,6
<b>Despesas correntes</b>	<b>72,2</b>	<b>71,6</b>	<b>73,0</b>	<b>71,5</b>	<b>71,9</b>	<b>0,6</b>	<b>-0,4</b>
Aquisição bens de capital	16,4	17,8	18,3	21,6	21,2	-1,8	28,9
Transferências de capital	2,3	4,7	3,2	3,0	2,3	-23,9	-3,1
Ativos financeiros	0,5	0,3	1,1	0,4	1,1	158,1	113,5
Passivos financeiros	6,0	5,4	4,0	3,4	3,5	1,9	-41,7
Outras despesas de capital	2,5	0,2	0,3	0,1	0,0	-84,6	-99,4
<b>Despesas de capital</b>	<b>27,8</b>	<b>28,4</b>	<b>27,0</b>	<b>28,5</b>	<b>28,1</b>	<b>-1,5</b>	<b>0,9</b>
<b>Total</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>		

Fonte: Prestações de Contas de 2018 a 2021 dos municípios da RLVT e SISAL - Relatório Demonstração de Execução Orçamental da Despesa, Dez 2022.

Uma outra abordagem, por grupos de despesa, permite observar o seguinte, entre 2018 e 2022:

- Crescimento contínuo por parte das despesas de pessoal, aquisição de bens e serviços, transferências correntes e subsídios, este até 2021;
- Tendência evolutiva de subida por parte do investimento direto e indireto, exceção pontual em 2020;
- Descida contínua do serviço de dívida até 2021, subindo em 2022, mas evidenciando neste ano registos mais baixos que os de 2018<sup>35</sup>.

Analisando o respetivo peso no total da despesa, constatou-se, para o mesmo período:

- O peso de despesas com o pessoal rondando os 31% a 32% enquanto o da aquisição de bens e serviços tem variado entre os 23% e os 24%;
- No serviço de dívida regista-se uma tendência decrescente, de 7,7% para um peso de 3,7%;
- Já os pesos nas despesas em transferências correntes e subsídios (de 11,5% para 15,4%), bem como do investimento direto e indireto (de 18,8% subiu para 23,4%) evidenciaram um comportamento genericamente crescente.

**Tabela 24 – Evolução da despesa municipal por grupos de despesa – 2018 a 2022**

Despesa municipal	2018	2019	2020	2021	2022	Unidade: M€	
						Variação (%)	
						2021/22	2018/22
Despesas com o pessoal	884,64	943,99	985,83	1 056,54	1 152,78	9,1	30,3
Aquisição de bens e serviços	684,40	730,57	731,95	795,69	899,64	13,1	31,4
Transf correntes e subsídios	324,08	405,07	486,48	581,97	572,94	-1,6	76,8
Investimento direto e indireto	528,74	673,67	663,93	850,97	873,62	2,7	65,2
Serviço de dívida	217,96	176,29	138,79	128,97	139,25	8,0	-36,1
Outras despesas	178,80	60,67	75,83	52,90	88,04	66,4	-50,8
<b>Despesa total</b>	<b>2 818,62</b>	<b>2 990,25</b>	<b>3 082,80</b>	<b>3 467,04</b>	<b>3 726,26</b>	<b>7,5</b>	<b>32,2</b>

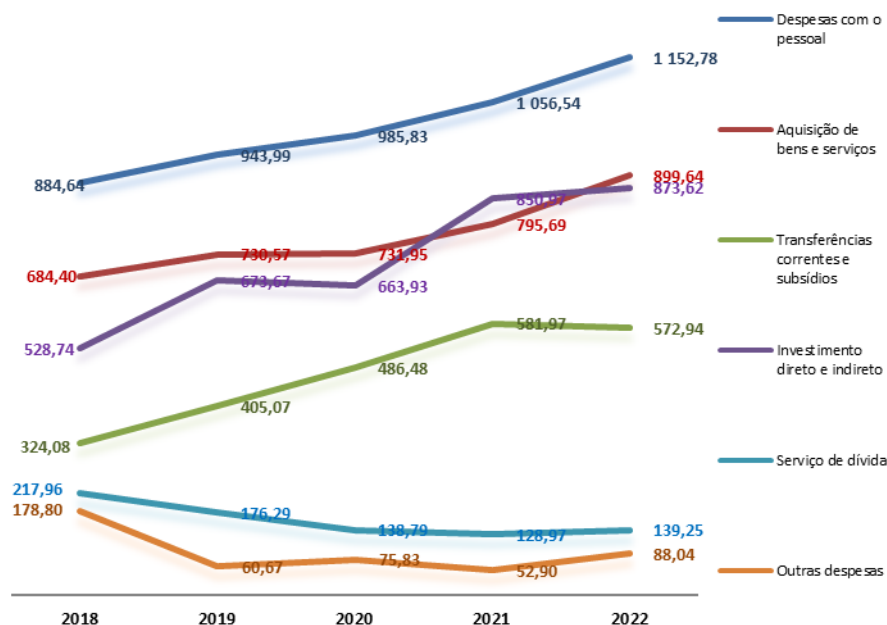
Fonte: Prestações de Contas de 2018 a 2021 dos municípios da RLVT e SISAL - Relatório Demonstração de Execução Orçamental da Despesa, Dez 2022.

**Tabela 25 – Evolução do peso da despesa municipal por grupos de despesa – 2018 a 2022**

Peso da despesa municipal	2018	2019	2020	2021	2022	Unidade: %	
						Variação (%)	
						2021/22	2018/2022
Despesas com o pessoal	31,4	31,6	32,0	30,5	30,9	1,5	-1,4
Aquisição de bens e serviços	24,3	24,4	23,7	23,0	24,1	5,2	-0,6
Transferências correntes e subsídios	11,5	13,5	15,8	16,8	15,4	-8,4	33,7
Investimento direto e indireto	18,8	22,5	21,5	24,5	23,4	-4,5	25,0
Serviço de dívida	7,7	5,9	4,5	3,7	3,7	0,5	-51,7
Outras despesas	6,3	2,0	2,5	1,5	2,4	54,9	-62,8
<b>Total</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>		

Fonte: Prestações de Contas de 2018 a 2021 dos municípios da RLVT e SISAL - Relatório Demonstração de Execução Orçamental da Despesa, Dez 2022.

**Gráfico 27 – Evolução da despesa municipal por grupo de despesa – 2018 a 2022**



Fonte: Prestações de Contas de 2018 a 2021 dos municípios da RLVT e SISAL - Relatório Demonstração de Execução Orçamental da Despesa, Dez 2022.

<sup>35</sup> O SERVIÇO DE DÍVIDA É AQUI DEFINIDO NA ÓTICA DE EXECUÇÃO ORÇAMENTAL DA DESPESA, RESULTADO DO SOMATÓRIO DE JUROS E OUTROS ENCARGOS COM OS PASSIVOS FINANCEIROS.

## 2.1.2 EVOLUÇÃO DA DESPESA COM O PESSOAL

Entre 2018 e 2022, as despesas com o pessoal registaram uma tendência sempre crescente, aumentando +268,14 M€ (+30,3%), subindo em todas as NUTS III, tendência que também se verificou entre 2021 e 2022, registando-se um acréscimo regional de +96,24 M€ (+9,1%).

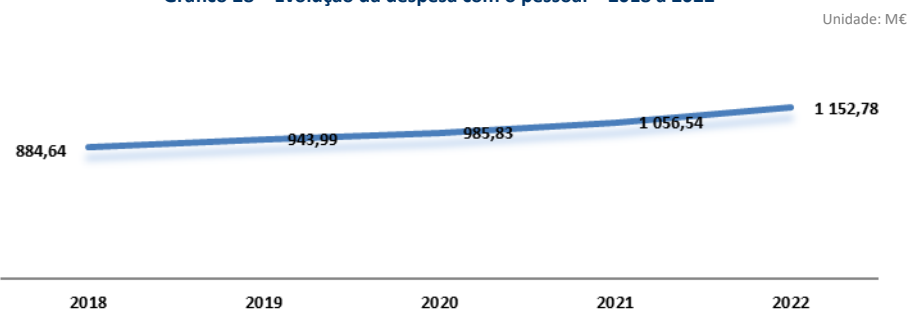
A tendência de crescimento em valor absoluto por parte das despesas com o pessoal não se reformulou no respetivo peso relativamente ao total de despesas municipais.

Variando este peso entre os 30,5% registados em 2021 e os 32,0% registados em 2020, sendo de 30,9% em 2022, -1,4% relativamente a 2018, estes registos foram resultado do peso acrescido que as despesas com investimento e as transferências e subsídios correntes têm vindo a conseguir alcançar.

As despesas com o pessoal, comparados os exercícios financeiros de 2018 e 2022, cresceram na RLVT designadamente: +28,6% na AML, +30,0% na Lezíria do Tejo, +31,9% no Médio Tejo e +45,3% no Oeste.

Em termos relativos, quando consideramos o peso que as despesas com o pessoal representam no total de despesas municipais de cada NUTS III, verificamos flutuações ao longo do período em análise, sendo que o maior peso se registou na Lezíria do Tejo (36,3% em 2020) e o menor peso no Oeste (29,0% em 2019). Em 2022, o peso foi de 30,9% na RLVT, sendo de 31,4% em 2018.

Gráfico 28 – Evolução da despesa com o pessoal – 2018 a 2022



Fonte: Prestações de Contas de 2018 a 2021 dos municípios da RLVT e SISAL - Relatório Demonstração de Execução Orçamental da Despesa, Dez 2022.

Tabela 26 – Evolução da despesa com o pessoal, por NUTS III – 2018 a 2022

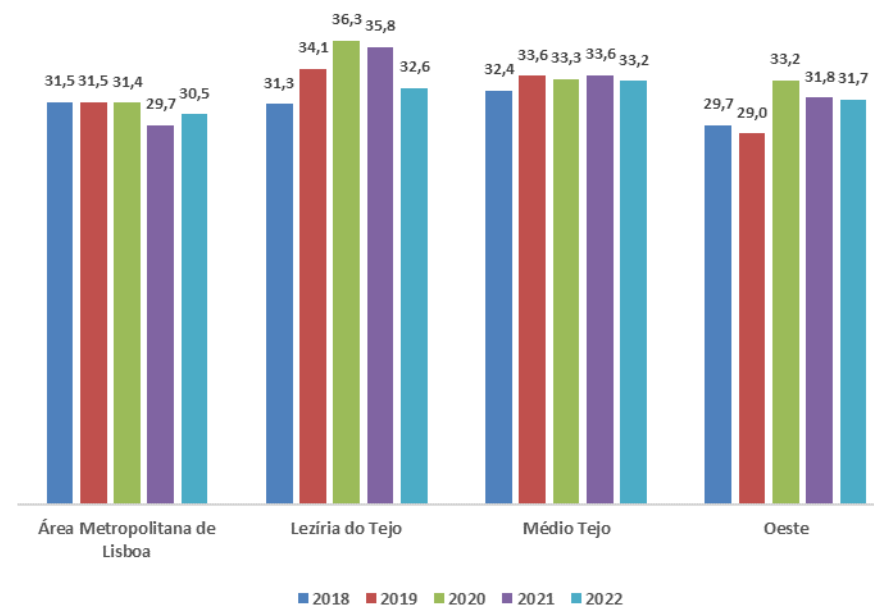
Unidade: M€

NUTS III	2018	2019	2020	2021	2022	Variação (%)	
						2021/22	2018/2022
AML	693,54	736,38	771,42	816,70	892,16	9,2	28,6
Lezíria do Tejo	62,64	67,31	67,34	72,83	81,44	11,8	30,0
Médio Tejo	55,81	61,22	62,54	68,68	73,62	7,2	31,9
Oeste	72,65	79,08	84,52	98,32	105,56	7,4	45,3
<b>RLVT</b>	<b>884,64</b>	<b>943,99</b>	<b>985,83</b>	<b>1 056,54</b>	<b>1 152,78</b>	<b>9,1</b>	<b>30,3</b>

Fonte: Prestações de Contas de 2018 a 2021 dos municípios da RLVT e SISAL - Relatório Demonstração de Execução Orçamental da Despesa, Dez 2022.

Gráfico 29 – Evolução do peso da despesa com o pessoal, por NUTS III – 2018 a 2022

Unidade: %



Fonte: Prestações de Contas de 2018 a 2021 dos municípios da RLVT e SISAL - Relatório Demonstração de Execução Orçamental da Despesa, Dez 2022.

## 2.1.3 EVOLUÇÃO DA DESPESA COM A AQUISIÇÃO DE BENS E SERVIÇOS CORRENTES

Entre 2018 e 2022, as despesas com a aquisição de bens e serviços registaram um crescimento contínuo no conjunto da RLVT, rondando os 684,40 M€, em 2018, e os 899,64 M€, em 2022 (+215,24 M€, +31,4%).

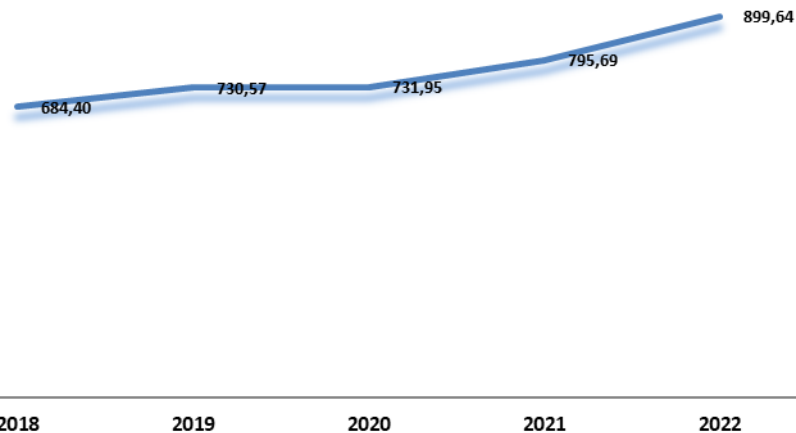
O crescimento regional deste agregado refletiu-se ao nível das sub-regiões, quando comparados os 2 exercícios financeiros, de 2018 e 2022, pese embora as irregulares tendências evolutivas registadas anualmente.

A tendência de crescimento em valor absoluto por parte destas despesas não se confirmou no respetivo peso relativamente ao total de despesas municipais, ao nível regional.

Variando o peso das despesas com a aquisição de bens e serviços correntes entre os 23,0% registados em 2021 e os 24,4% registados em 2019, sendo de 24,1% em 2022, evidenciou-se uma ligeira descida no peso destes gastos, em -0,6%, entre 2021 e 2022, resultado do peso acrescido que as despesas com investimento e as transferências correntes e subsídios conseguiram alcançar.

Gráfico 30 – Evolução da despesa com a aquisição de bens e serviços correntes – 2018 a 2022

Unidade: M€



Fonte: Prestações de Contas de 2018 a 2021 dos municípios da RLVT e SISAL - Relatório Demonstração de Execução Orçamental da Despesa, Dez 2022.

Tabela 27 – Evolução da despesa com a aquisição de bens e serviços, por NUTS III – 2018 a 2022

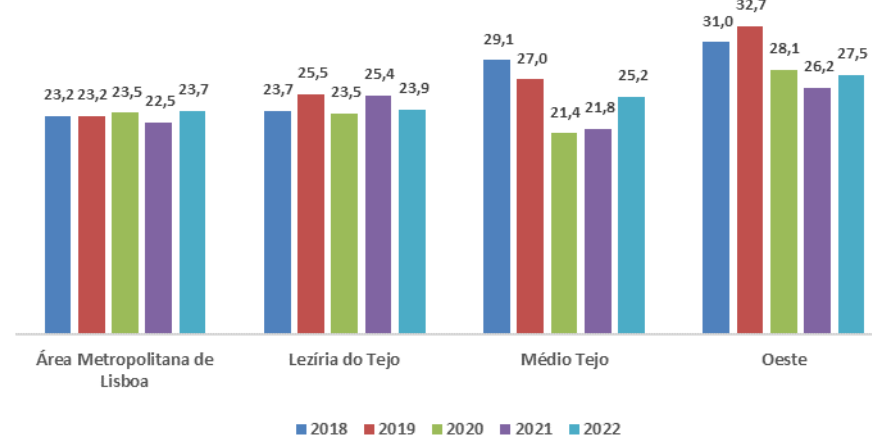
NUTS III	2018	2019	2020	2021	2022	Variação (%)	
						2021/22	2018/2022
AML	510,90	541,89	576,78	618,65	692,27	11,9	35,5
Lezíria do Tejo	47,49	50,37	43,59	51,60	59,77	15,8	25,8
Médio Tejo	50,13	49,32	40,08	44,54	56,02	25,8	11,8
Oeste	75,88	88,99	71,50	80,90	91,58	13,2	20,7
<b>RLVT</b>	<b>684,40</b>	<b>730,57</b>	<b>731,95</b>	<b>795,69</b>	<b>899,64</b>	<b>13,1</b>	<b>31,4</b>

Unidade: M€  
Fonte: Prestações de Contas de 2018 a 2021 dos municípios da RLVT e SISAL - Relatório Demonstração de Execução Orçamental da Despesa, Dez 2022.

Em termos relativos, ao nível de cada NUTS III, as tendências são distintas, sendo que o menor peso se registou no Médio Tejo (21,4%) em 2020 e o maior no Oeste (32,7%) em 2019, no total das respetivas despesas.

Gráfico 31 – Evolução do peso da despesa com a aquisição de bens e serviços correntes, por NUTS III – 2018 a 2022

Unidade: %



Fonte: Prestações de Contas de 2018 a 2021 dos municípios da RLVT e SISAL - Relatório Demonstração de Execução Orçamental da Despesa, Dez 2022.

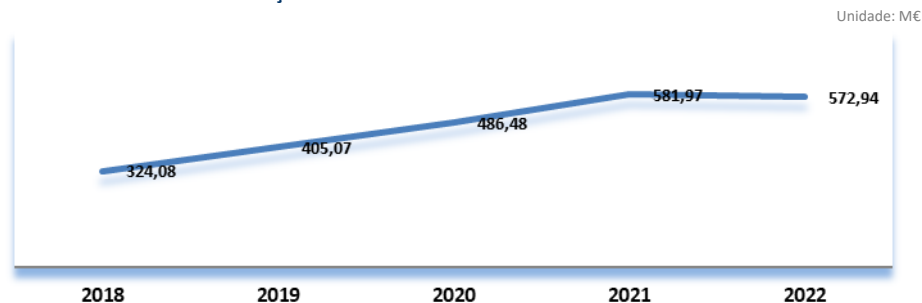
## 2.1.4 EVOLUÇÃO DAS TRANSFERÊNCIAS CORRENTES E SUBSÍDIOS

Este agregado, composto pelas transferências correntes e subsídios, evidencia um contínuo crescimento, à escala de região, entre 2018 e 2021, ligeiro decréscimo em 2022, atingindo no final do período o valor de 572,94 M€ (+248,86 M€ face a 2018), correspondente a uma variação positiva de +76,8%, tendo por suporte a dinâmica observada em todas as sub-regiões.

O acréscimo contínuo das despesas pagas em transferências correntes foi reforçado com a mesma tendência revelada por parte dos subsídios atribuídos a outras entidades, entre 2021 e 2022, descendo ambos, no entanto, em 2022.

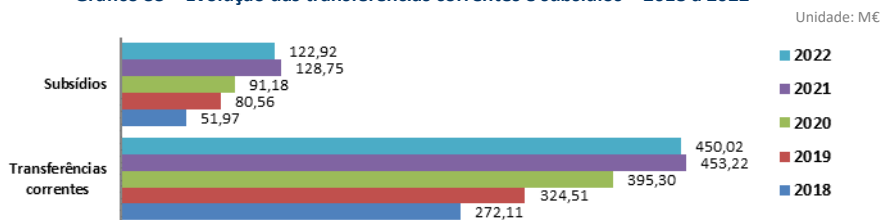
Em termos relativos, quando consideramos o peso que estas despesas representam no total de despesas municipais de cada NUTS III, verificamos flutuações ao longo do período em análise, sendo que o maior peso se registou em 2021 (18,5% na AML) e o menor peso em 2019 (6,7% no Médio Tejo). Na RLVT, em 2022, o peso foi de 15,4% e, em 2018, foi de 11,5%.

Gráfico 32 – Evolução das transferências correntes e subsídios – 2018 a 2022



Fonte: Prestações de Contas de 2018 a 2021 dos municípios da RLVT e SISAL - Relatório Demonstração de Execução Orçamental da Despesa, Dez 2022.

Gráfico 33 – Evolução das transferências correntes e subsídios – 2018 a 2022



Fonte: Prestações de Contas de 2018 a 2021 dos municípios da RLVT e SISAL - Relatório Demonstração de Execução Orçamental da Despesa, Dez 2022.

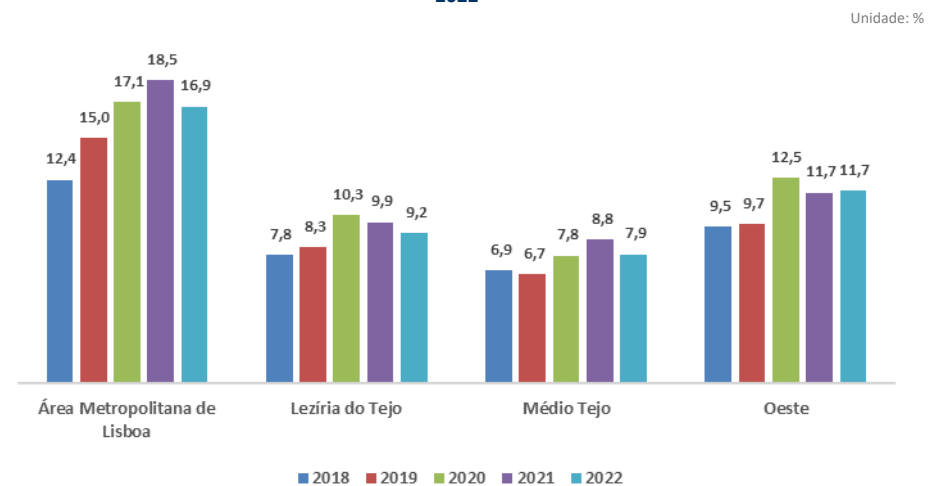
Tabela 28 – Evolução das transferências correntes e subsídios, por NUTS III – 2018 a 2022

NUTS III	2018	2019	2020	2021	2022	Variação (%)	
						2021-2022	2018-2022
AML	273,17	350,11	420,80	507,99	493,42	-2,9	80,6
Lezíria do Tejo	15,65	16,38	19,06	20,06	22,92	14,2	46,4
Médio Tejo	11,90	12,14	14,68	17,92	17,51	-2,3	47,2
Oeste	23,36	26,44	31,94	35,99	39,09	8,6	67,3
<b>RLVT</b>	<b>324,08</b>	<b>405,07</b>	<b>486,48</b>	<b>581,97</b>	<b>572,94</b>	<b>-1,6</b>	<b>76,8</b>

Unidade: M€  
Fonte: Prestações de Contas de 2018 a 2021 dos municípios da RLVT e SISAL - Relatório Demonstração de Execução Orçamental da Receita, Dez 2022.

Apesar da evolução irregular, o peso do conjunto das despesas em transferências correntes e subsídios concedidos a outras entidades cresceu em todas as NUTS III quando comparados os exercícios de 2018 com 2021, acompanhando a tendência regional, diminuindo em 2022, face ao ano transato, com exceção para o Oeste, peso que se manteve nos 11,7%.

Gráfico 34 – Evolução do peso da despesa com transferências correntes e subsídios, por NUTS III – 2018 a 2022



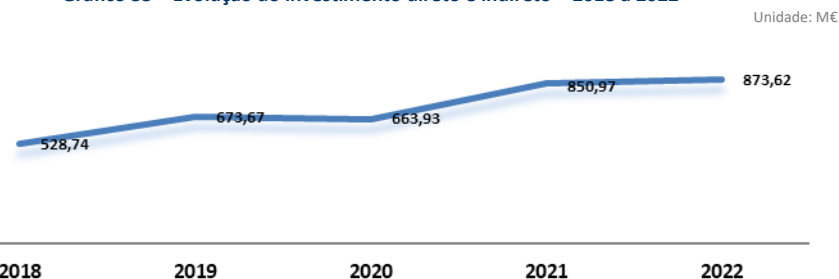
Fonte: Prestações de Contas de 2018 a 2021 dos municípios da RLVT e SISAL - Relatório Demonstração de Execução Orçamental da Despesa, Dez 2022.

## 2.1.5 EVOLUÇÃO DO INVESTIMENTO DIRETO E INDIRETO

Estas despesas com o investimento - direto (aquisição de bens de capital) e indireto (transferências de capital) - registaram descontinuidade no seu progresso até 2020, sendo que que, a partir deste ano, cresceram progressivamente, ao longo do período, registando este agregado um valor superior em +344,88 M€, entre 2018 e 2022, (+65,2%), atingindo os 873,62 M€. Atente-se que a dinâmica parcelar evolutiva entre as componentes do investimento foi diferente, com crescimento contínuo evidenciado pela aquisição de bens de capital e alternância de ciclos de subida e descida registada pelas transferências de capital para outras entidades.

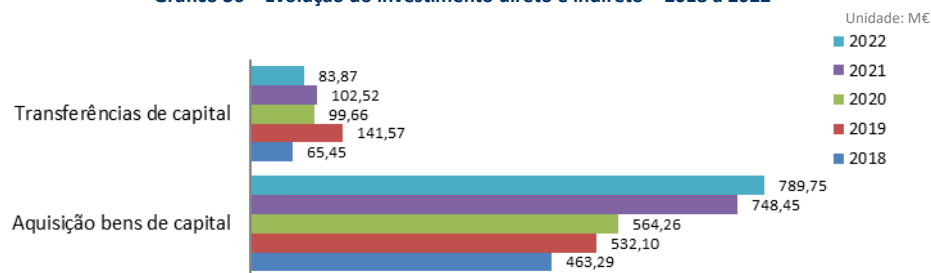
Os exercícios financeiros de 2019, ano de maior investimento indireto<sup>36</sup>) e de 2022, ano de maior investimento direto, evidenciaram picos no volume de investimento realizado.

Gráfico 35 – Evolução do investimento direto e indireto – 2018 a 2022



Fonte: Prestações de Contas de 2018 a 2021 dos municípios da RLVT e SISAL - Relatório Demonstração de Execução Orçamental da Despesa, Dez 2022.

Gráfico 36 – Evolução do investimento direto e indireto – 2018 a 2022



Fonte: Prestações de Contas de 2018 a 2021 dos municípios da RLVT e SISAL - Relatório Demonstração de Execução Orçamental da Despesa, Dez 2022.

<sup>36</sup> ENTRE 2018 E 2019, O AUMENTO SIGNIFICATIVO DAS TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL DOS MUNICÍPIOS PARA OUTRAS ENTIDADES (DE 65,45 M€ PARA 141,57 M€, NA RLVT), TEVE POR SUPORTE O ACRÉSCIMO SIGNIFICATIVO DAS TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL PARA A ADMINISTRAÇÃO LOCAL,

Em termos relativos, ao considerarmos o peso destas despesas no total de despesas municipais de cada NUTS III, verificamos oscilações ao longo do período em análise, sendo que o maior peso se registou em 2022, na Lezíria do Tejo (29,0%) e o menor peso no Oeste (17,5%) em 2018. Em 2022, o peso foi de 23,4% na RLVT (quase ¼ do total das despesas), e em 2018 foi de 18,8%.

Tabela 29 – Evolução do investimento direto e indireto, por NUTS III – 2018 a 2022

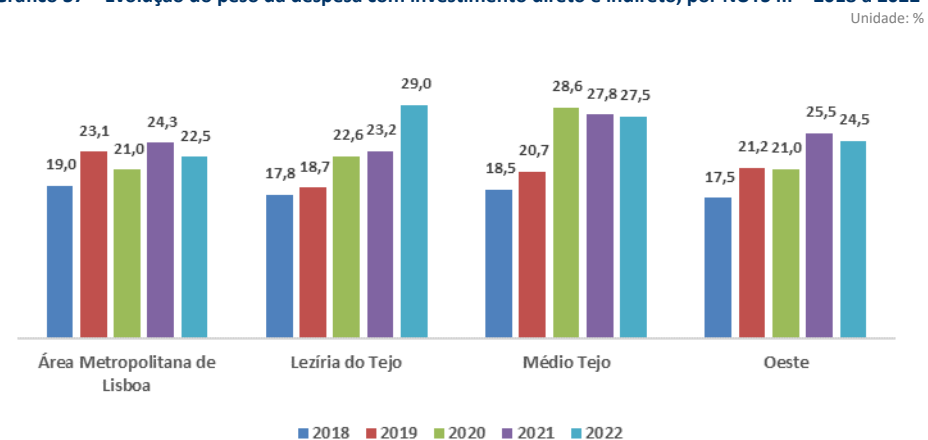
Unidade: M€

NUTS III	2018	2019	2020	2021	2022	Variação (%)	
						2021-2022	2018-2022
AML	418,51	541,19	514,66	668,25	658,50	-1,5	57,3
Lezíria do Tejo	35,63	37,00	42,04	47,25	72,46	53,4	103,3
Médio Tejo	31,83	37,81	53,76	56,70	61,06	7,7	91,8
Oeste	42,76	57,68	53,46	78,76	81,60	3,6	90,8
<b>RLVT</b>	<b>528,74</b>	<b>673,67</b>	<b>663,93</b>	<b>850,97</b>	<b>873,62</b>	<b>2,7</b>	<b>65,2</b>

Fonte: Prestações de Contas de 2018 a 2021 dos municípios da RLVT e SISAL - Relatório Demonstração de Execução Orçamental da Despesa, Dez 2022.

Constatando-se uma evolução irregular ao longo do período, o peso do investimento direto e indireto cresceu em todas as NUTS III, quando comparados os exercícios de 2018 com 2022, validando a tendência regional.

Gráfico 37 – Evolução do peso da despesa com investimento direto e indireto, por NUTS III – 2018 a 2022



Fonte: Prestações de Contas de 2018 a 2021 dos municípios da RLVT e SISAL - Relatório Demonstração de Execução Orçamental da Despesa, Dez 2022.

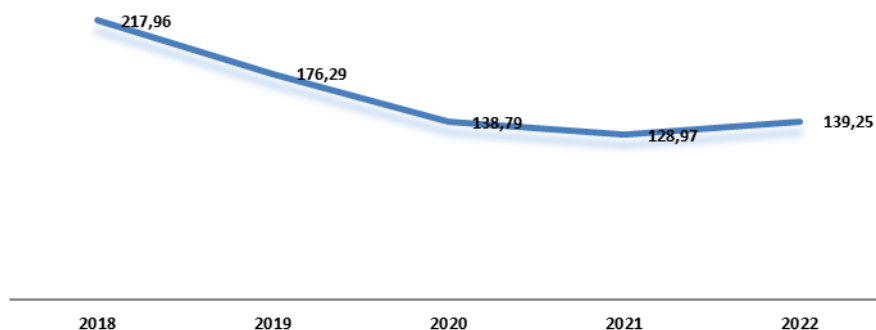
DESIGNADAMENTE TRANSFERÊNCIAS PARA AS FREGUESIAS E PARA SERVIÇOS AUTÓNOMOS DA ADMINISTRAÇÃO LOCAL, BEM COMO INCREMENTO DAS TRANSFERÊNCIAS PARA INSTITUIÇÕES SEM FINS LUCRATIVOS.

## 2.1.6 EVOLUÇÃO DO SERVIÇO DE DÍVIDA

Ao nível regional, as despesas com o serviço de dívida (conjunto das despesas pagas em juros e outros encargos e passivos financeiros) registaram uma queda em -78,71 M€, (-36,1%), entre 2018 e 2022, pese embora a sua subida pontual entre 2021 e 2022 (+8%), evolução predominantemente devida ao registo dos empréstimos de médio e longo prazo, já que tem havido um incremento no recurso aos empréstimos de curto prazo. O pagamento de juros e outros encargos financeiros tem vindo a diminuir.

Gráfico 38 – Evolução do serviço de dívida – 2018 a 2022

Unidade: M€



Fonte: Prestações de Contas de 2018 a 2021 dos municípios da RLVT e SISAL - Relatório Demonstração de Execução Orçamental da Despesa, Dez 2022.

Tabela 30 – Evolução do serviço de dívida, por natureza económica – 2018 a 2022

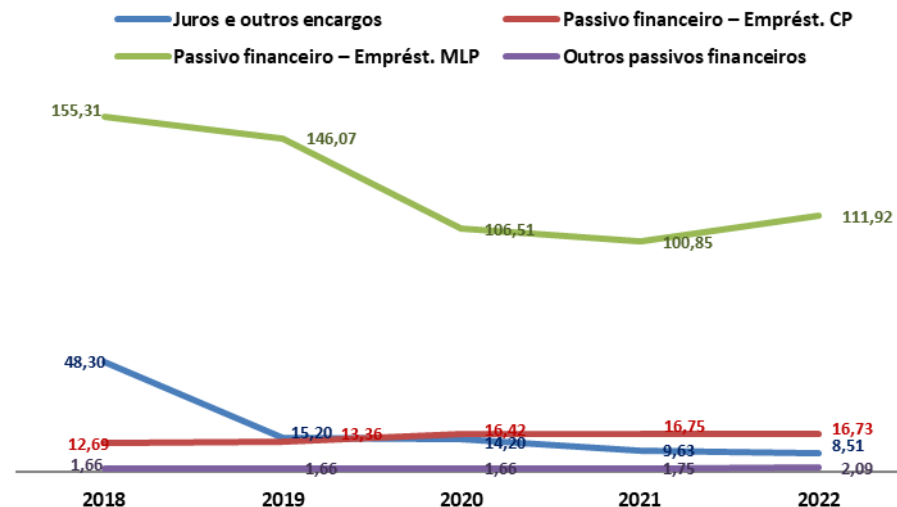
Unidade: M€

Serviço da dívida	2018	2019	2020	2021	2022	Variação (%)	
						2021/22	2018/22
Juros e outros encargos	48,30	15,20	14,20	9,63	8,51	-11,6	-82,4
Passivo financeiro – Emprést. CP	12,69	13,36	16,42	16,75	16,73	-0,1	31,9
Passivo financeiro – Emprést. MLP	155,31	146,07	106,51	100,85	111,92	11,0	-27,9
Outros passivos financeiros	1,66	1,66	1,66	1,75	2,09	19,6	26,1
<b>Passivo financeiro</b>	<b>169,66</b>	<b>161,09</b>	<b>124,59</b>	<b>119,35</b>	<b>130,74</b>	<b>9,5</b>	<b>-22,9</b>
<b>Total do serviço de dívida</b>	<b>217,96</b>	<b>176,29</b>	<b>138,79</b>	<b>128,97</b>	<b>139,25</b>	<b>8,0</b>	<b>-36,1</b>

Fonte: Prestações de Contas de 2018 a 2021 dos municípios da RLVT e SISAL - Relatório Demonstração de Execução Orçamental da Despesa, Dez 2022.

Gráfico 39 – Evolução dos principais agregados serviço de dívida, por natureza económica – 2018 a 2022

Unidade: M€



Fonte: Prestações de Contas de 2018 a 2021 dos municípios da RLVT e SISAL - Relatório Demonstração de Execução Orçamental da Despesa, Dez 2022.

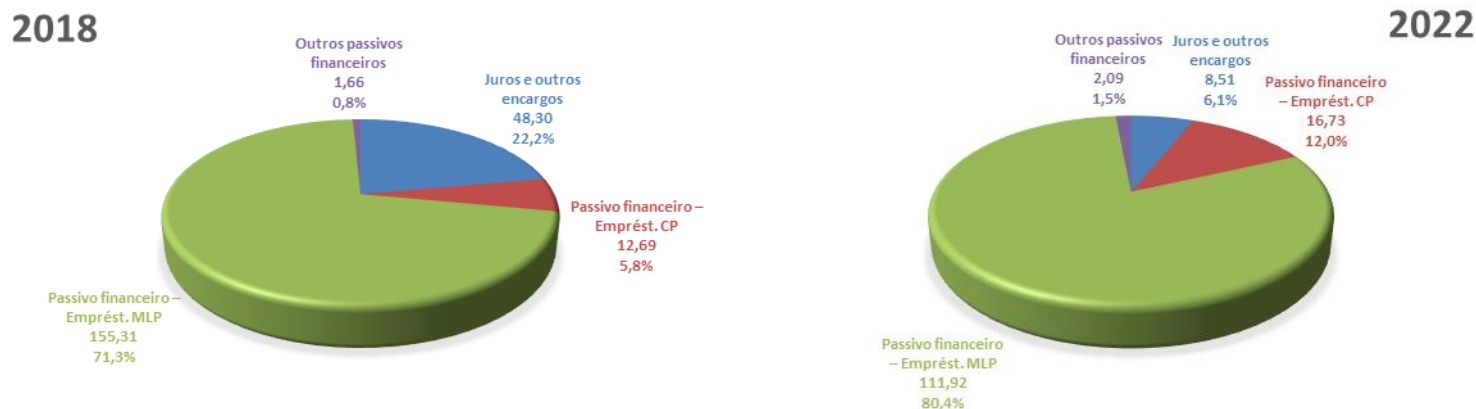
Analisando as componentes que integram o serviço de dívida, de referir:

- A descida contínua do pagamento de juros e outros encargos financeiros, registando-se em 2022 valores inferiores em -82,4% aos de 2018;
- Descida anual contínua das despesas com amortizações de empréstimos de médio e longo prazo, apresentando, em 2021, registos significativamente inferiores aos de 2018 (-35,1%), subindo +11,0% em 2022;
- Evolução diferente foi evidenciada pelas despesas com amortizações de empréstimos de curto prazo, as quais têm vindo a subir ao longo do período em análise, revelando em 2022 valores superiores em +31,9% aos de 2018, apesar da muito ligeira descida em 2022;
- O recurso a outros passivos financeiros tem vindo a crescer, evoluindo dos 1,66€ M€ em 2018 para os 2,09 M€ em 2022.



Gráfico 40 – Evolução da estrutura de serviço de dívida – 2018 e 2022

Unidade: ME e %



Fonte: Prestações de Contas dos municípios da RLVT de 2018 e SISAL - Relatório Demonstração de Execução Orçamental da Despesa, Dez 2022.

Comparando os exercícios financeiros de 2018 e de 2022, constata-se que todas as componentes do passivo financeiro aumentaram o seu peso. Este reforço teve por suporte fundamental a grande descida no peso detido pelo pagamento de juros e outros encargos financeiros, sendo de 22,2% em 2018 e de 6,1% em 2022.

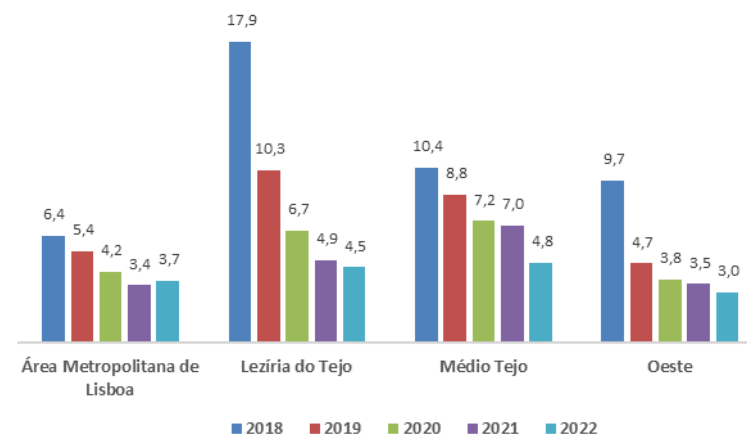
A fatia das amortizações de empréstimos a médio e longo prazo que correspondia a 71,3% do total de serviço de dívida, aumentou para 80,4% em 2022, apesar da sua descida em valor absoluto. Também as amortizações de empréstimos a curto prazo cresceram de um peso no total do serviço de dívida de 5,8% para 12,0%. Os outros passivos financeiros aumentaram de 0,8% para 1,5%.

As despesas com o serviço de dívida, entre 2018 e 2022, apresentaram uma evolução favorável em todas as sub-regiões, tendo descido em todas elas.

Em termos relativos, quando consideramos o peso que o serviço de dívida representa no total de despesas municipais de cada NUTS III, verificamos oscilações ao longo do período em análise. O maior peso foi registado em 2018 registando-se um serviço de dívida que chegou aos 17,9% das despesas municipais da Lezíria do Tejo e o menor peso (3,0%) registado no Oeste, em 2022. Em 2018 o seu peso na RLVT foi de 7,7% e em 2022 foi de 3,7%.

Gráfico 41 – Evolução do peso da despesa com o serviço de dívida, por NUTS III – 2018 a 2022

Unidade: %



Fonte: Prestações de Contas de 2018 a 2021 dos municípios da RLVT e SISAL - Relatório Demonstração de Execução Orçamental da Despesa, Dez 2022..

Tabela 31 – Evolução do serviço de dívida, por NUTS III – 2018 a 2022

Unidade: ME

NUTS III	2018	2019	2020	2021	2022	Variação (%)	
						2021/22	2018-2022
AML	140,46	127,07	103,27	93,99	107,44	14,3	-23,5
Lezíria do Tejo	35,88	20,31	12,37	9,98	11,23	12,4	-68,7
Médio Tejo	17,97	16,10	13,59	14,22	10,60	-25,5	-41,0
Oeste	23,65	12,80	9,56	10,78	9,98	-7,4	-57,8
<b>RLVT</b>	<b>217,96</b>	<b>176,29</b>	<b>138,79</b>	<b>128,97</b>	<b>139,25</b>	<b>8,0</b>	<b>-36,1</b>

Fonte: Prestações de Contas de 2018 a 2021 dos municípios da RLVT e SISAL - Relatório Demonstração de Execução Orçamental da Despesa, Dez 2022.

## 2.2 ANÁLISE DA DESPESA MUNICIPAL – 2022

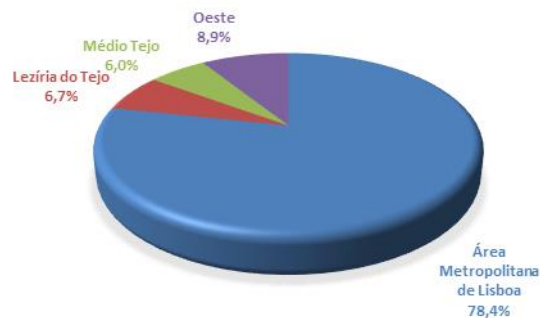
### 2.2.1 DESPESA TOTAL

As despesas municipais na RLVT ascenderam aos 3.726,26 M€, em 2022, sendo que mais de ¾ foram pagas pelos municípios da Área Metropolitana de Lisboa.

A grande amplitude revela a heterogeneidade de situações na gestão municipal:

- O valor de despesas pagas por Lisboa, 978,9 M€, representa mais de ¼ do valor total de despesas municipais da RLVT, seguindo-se Cascais, com uma despesa de 281,8 M€ e Sintra com 230,0 M€, valores muito díspares do valor mais baixo registado pelo município da Golegã, de 7,4 M€;
- A amplitude das despesas municipais é de 971,5 M€, diferença significativa entre o maior e menor registo;
- Apenas 5 municípios – Lisboa, Cascais, Sintra, Oeiras e Loures, correspondendo a 10% dos municípios da região, concentraram metade das despesas municipais regionais, sendo que 34 municípios, correspondendo a 65% dos municípios da RLVT, concentram apenas 20%.
- Analisando as despesas registadas pelo conjunto dos 18 municípios da Área Metropolitana de Lisboa, evidencia-se, tal como ocorre ao nível das receitas municipais, o peso que representam no total dos 52 municípios da área de atuação da RLVT, 78,4%.

Gráfico 42 – Despesa total dos municípios da RLVT, por NUTS III – 2022



Fonte: SISAL - Relatório Demonstração de Execução Orçamental da Despesa, Dez 2022, municípios RLVT.

Tabela 32 – Composição da despesa municipal, por NUTS III – 2022

Despesa municipal	Por NUTS III				Unidade: M€ RLVT
	AML	LT	MT	O	
Despesas com o pessoal	892,16	81,44	73,62	105,56	<b>1 152,78</b>
Aquisição de bens e serviços correntes	692,27	59,77	56,02	91,58	<b>899,64</b>
Juros e outros encargos	5,57	0,98	0,76	1,19	<b>8,51</b>
Transferências correntes	374,26	20,84	17,08	37,84	<b>450,02</b>
Subsídios	119,16	2,08	0,43	1,25	<b>122,92</b>
Outras despesas correntes	35,38	2,25	3,18	5,09	<b>45,90</b>
Aquisição bens de capital	592,36	68,29	57,40	71,70	<b>789,75</b>
Transferências de capital	66,15	4,16	3,66	9,91	<b>83,87</b>
Ativos financeiros	41,43	0,01	0,04	0,06	<b>41,54</b>
Passivos financeiros	101,87	10,25	9,83	8,79	<b>130,74</b>
Outras despesas de capital	0,54	0,00	0,00	0,07	<b>0,61</b>
<b>Despesa total</b>	<b>2 921,14</b>	<b>250,06</b>	<b>222,03</b>	<b>333,03</b>	<b>3 726,26</b>

Fonte: SISAL - Relatório Demonstração de Execução Orçamental da Despesa, Dez 2022, municípios RLVT.

Os principais destinos da despesa municipal, na RLVT e em 2022, ocorreram com o pagamento de despesas com o pessoal (30,9%), aquisição de bens e serviços (24,1%), aquisição de bens de capital (21,2%), transferências correntes (12,1%) e passivos financeiros (3,5%).

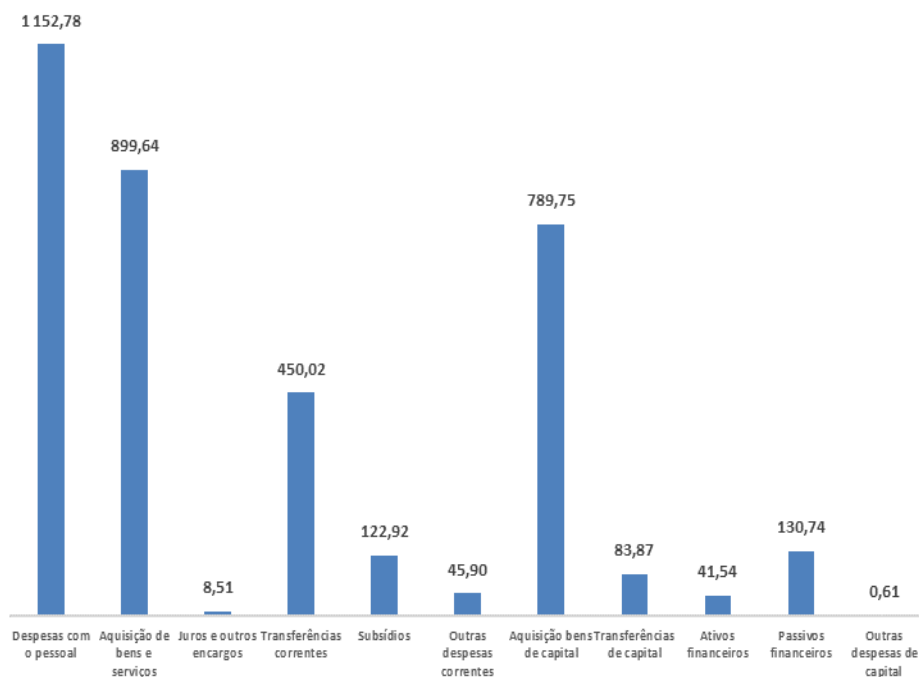
Cada sub-região apresentou situações distintas nas principais aplicações de despesa:

- Em todas as sub-regiões as despesas com maior peso do total das despesas foram as que resultaram de pagamentos com o pessoal;
- Na Área Metropolitana de Lisboa e no Oeste as despesas com a aquisição de bens e serviços evidenciaram o segundo maior peso nas despesas, sendo esta posição ocupada pela aquisição de bens de capital no caso do conjunto de municípios da Lezíria do Tejo e do Médio Tejo;

- O quarto maior agregado de despesas, em todas as sub-regiões, decorreu das transferências correntes para outras entidades, designadamente transferências para a administração local, freguesias<sup>37</sup> e associações de municípios;
- Seguem-se os subsídios correntes, na AML, e os passivos financeiros, nas outras NUTS III.

Gráfico 43 – Composição da despesa municipal – 2022

Unidade: M€



Fonte: SISAL - Relatório Demonstração de Execução Orçamental da Despesa, Dez 2022, municípios RLVT.

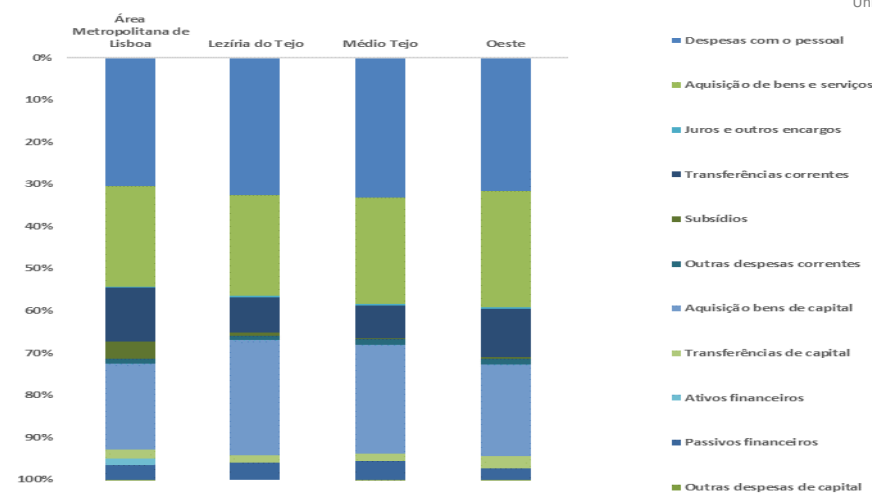
Tabela 33 – Estrutura da despesa municipal, por NUTS III – 2022

Peso da despesa municipal	Por NUTS III				Unidade: % RLVT
	AML	LT	MT	O	
Despesas com o pessoal	30,5	32,6	33,2	31,7	30,9
Aquisição de bens e serviços	23,7	23,9	25,2	27,5	24,1
Juros e outros encargos	0,2	0,4	0,3	0,4	0,2
Transferências correntes	12,8	8,3	7,7	11,4	12,1
Subsídios	4,1	0,8	0,2	0,4	3,3
Outras despesas correntes	1,2	0,9	1,4	1,5	1,2
Aquisição bens de capital	20,3	27,3	25,9	21,5	21,2
Transferências de capital	2,3	1,7	1,6	3,0	2,3
Ativos financeiros	1,4	0,0	0,0	0,0	1,1
Passivos financeiros	3,5	4,1	4,4	2,6	3,5
Outras despesas de capital	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
<b>Total</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>

Fonte: SISAL - Relatório Demonstração de Execução Orçamental da Despesa, Dez 2022, municípios RLVT.

Gráfico 44 – Estrutura da despesa municipal, por NUTS III – 2022

Unidade: %



Fonte: SISAL - Relatório Demonstração de Execução Orçamental da Despesa, Dez 2022, municípios RLVT.

As tabelas seguintes evidenciam heterogeneidade no montante e composição das despesas municipais por grandes agregados, em 2022, muito reveladora de situações distintas, quer devido à dimensão dos municípios, à sua localização, densidade populacional e dimensão económica e financeira.

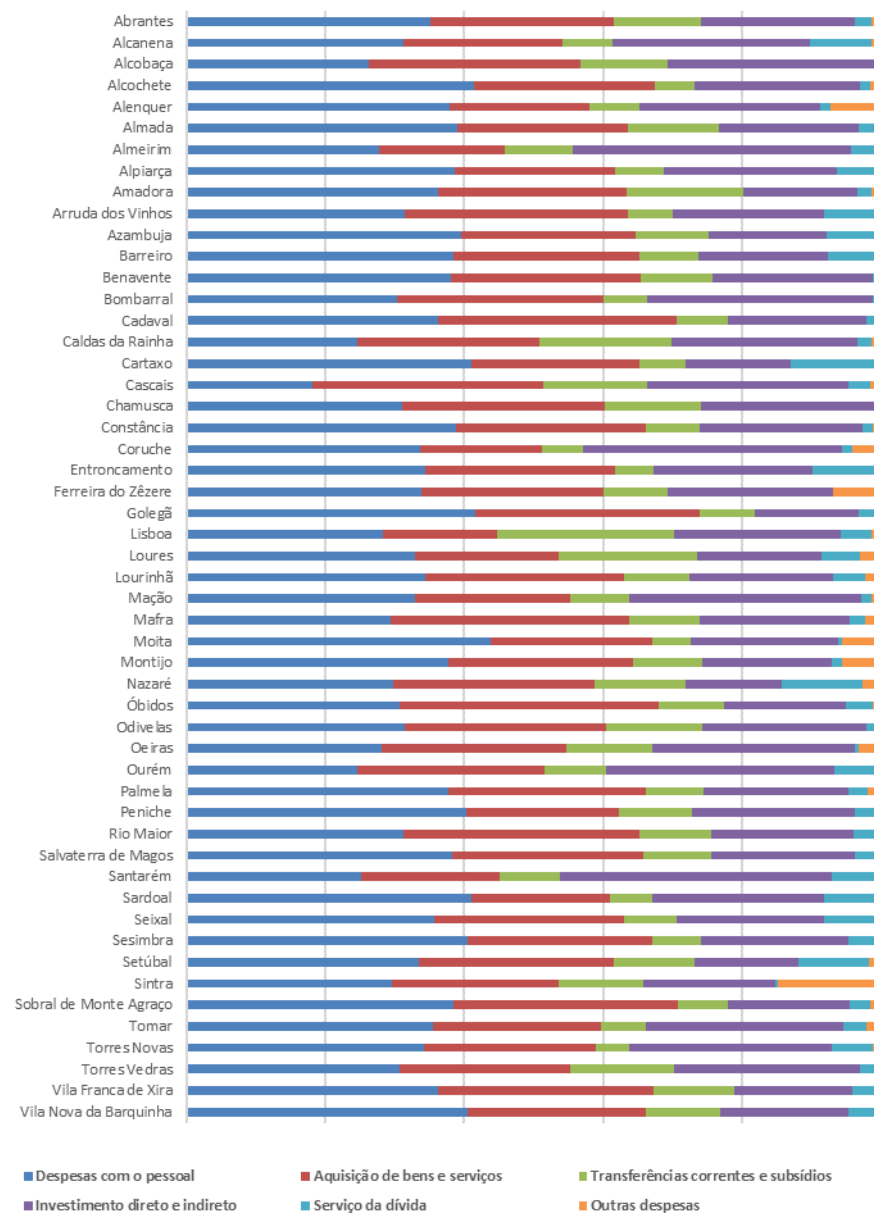
<sup>37</sup> TRANSFERÊNCIA DE COMPETÊNCIAS PARA AS FREGUESIAS, AO ABRIGO DO DL 57/2019. CONFORME DISPOSTO NO N.º 1 DO ARTIGO 9.º DO DECRETO-LEI N.º 57/2019, DE 30 DE ABRIL, OS RECURSOS FINANCEIROS AFETOS ÀS TRANSFERÊNCIAS DE NOVAS COMPETÊNCIAS PARA AS FREGUESIAS PROVÊM DO ORÇAMENTO MUNICIPAL.

Tabela 34 – Despesa municipal por grandes agregados – 2022

Municípios	Despesas com o pessoal	Aquisição de bens e serviços	Transferências correntes e subsídios	Investimento direto e indireto	Serviço da dívida	Outras despesas	Despesa total
Abrantes	10,75	8,04	3,85	6,80	0,72	0,40	30,55
Alcanena	5,13	3,78	1,20	4,68	1,46	0,21	16,46
Alcobaça	11,76	13,70	5,63	13,28	0,36	0,06	44,80
Alcochete	10,41	6,58	1,44	6,00	0,37	0,36	25,16
Alenquer	12,52	6,67	2,38	8,58	0,55	2,34	33,03
Almada	49,59	31,34	16,69	25,63	3,02	0,90	127,16
Almeirim	6,23	4,06	2,24	9,02	0,80	0,14	22,48
Alpiarça	3,74	2,25	0,68	2,41	0,57	0,05	9,70
Amadora	34,51	25,81	16,03	15,65	1,95	1,14	95,09
Arruda dos Vinhos	5,04	5,19	1,04	3,52	1,14	0,15	16,09
Azambuja	8,18	5,19	2,19	3,52	1,54	0,05	20,67
Barreiro	23,31	16,29	5,10	11,33	4,47	0,11	60,59
Benavente	10,08	7,23	2,74	6,07	0,16	0,15	26,42
Bombarral	4,25	4,16	0,88	4,56	0,11	0,04	14,01
Cadaval	5,03	4,78	1,03	2,78	0,24	0,03	13,89
Caldas da Rainha	9,34	9,90	7,19	10,22	0,73	0,49	37,86
Cartaxo	7,02	4,15	1,16	2,60	2,12	0,09	17,13
Cascais	51,18	93,65	42,42	81,64	8,88	4,08	281,85
Chamusca	4,58	4,32	2,05	3,80	0,00	0,03	14,78
Constância	3,13	2,20	0,62	1,89	0,12	0,09	8,06
Coruche	8,03	4,23	1,39	8,96	0,34	0,96	23,92
Entroncamento	6,15	4,89	0,98	4,11	1,57	0,17	17,88
Ferreira Zêzere	3,20	2,49	0,88	2,27	0,00	0,64	9,48
Golegã	3,09	2,40	0,60	1,11	0,20	0,03	7,42
Lisboa	277,44	160,04	250,70	234,42	43,12	13,20	978,91
Loures	55,54	35,12	33,68	30,64	9,24	4,96	169,17
Lourinhã	10,23	8,54	2,78	6,17	1,37	0,66	29,74
Mação	3,97	2,71	1,04	4,04	0,19	0,15	12,10
Mafra	22,17	25,92	7,65	16,38	1,65	1,64	75,39
Moita	20,15	10,69	2,47	9,82	0,23	2,54	45,91
Montijo	17,97	12,65	4,81	8,84	0,73	2,64	47,64
Nazaré	5,14	5,03	2,27	2,39	2,01	0,45	17,28
Óbidos	5,51	6,73	1,71	3,14	0,72	0,19	18,00
Odivelas	31,63	29,20	14,03	23,80	1,30	0,67	100,63
Oeiras	59,31	55,83	26,25	61,48	1,25	6,62	210,74
Ourém	10,09	11,09	3,58	13,51	2,32	0,40	40,99
Palmela	24,41	18,44	5,45	13,55	1,75	1,21	64,81
Peniche	11,14	6,09	2,95	6,49	0,75	0,27	27,69
Rio Maior	6,88	7,52	2,29	4,52	0,83	0,03	22,07
Salvaterra de Magos	6,35	4,57	1,61	3,43	0,47	0,14	16,57
Santarém	17,26	13,85	5,99	27,03	4,20	0,59	68,91
Sardoal	3,75	1,82	0,56	2,26	0,67	0,06	9,12
Seixal	50,14	38,34	10,44	29,81	11,13	0,33	140,18
Sesimbra	25,76	16,97	4,44	13,60	2,75	0,17	63,69
Setúbal	39,52	33,14	13,77	17,53	12,13	1,88	117,97
Sintra	67,90	55,57	27,97	43,73	0,71	34,16	230,04
Sobral de Monte Agraço	4,46	3,74	0,84	2,02	0,35	0,17	11,58
Tomar	12,43	8,41	2,29	9,96	1,14	0,71	34,93
Torres Novas	11,85	8,59	1,68	10,11	2,04	0,39	34,66
Torres Vedras	21,14	17,06	10,38	18,46	1,65	0,37	69,06
Vila Franca Xira	31,25	26,69	10,09	14,66	2,78	0,73	86,19
Vila Nova Barquinha	3,16	2,00	0,84	1,44	0,36	0,01	7,81
<b>Despesa total</b>	<b>1 152,78</b>	<b>899,64</b>	<b>572,94</b>	<b>873,62</b>	<b>139,25</b>	<b>88,04</b>	<b>3 726,26</b>

Unidade: M€

Gráfico 45 – Despesa municipal por grandes agregados – 2022



Fonte: SISAL - Relatório Demonstração de Execução Orçamental da Despesa, Dez 2022, municípios RLVT.

## 2.2.2 DESPESA COM O PESSOAL

A despesa com o pessoal rondou os 1.152,78 M€, em 2022, quase um terço das despesas municipais totais, sendo que a maior parte (77,4%) foi paga pelos municípios da AML, seguindo-se a NUTS III do Oeste, com 9,2% do total de despesas com o pessoal, Lezíria do Tejo (7,1%) e Médio Tejo (6,4%).

Tabela 35 – Despesa com o pessoal, por NUTS III – 2022

Despesa com o pessoal	Por NUTS III				RLVT
	AML	LT	MT	O	
Remunerações certas e permanentes	639,03	60,45	55,82	79,75	835,05
Abonos variáveis ou eventuais	61,13	3,39	1,67	3,03	69,22
Segurança social	191,99	17,60	16,13	22,78	248,51
<b>Total de despesas com o pessoal</b>	<b>892,16</b>	<b>81,44</b>	<b>73,62</b>	<b>105,56</b>	<b>1 152,78</b>

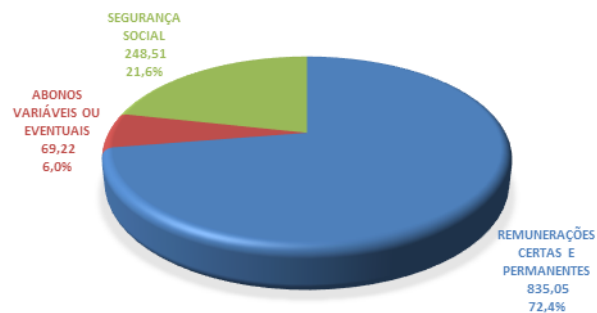
Unidade: M€

Fonte: SISAL - Relatório Demonstração de Execução Orçamental da Despesa, Dez 2022, municípios RLVT.

Na RLVT as remunerações certas e permanentes representaram 72,4% do total das despesas com o pessoal, seguindo-se os pagamentos à Segurança Social com um peso de 21,6%.

Os pagamentos em abonos variáveis ou eventuais representaram, na RLVT, 6,0% do total das despesas com o pessoal, registando esta despesa, no conjunto dos municípios da AML, um peso superior ao das outras sub-regiões, ao rondar os 7%.

Gráfico 46 – Estrutura da despesa com o pessoal, RLVT – 2022

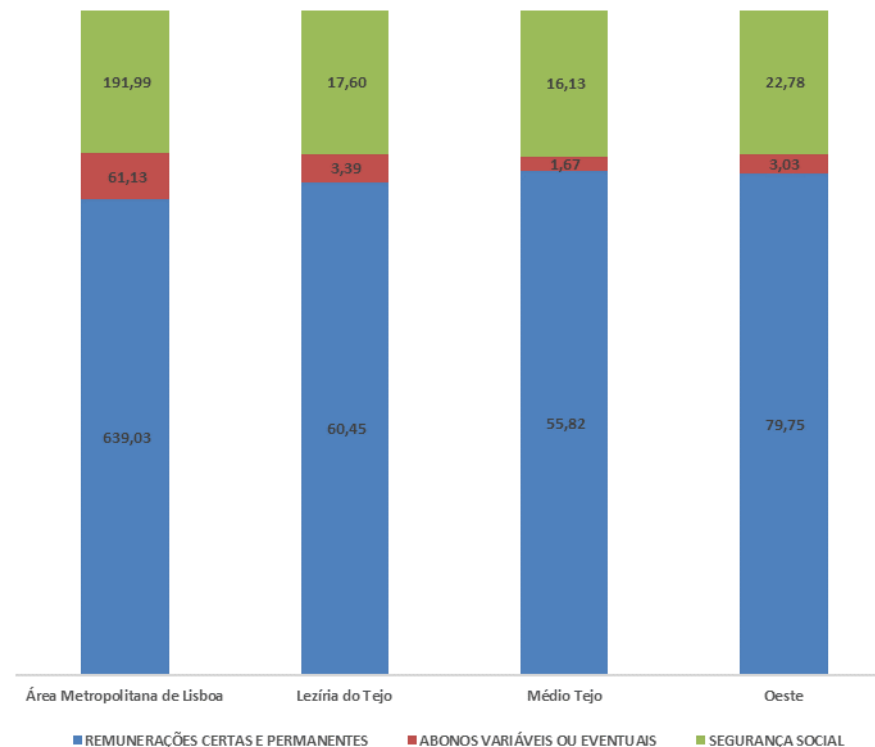


Unidade: M€ e %

Fonte: SISAL - Relatório Demonstração de Execução Orçamental da Despesa, Dez 2022, municípios RLVT.

Gráfico 47 – Estrutura da despesa com o pessoal, por NUTS III – 2022

Unidade: M€



Fonte: SISAL - Relatório Demonstração de Execução Orçamental da Despesa, Dez 2022, municípios RLVT.

## 2.2.2 DESPESA COM A AQUISIÇÃO DE BENS E SERVIÇOS

A despesa com a aquisição de bens e serviços nos municípios da RLVT rondou os 899,64 M€, em 2022, quase ¼ das despesas municipais totais, sendo que a maior parte (76,9%) foi paga pelos municípios da Área Metropolitana de Lisboa, seguindo-se a NUTS III do Oeste, com 10,2% do total de despesas com a aquisição de bens e serviços, a Lezíria do Tejo (6,6%) e o Médio Tejo (6,2%).

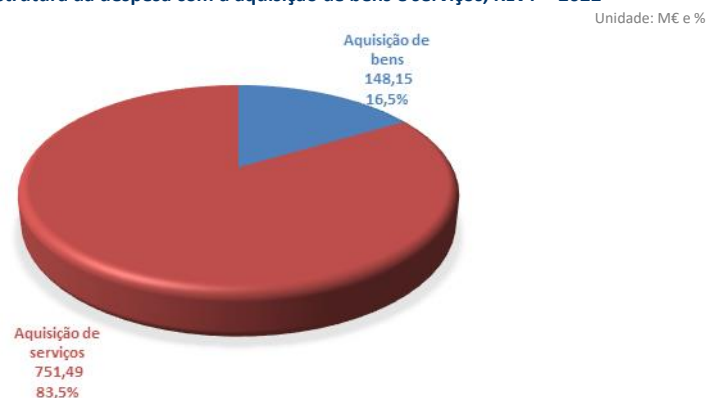
**Tabela 36 – Despesa com a aquisição de bens e serviços, por NUTS III – 2022**

Despesa com a aquisição de bens e serviços	Por NUTS III				Unidade: M€ RLVT
	AML	LT	MT	O	
Aquisição de bens	96,11	15,76	12,09	24,19	<b>148,15</b>
Aquisição de serviços	596,15	44,01	43,93	67,39	<b>751,49</b>
<b>Total aquisição de bens e serviços</b>	<b>692,27</b>	<b>59,77</b>	<b>56,02</b>	<b>91,58</b>	<b>899,64</b>

Fonte: SISAL - Relatório Demonstração de Execução Orçamental da Despesa, Dez 2022, municípios RLVT.

Na AML as despesas com a componente de aquisição de serviços representaram 86,1% do total de despesas neste agregado, sendo esse peso inferior nas outras sub-regiões, na casa dos 70%, por reforço da aquisição de bens.

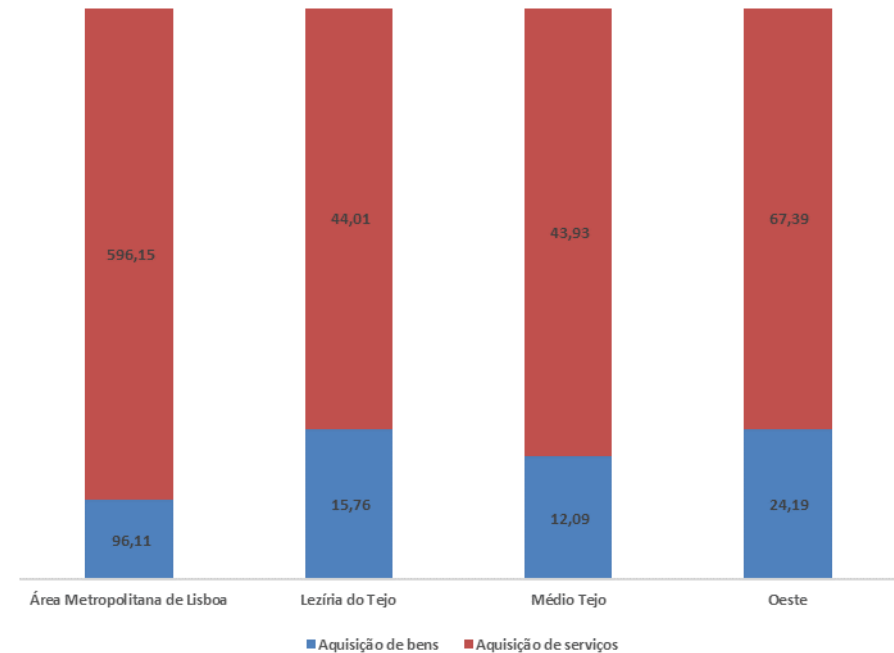
**Gráfico 48 – Estrutura da despesa com a aquisição de bens e serviços, RLVT – 2022**



Fonte: SISAL - Relatório Demonstração de Execução Orçamental da Despesa, Dez 2022, municípios RLVT.

**Gráfico 49 – Estrutura da despesa com a aquisição de bens e serviços, por NUTS III – 2022**

Unidade: M€



Fonte: SISAL - Relatório Demonstração de Execução Orçamental da Despesa, Dez 2022, municípios RLVT.

## 2.2.3 TRANSFERÊNCIAS CORRENTES E SUBSÍDIOS

A despesa municipal com as transferências correntes e subsídios atribuídos a outras entidades, na RLVT, rondou os 572,94 M€, em 2022, representando 15,4% do total das despesas regionais. A maior parte, 86,1%, foi paga pelos municípios da AML.

**Tabela 37 – Estrutura das transferências correntes e subsídios, por NUTS III – 2022**

Transferências correntes e subsídios	Por NUTS III				Unidade: M€ RLVT
	AML	LT	MT	O	
<b>Transferências correntes</b>	374,26	20,84	17,08	37,84	<b>450,02</b>
<b>Subsídios</b>	119,16	2,08	0,43	1,25	<b>122,92</b>
<b>Total</b>	<b>493,42</b>	<b>22,92</b>	<b>17,51</b>	<b>39,09</b>	<b>572,94</b>

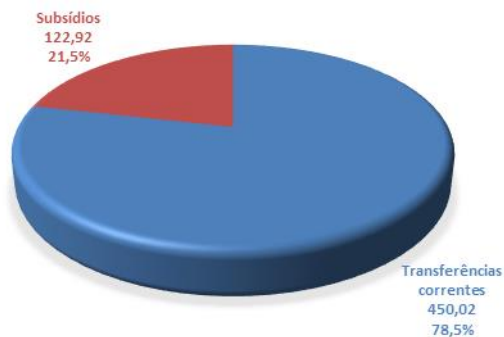
Fonte: SISAL - Relatório Demonstração de Execução Orçamental da Despesa, Dez 2022, municípios RLVT.

O peso regional das despesas com as transferências correntes atribuídas a outras entidades rondou os 78,5% em 2022, cabendo a fatia remanescente à atribuição de subsídios.

Destacando-se do peso regional, releve-se o peso de 24,1%, superior à média regional, dos subsídios atribuídos pelo conjunto de municípios da Área Metropolitana de Lisboa.

**Gráfico 50 – Estrutura da despesa com transferências correntes e subsídios, RLVT – 2022**

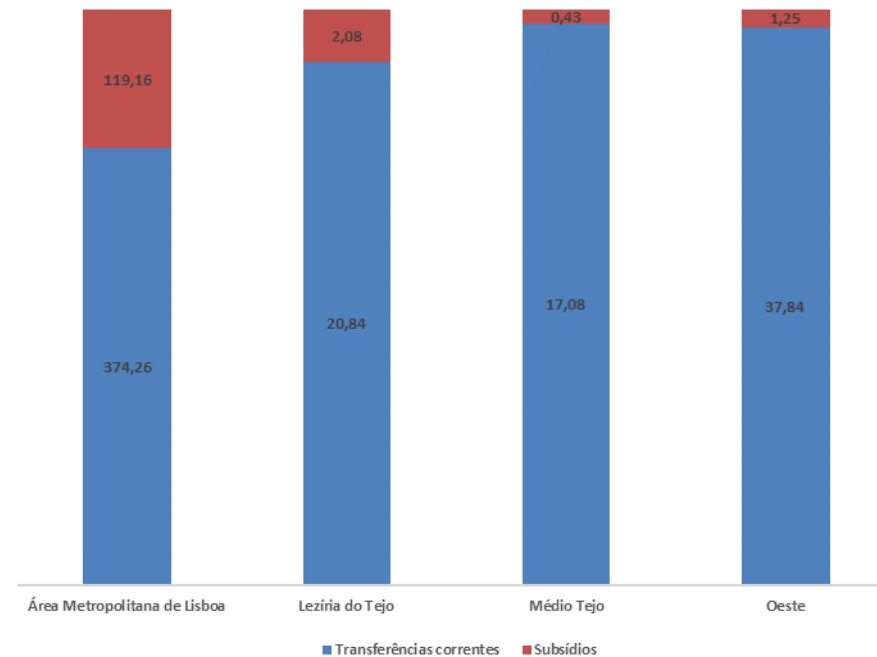
Unidade: M€ e %



Fonte: SISAL - Relatório Demonstração de Execução Orçamental da Despesa, Dez 2022, municípios RLVT.

**Gráfico 51 – Estrutura das transferências correntes e subsídios, por NUTS III – 2022**

Unidade: M€



Fonte: SISAL - Relatório Demonstração de Execução Orçamental da Despesa, Dez 2022, municípios RLVT.

## 2.2.4 INVESTIMENTO DIRETO E INDIRETO

A despesa com o agregado resultante da aquisição de bens de capital (investimento direto) e das transferências de capital atribuídas a outras entidades (investimento indireto), nos municípios da RLVT, rondou os 873,62 M€, 23,4% das despesas municipais totais, em 2022.

Mais de ¾ deste investimento foi realizado pelo conjunto dos municípios da Área Metropolitana de Lisboa, seguindo-se a NUTS III do Oeste, com 9,3%, Lezíria do Tejo com 8,3% e Médio Tejo com 7,0%.

**Tabela 38 – Estrutura do investimento direto e indireto, por NUTS III – 2022**

Investimento direto e indireto	Por NUTS III				RLVT
	AML	LT	MT	O	
Aquisição bens de capital	592,36	68,29	57,40	71,70	<b>789,75</b>
Transferências de capital	66,15	4,16	3,66	9,91	<b>83,87</b>
<b>Total</b>	<b>658,50</b>	<b>72,46</b>	<b>61,06</b>	<b>81,60</b>	<b>873,62</b>

Fonte: SISAL - Relatório Demonstração de Execução Orçamental da Despesa, Dez 2022, municípios RLVT.

Na Região, a maior fatia do investimento concretizou-se através da aquisição de bens de capital (90,4%) contribuindo as transferências de capital atribuídas as outras entidades com o remanescente.

Como nota de destaque, na Lezíria do Tejo e no Médio Tejo a componente do investimento direto rondou os 94% do total do investimento realizado, valor acima da média regional.

**Gráfico 52 – Estrutura da despesa em investimento direto e indireto, RLVT – 2022**

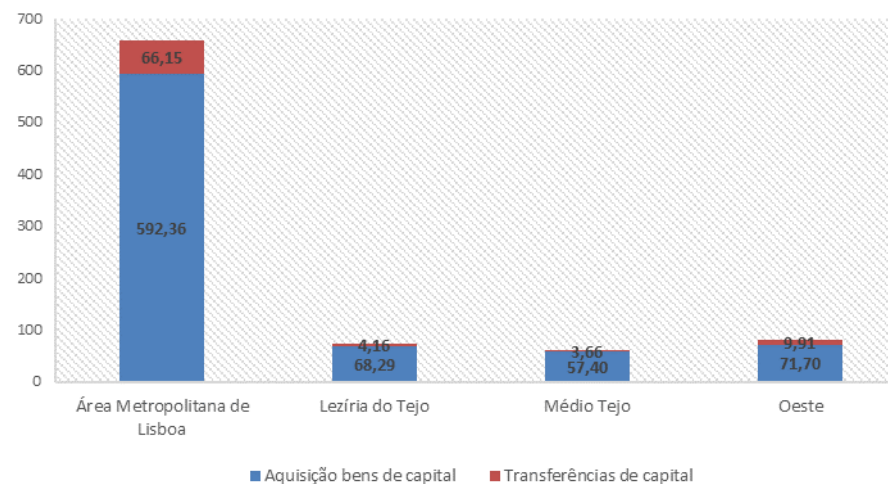
Unidade: M€ e %



Fonte: SISAL - Relatório Demonstração de Execução Orçamental da Despesa, Dez 2022, municípios RLVT.

**Gráfico 53 – Estrutura do investimento direto e indireto, por NUTS III – 2022**

Unidade: M€



Fonte: SISAL - Relatório Demonstração de Execução Orçamental da Despesa, Dez 2022, municípios RLVT.



## 2.2.5 SERVIÇO DE DÍVIDA

A despesa com o agregado relativo ao serviço de dívida, formado pelas despesas em juros e outros encargos financeiros e ainda passivos financeiros, nos municípios da RLVT rondou, em 2022, os 139,25 M€, 3,7% das despesas municipais totais.

Mais de ¾ do serviço de dívida foi pago pelo conjunto de municípios da Área Metropolitana de Lisboa, seguindo-se a NUTS III da Lezíria do Tejo, com 8,1%, o Médio Tejo com 7,6% e o Oeste com 7,2%.

Tabela 39 – Estrutura do serviço de dívida, por NUTS III – 2022

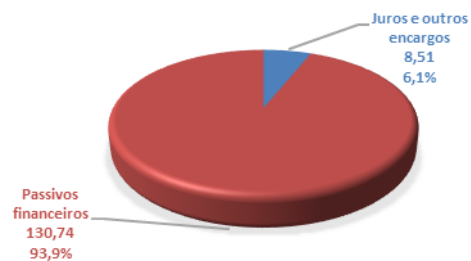
Serviço de dívida	Por NUTS III				RLVT
	AML	LT	MT	O	
<b>Juros e outros encargos</b>	<b>5,57</b>	<b>0,98</b>	<b>0,76</b>	<b>1,19</b>	<b>8,51</b>
Passivo financeiro - Empréstimos a curto prazo	13,40	0,00	2,88	0,45	16,73
Passivo financeiro - Empréstimos a médio e longo prazo	86,81	9,82	6,96	8,34	111,92
Outros passivos financeiros	1,66	0,43	0,00	0,00	2,09
<b>Passivo financeiro</b>	<b>101,87</b>	<b>10,25</b>	<b>9,83</b>	<b>8,79</b>	<b>130,74</b>
<b>Total de serviço de dívida</b>	<b>107,44</b>	<b>11,23</b>	<b>10,60</b>	<b>9,98</b>	<b>139,25</b>

Fonte: SISAL - Relatório Demonstração de Execução Orçamental da Despesa, Dez 2022, municípios RLVT.

Por outro lado, na RLVT, 80,4% das despesas no serviço de dívida foram para amortizar empréstimos de médio e longo prazo, 12,0% foram gastos com a amortização de empréstimos de curto prazo e 6,1% destinaram-se ao pagamento de juros e outros encargos financeiros.

Em destaque, relativamente aos rácios regionais, temos o maior peso no serviço de dívida das amortizações com os empréstimos a curto prazo no Médio Tejo (27,2%), das amortizações com os empréstimos a médio prazo na Lezíria do Tejo (87,4%) e o peso do pagamento de juros e outros encargos financeiros que no Oeste foi de 11,9% do seu serviço de 2022.

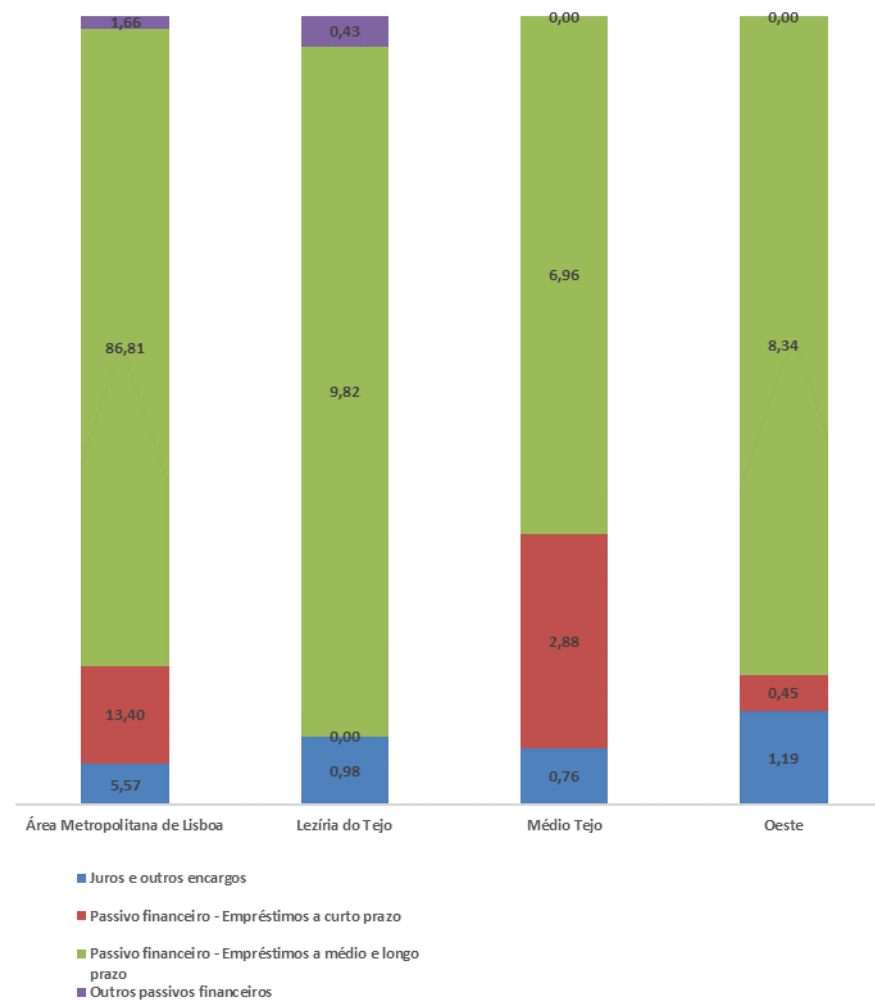
Gráfico 54 – Estrutura da despesa com o serviço de dívida, RLVT – 2022



Fonte: SISAL - Relatório Demonstração de Execução Orçamental da Despesa, Dez 2022, municípios RLVT.

Gráfico 55 – Estrutura do serviço de dívida, por NUTS III – 2022

Unidade: M€



Fonte: SISAL - Relatório Demonstração de Execução Orçamental da Despesa, Dez 2022, municípios RLVT.

### CAPÍTULO III – CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como nota final deste estudo, procura-se enquadrar a estrutura dos municípios da RLVT, em termos orçamentais, comparando a situação existente em 2018 com a registada no último ano do período em análise, 2022, evidenciando-se também o índice de independência financeira e a poupança corrente.

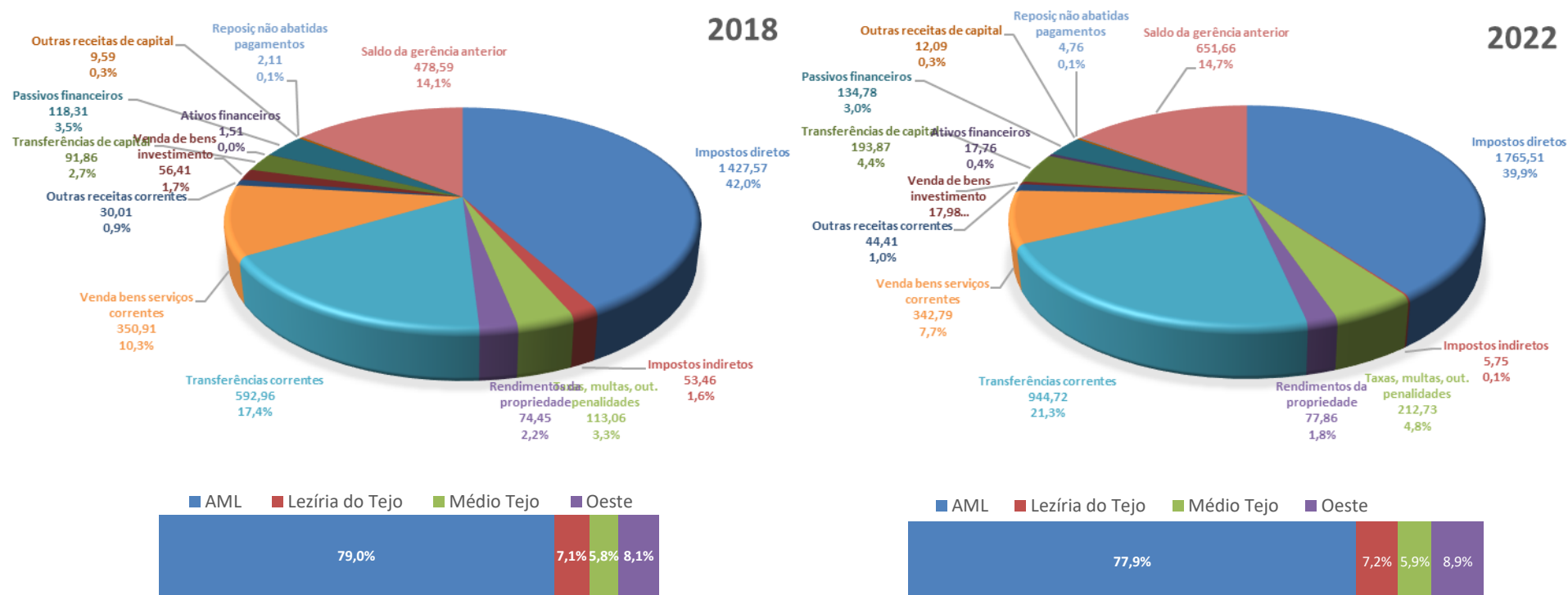
Sob o ponto de vista de desempenho orçamental, 79,0% (em 2018) e 77,9% (em 2022) do total de receitas municipais auferidas pelos 52 municípios da RLVT foram arrecadadas pelos 18 municípios da AML (35% do universo de municípios).

Em 2018 a receita fiscal representou 43,5% do total de receitas municipais, contribuindo com 57,0% para as receitas próprias. Já em 2022, na RLVT a receita fiscal diminuiu para um peso de 40,0% no total de receitas, compreendendo 56,2% de outras receitas próprias.

A linha evolutiva do valor das receitas próprias evidencia tendência de aumento ao longo do período em análise, no entanto como as transferências recebidas têm crescido mais, resulta que o peso das receitas próprias no total das receitas tem vindo a cair, designadamente a partir de 2019.

Gráfico 56 – Receitas municipais – 2018 e 2022

Unidade: M€ e %



Fonte: Prestações de Contas de 2018 dos municípios da RLVT e SISAL - Relatório Demonstração de Execução Orçamental da Receita, Dez 2022.

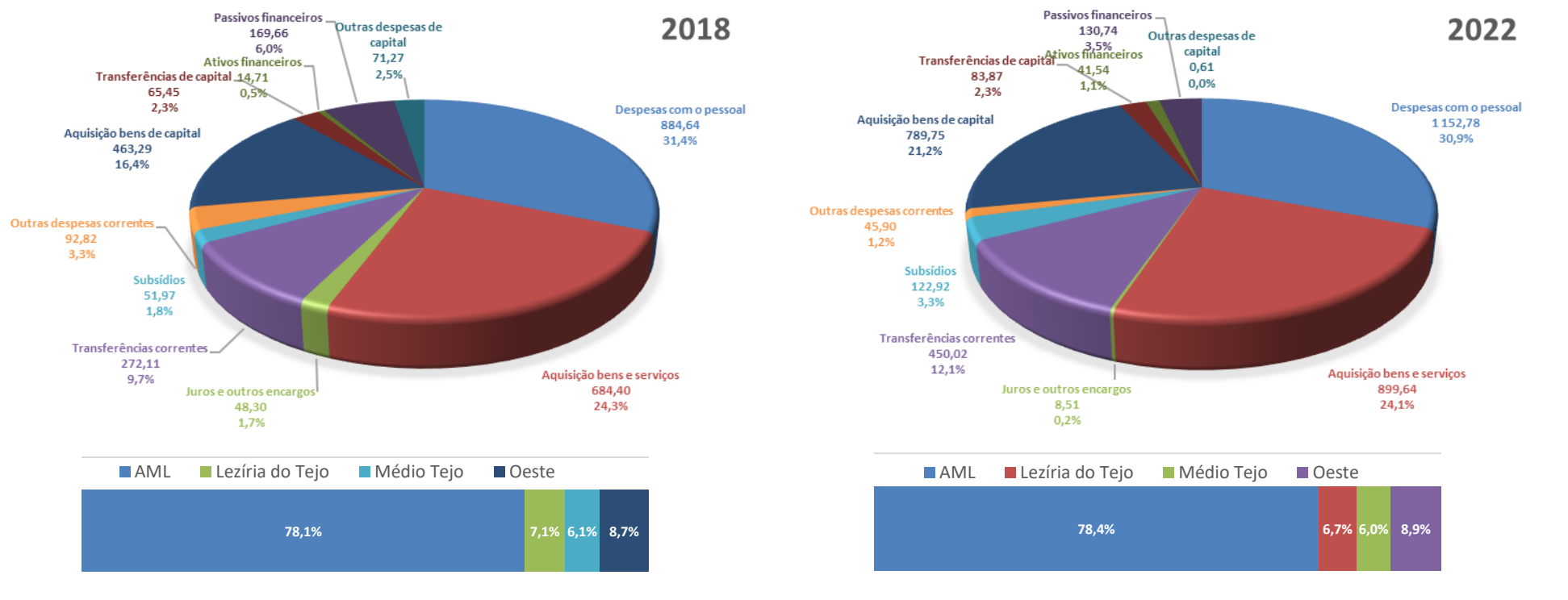
Considerando agora a estrutura das receitas totais, comparando os exercícios financeiros de 2018 e de 2022, releve-se:

- A diminuição do peso dos impostos diretos (de 42,0% em 2018 passou para 39,9% em 2022) e indiretos (de 1,6% para 0,1%), do peso da venda de bens e serviços correntes (de 10,3% para 7,7%) e da venda de bens de investimento (de 1,7% para 0,4%), referindo-se ainda a descida no peso dos passivos financeiros (de 3,5% para 3,0%), em contraponto ao aumento das transferências correntes (de 17,4% para 21,3%), e de capital recebidas (de 2,7% para 4,4%), do saldo de gerência anterior (de 14,1% para 14,7%) e das taxas, multas e outras penalidades (de 3,3% para 4,8%);
- O aumento das transferências correntes ficou reforçado, a partir de 2020, pela receita proveniente da transferência de competências operadas pela Lei n.º 50/2018 e ainda da participação de 7,5% na receita do IVA. Por outro lado, o aumento das transferências de capital refletiu a subida na arrecadação de receita ao nível dos

fundos comunitários, do novo fundo distribuído nos termos do n.º 3 do artigo 35.º do RFALEI – excedente, bem como da receita relativa à transferência de competências operadas pela Lei n.º 50/2018. Resultou assim uma tendência de decréscimo do peso do FEF e da participação fixa no IRS no total de transferências recebidas (de 33,7% e 27,4% em 2018 passou para 23,0% e 19,7% em 2022, respetivamente). Já as receitas recebidas por transferência de competências, correntes e de capital, atingiram um peso de 18,3%. Os fundos comunitários, correntes e de capital, evoluíram de um peso de 6,8% em 2018, para um peso de 13,3% em 2022, no total de transferências.

- Relativamente aos passivos financeiros evidencia-se a descida do peso do recurso a novos empréstimos de médio e longo prazo (de 89,1% para 84,8%), comparando os exercícios de 2018 e 2022, em contraponto à subida do peso do recurso a novos empréstimos de curto prazo (de 10,6% para 12,4%).

Gráfico 57 – Despesas municipais – 2018 e 2022



Fonte: Prestações de Contas de 2018 dos municípios da RLVT e SISAL - Relatório Demonstração de Execução Orçamental da Despesa, Dez 2022.

Ao nível da despesa observa-se que 78,1% (em 2018) e 78,4% (em 2022) do total de despesas municipais da RLVT foram efetuadas pelos municípios da AML.

Na RLVT, em 2018, no total de despesas pagas, 31,4%, foram para despesas com o pessoal, descendo para 30,9% em 2022.

Estas despesas representam ser sempre a maior fatia de gastos, seguindo-se a aquisição de bens e serviços, mas verificando-se também aqui uma descida, ligeira, no peso deste agregado (24,3% em 2018 e 24,1% em 2022).

Em sentido diferente saliente-se a evolução das despesas com o investimento total municipal direto e indireto, registando-se na RLVT um aumento de 2018 para 2022, de um peso no total das despesas de 18,8% cresceu para um peso de 23,4%.

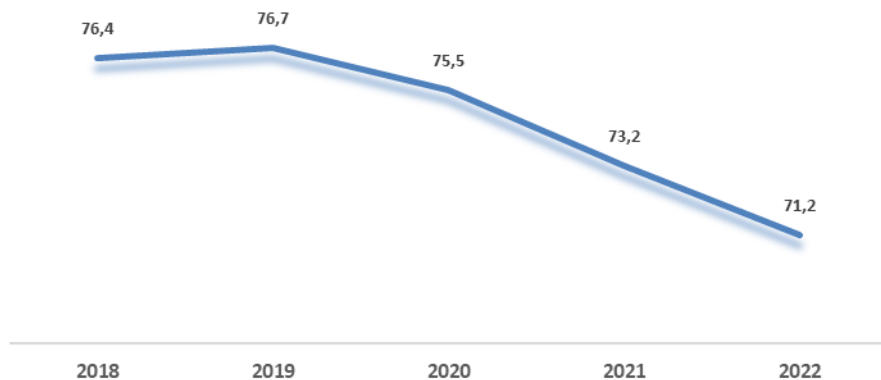
O agregado formado pelas transferências e subsídios efetuados para outras entidades também subiu, passando de um peso de 11,5% para 15,4%.

Analisando o período em análise, na RLVT, observa-se uma diminuição favorável do serviço da dívida que evoluiu de 7,7% para 3,7%.

Numa análise complementar aos exercícios orçamentais evidenciam-se os resultados de dois indicadores, o de independência financeira e o da poupança corrente.

O rácio de independência financeira<sup>38</sup>, que relaciona as receitas próprias com as receitas totais, baixou, na RLVT, de 76,4% para 71,2%, ao compararmos 2018 com 2022, evolução que, por um lado, teve a ver com o aumento de transferências recebidas, por outro lado, com o contexto pandémico, a partir de 2020.

Gráfico 58 – Evolução do índice de independência financeira – 2018 a 2022



Fonte: Prestações de Contas de 2018 a 2021 dos municípios da RLVT e SISAL - Relatório Demonstração de Execução Orçamental da Receita, Dez 2022.

<sup>38</sup> CONSIDERA-SE HAVER INDEPENDÊNCIA FINANCEIRA QUANDO ESTE RÁCIO FOR SUPERIOR A PELO MENOS 50%.

Comparando os exercícios financeiros, de 2018 e de 2022, verifica-se que este índice desceu em todas as sub-regiões, com exceção da Lezíria do Tejo, a qual, partindo de um índice de independência financeira de 50,6%, registou, em 2022, um rácio de 51,5%.

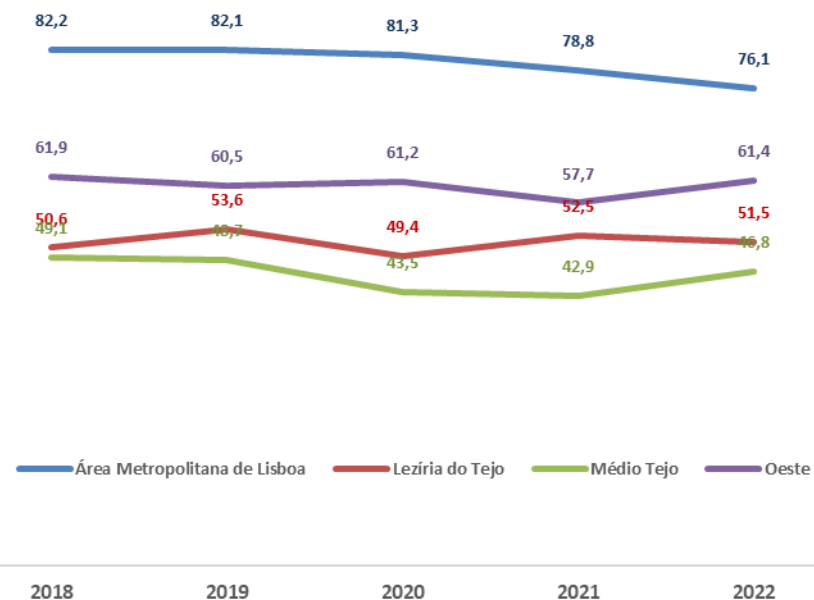
No Médio Tejo este índice apresentou, ao longo do período, índices sempre abaixo dos 50%.

O melhor índice foi evidenciado pelo grupo de municípios da AML, sendo de 82,2% em 2018 e de 76,1% em 2022.

Entre 2018 e 2022 o nº de municípios que registaram rácios de independência financeira positivos manteve-se nos 38 municípios.

Em 2022, 7 municípios ultrapassaram o índice de 75%, designadamente Cascais, Lisboa, Oeiras, Sesimbra, Mafra, Óbidos e Palmela.

Gráfico 59 – Evolução do índice de independência financeira, por NUTS III – 2018 a 2022

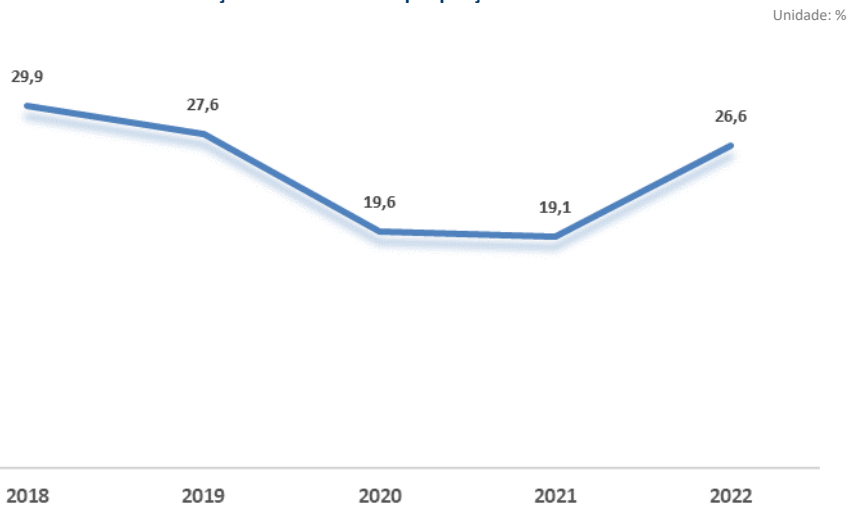


Fonte: Prestações de Contas de 2018 a 2021 dos municípios da RLVT e SISAL - Relatório Demonstração de Execução Orçamental da Receita, Dez 2022.

Outro rácio em análise caracteriza o excedente das receitas correntes sobre as despesas correntes, potenciador de uma maior capacidade em investir.

Quando medimos a proporção das receitas correntes face ao valor pago de despesas correntes, resultando a percentagem de excedente das receitas correntes sobre as despesas correntes, observa-se, ao nível da RLVT, uma descida significativa e contínua até 2021, subindo para 26,6% em 2022, mas ainda assim mais baixa que a observada em 2018 (29,9%).

Gráfico 60 – Evolução do excedente da poupança corrente – 2018 a 2022



Fonte: Prestações de Contas de 2018 a 2021 dos municípios da RLVT e SISAL - Relatórios Demonstração de Execução Orçamental da Receita e da Despesa, Dez 2022.

As sub-regiões da Área Metropolitana de Lisboa e do Médio Tejo registaram excedentes de poupança corrente mais baixas em 2022 face a 2018, passando, respetivamente, de 31,4% e de 25,0%, em 2018, para 27,4% e 21,6%, em 2022.

Por outro lado, na Lezíria do Tejo e no Oeste, verificou-se uma subida do excedente de poupança corrente, evoluindo, respetivamente, de 26,9% e de 22,3%, em 2017, para 27,1% e 22,8%, em 2022.

Pese embora esta descida, constatou-se que em 2018 e em 2022 todos os municípios da RLVT apresentaram excedentes de poupança corrente, à exceção de Sardoal que, em 2022, foi negativo.

Gráfico 61 – Evolução da % de excedente das receitas correntes sobre as despesas correntes, por NUTS III – 2018 a 2022

Unidade: %



Fonte: Prestações de Contas de 2018 a 2021 dos municípios da RLVT e SISAL - Relatórios Demonstração de Execução Orçamental da Receita e da Despesa, Dez 2022.

## CONCEITOS

**Amortização de empréstimo** – Valor correspondente ao pagamento do capital em dívida, podendo o reembolso ser parcial ou total.

**Aquisição de bens de capital** – Agrega as despesas aplicadas em investimento, locação financeira e bens do domínio público.

**Aquisição de bens e serviços** – Engloba as despesas em bens de consumo, duráveis ou não, e aquisição de serviços.

**Ativos financeiros (despesa)** – Incluem as operações financeiras com a aquisição de títulos de crédito e com a concessão de empréstimos e adiantamentos ou subsídios reembolsáveis, junto dos serviços municipalizados. Englobam as aplicações financeiras de tesouraria, mas também as aplicações financeiras de médio e longo prazo.

**Ativos financeiros (receita)** – Representam os benefícios anuais ou os benefícios futuros para os respetivos detentores, concretizando-se através de meios de pagamento. Pela sua natureza, são próximos de créditos financeiros. Incluem a venda e amortização de títulos de crédito, nomeadamente obrigações e ações ou outras formas de participação, bem como as resultantes do reembolso a favor da autarquia, do valor da amortização de empréstimos afetos aos serviços municipalizados, ou subsídios reembolsáveis concedidos nos termos da lei.

**Classificação económica** – Quadro normativo que se destina ao acompanhamento, numa perspetiva económica, da execução orçamental das receitas e despesas públicas (na ótica da contabilidade pública). O classificador económico das receitas e despesas públicas foi aprovado pelo Decreto-Lei n.º 26/2002, de 14 de fevereiro.

**Derrama municipal** – A derrama é um imposto municipal que incide sobre o lucro tributável das pessoas coletivas, sendo a sua taxa fixada anualmente pelos diferentes municípios.

**Despesa corrente** – Reflete os gastos em bens e serviços consumidos dentro do ano corrente, com vista à satisfação de compromissos e necessidades sociais e coletivas.

**Despesa de capital** – Compreende as transferências de capital, sob a forma de subsídios ao investimento e outras transferências de capital, bem como as despesas de investimento.

**Execução orçamental** – A execução orçamental é o conjunto de operações que refletem a cobrança de receitas e o pagamento das despesas previstas.

**Fundo de Apoio Municipal** – Respeita a um fundo participado em partes iguais pelo Estado e pela totalidade dos municípios portugueses, dotado de autonomia administrativa e financeira, que tem por objetivo prestar assistência financeira aos municípios que se encontrem em situação de rutura financeira. Este fundo foi instituído pela Lei n.º 53/2014, de 25 de agosto.

**Fundo de Equilíbrio Financeiro** – Corresponde a uma subvenção geral consagrada na lei que estabelece o regime financeiro das autarquias locais e das entidades intermunicipais, consagrada no n.º 1 do artigo 25.º conjugado com o artigo 27.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, equivalente a 19,5% da média aritmética simples da receita proveniente do imposto sobre o rendimento das pessoas singulares (IRS), do imposto sobre o rendimento das pessoas coletivas (IRC) e do imposto sobre o valor acrescentado (IVA).

**Fundo Social Municipal** – Corresponde a uma subvenção específica, consagrada no artigo 30.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, transferência financeira do Orçamento do Estado consignada ao financiamento de despesas determinadas, relativas a atribuições e competências dos municípios associadas a funções sociais, nomeadamente na educação, na saúde ou na ação social, estando a sua distribuição definida no art.º 34.º.

**Investimento** – Em termos financeiros, orçamentais e contabilísticos, consideram-se como despesas de investimento aquelas que as autarquias destinem à aquisição ou reparação de bens duradouros por si detidos ou por si utilizados na sua atividade.

**Investimentos financeiros** – Abrange as aplicações financeiras de carácter permanente.

**Juros** - montante que o devedor tem a responsabilidade de pagar ao credor ao longo de um determinado período pela utilização de um determinado montante de capital; incluem também outras despesas correntes inerentes à contratação e gestão dos empréstimos até ao seu vencimento bem como às despesas inerentes aos serviços bancários e outras despesas/encargos financeiros que não sejam juros.

**Participação variável no IRS** – Participação consagrada na alínea c) do artigo 25.º da Lei nº 73/2013, de 3 de setembro, conjugada com o art.º 26.º, mediante a qual os municípios têm direito, em cada ano, a uma participação variável até 5% no IRS dos sujeitos passivos com domicílio fiscal na respetiva circunscrição territorial, relativa a rendimentos do ano imediatamente anterior.

**Passivos financeiros (lado da despesa)** – Pagamentos decorrentes da amortização de empréstimos, regularização de adiantamentos ou subsídios reembolsáveis e garantias.

**Passivos financeiros (lado da receita)** – Receitas provenientes da emissão de obrigações e de empréstimos contraídos a curto prazo e a médio e longo prazo. Os empréstimos de curto prazo destinam-se a cobrir exclusivamente dificuldades de tesouraria.

**Receita fiscal municipal** – Receita proveniente dos impostos diretos e indiretos municipais que contemplam, nomeadamente, as receitas provenientes do IMI, IMT, derrama municipal, imposto único de circulação e demais impostos, entretanto extintos, mas cuja cobrança não tenha sido efetuada na altura.

**Receita própria** – A receita própria dos municípios engloba os recursos financeiros que os mesmos podem arrecadar, decorrendo das receitas cobradas localmente. Ao total de receitas cobradas são assim deduzidas as transferências, correntes e de capital, bem como os empréstimos contraídos (passivos financeiros), englobando as seguintes componentes de receita: impostos diretos, impostos indiretos, taxas, multas e outras penalidades, rendimentos de propriedade, venda de bens e serviços correntes, outras receitas correntes, venda de bens de investimento, ativos financeiros, outras receitas de capital, reposições não abatidas nos pagamentos e saldo da gestão anterior.

**Rendimentos de propriedade** – Receitas provenientes do rendimento de ativos financeiros, como depósitos bancários, títulos e empréstimos cedidos, e rendas de ativos não produtivos, como terrenos e ativos incorpóreos.

**Reposições não abatidas nos pagamentos** – Receitas resultantes das entradas de fundos na tesouraria, em resultado de pagamentos orçamentais indevidos, ocorridos em anos anteriores, ou em razão de não terem sido utilizados, na globalidade ou parte, pelas entidades que os receberam.

**Serviço da dívida** – Despesas pagas em juros e outros encargos e em passivos financeiros, execução orçamental.

**Subsídios** – Fluxos financeiros não reembolsáveis, dos municípios para as empresas públicas municipais e intermunicipais ou empresas participadas, com o objetivo de influenciar níveis de produção, preços ou remunerações dos fatores de produção.

**Taxas, multas e outras penalidades** – Agregado composto pelas taxas pagas pelos particulares, por contrapartida à emissão de licenças e da prestação de serviços, nos termos da lei e ainda pelas multas e outras penalidades, decorrentes da transgressão da lei, posturas e outros regulamentos.

**Transferências correntes (despesa)** – Importâncias a entregar a entidades para financiar despesas correntes, não implicando qualquer contraprestação direta para o município por parte das unidades receptoras.

**Transferências correntes (receita)** – Recursos financeiros auferidos sem qualquer contrapartida, destinados ao financiamento de despesas correntes ou sem afetação preestabelecida.

**Transferências de capital (despesa)** – Importâncias a entregar a entidades, para financiar despesas de capital, não implicando qualquer contraprestação direta para o município por parte das unidades receptoras.

**Transferências de capital (receita)** – Recursos financeiros auferidos sem qualquer contrapartida, destinados ao financiamento de despesas de capital.

**Transferências e subsídios correntes concedidos e prestações sociais** – Engloba as transferências correntes concedidas às unidades institucionais (Orçamento do Estado, serviços e fundos autónomos, administração autárquica, administração regional, segurança social), bem como as transferências correntes concedidas sem contrapartida a unidades produtivas, como empresas públicas municipais, intermunicipais ou empresas participadas, com o objetivo de influenciar níveis de produção, preços ou remunerações dos fatores de produção.

**Transferências e subsídios obtidos** – Inclui as transferências a que os municípios têm direito, designadamente nos termos do RFAEI e de acordo com a Lei do Orçamento do Estado respeitante a cada ano económico. As transferências destinadas ao financiamento de investimentos específicos e determinadas por lei, por protocolo ou por contrato-programa são registadas na conta 2745 "Subsídios para investimentos". Nesta classificação estão ainda englobados os subsídios, que consistem em transferências correntes obtidas sem contrapartida destinadas a unidades produtivas com o objetivo de influenciar níveis de produção, preços ou remunerações dos fatores de produção.

**Venda de bens de investimento** – Rendimentos provenientes da alienação, a título oneroso, de bens de capital que, na aquisição ou construção, tenham sido contabilizados como investimento.

**Venda de bens e serviços correntes** – Produto da venda dos bens, inventariados ou não, que inicialmente não tenham sido classificados como bens de capital ou de investimento.

**Vendas e prestações de serviços** – Abrange os proveitos das vendas (designadamente mercadorias, eletricidade, água, sucata, habitação social) e da prestação de serviços, como sejam de saneamento, resíduos sólidos, transportes coletivos de pessoas e mercadorias, entre outros.

## PRINCIPAIS FONTES CONSULTADAS

INE (2023) Anuário Estatístico de Portugal – 2022, disponível em [https://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine\\_publicacoes&PUBLICACOESpub\\_boui=66301433&PUBLICACOESmodo=2](https://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_publicacoes&PUBLICACOESpub_boui=66301433&PUBLICACOESmodo=2).

Baleiras, Rui Nuno, Dias, Rui, Almeida, Miguel (2018) – Finanças Locais, Princípios Económicos, *instituições e a experiência portuguesa desde 1987* – Conselho de Finanças Públicas.

Carvalho, João Baptista da Costa, Fernandes, Maria José, Teixeira, Ana (2002). *POCAL – Comentado*, Rei dos Livros. Lisboa.

Documentos de prestação de contas dos municípios (anos 2018 a 2022).

Estudos Finanças Locais publicados pela CCDRLVT I.P. - <https://www.ccdr-lvt.pt/administracao-local/estudos-de-analise-para-as-autarquias-locais/>.

Ordem dos Contabilistas Certificados (Novembro 2023) - Anuário financeiro dos municípios portugueses 2022, disponível em <https://www.calameo.com/read/0003249817a18c13df59c>.

Portal autárquico - <http://www.portalautarquico.dgal.gov.pt/pt-PT/financas-locais/>.

Relatórios do Conselho de Finanças Públicas relativos à execução orçamental da Administração Local *in site* [www.cfp.pt](http://www.cfp.pt).

Santos, J. Albano. *Os saldos orçamentais*, GPEARl – Ministério das Finanças, Artigo 03/2016.

Sousa Franco, António L., (2002). Finanças públicas e direito financeiro, volumes I e II, Almedina. Coimbra.



## ÍNDICE DE TABELAS E GRÁFICOS

TABELA 1 – EVOLUÇÃO DA RECEITA MUNICIPAL, POR NUTS III – 2018 A 2022 .....	5
TABELA 2 – EVOLUÇÃO DA RECEITA MUNICIPAL, POR NATUREZA ECONÓMICA – 2018 A 2022 .....	6
TABELA 3 – EVOLUÇÃO DO PESO DA RECEITA MUNICIPAL, POR NATUREZA ECONÓMICA – 2018 A 2022 .....	7
TABELA 4 – EVOLUÇÃO DA RECEITA MUNICIPAL POR FONTE DE FINANCIAMENTO – 2018 A 2022 .....	7
TABELA 5 – EVOLUÇÃO DO PESO DA RECEITA MUNICIPAL POR FONTE DE FINANCIAMENTO – 2018 A 2022 .....	7
TABELA 6 – EVOLUÇÃO DA RECEITA PRÓPRIA, POR NATUREZA ECONÓMICA – 2018 A 2022 .....	8
TABELA 7 – EVOLUÇÃO DA RECEITA FISCAL, POR NATUREZA ECONÓMICA – 2018 A 2022 .....	9
TABELA 8 – EVOLUÇÃO DA RECEITA PRÓPRIA, POR NUTS III – 2018 A 2022 .....	10
TABELA 9 – EVOLUÇÃO DA RECEITA FISCAL, POR NUTS III – 2018 A 2022 .....	10
TABELA 10 – EVOLUÇÃO DAS TRANSFERÊNCIAS, POR NATUREZA ECONÓMICA – 2018 A 2022 .....	11
TABELA 11 – EVOLUÇÃO DAS TRANSFERÊNCIAS RECEBIDAS, POR NUTS III – 2018 A 2022 .....	12
TABELA 12 – EVOLUÇÃO DO PASSIVO FINANCEIRO, POR NATUREZA ECONÓMICA – 2018 A 2022 .....	13
TABELA 13 – EVOLUÇÃO DO PASSIVO FINANCEIRO, POR NUTS III – 2018 A 2022 .....	14
TABELA 14 – COMPOSIÇÃO DAS RECEITAS, POR NUTS III – 2022 .....	15
TABELA 15 – ESTRUTURA DA RECEITA MUNICIPAL, POR NUTS III – 2022 .....	16
TABELA 16 – RECEITA MUNICIPAL POR FONTE DE FINANCIAMENTO – 2022 .....	17
TABELA 17 – ESTRUTURA DA RECEITA PRÓPRIA, POR NUTS III – 2022 .....	18
TABELA 18 – ESTRUTURA DA RECEITA FISCAL, POR NUTS III – 2022 .....	18
TABELA 19 – ESTRUTURA DAS TRANSFERÊNCIAS RECEBIDAS, POR NUTS III – 2022 .....	19
TABELA 20 – ESTRUTURA DO PASSIVO FINANCEIRO, POR NUTS III – 2022 .....	20
TABELA 21 – EVOLUÇÃO DA DESPESA MUNICIPAL, POR NUTS III – 2018 A 2022 .....	21

GRÁFICO 1 – EVOLUÇÃO DA RECEITA TOTAL MUNICIPAL – 2018 A 2022 .....	5
GRÁFICO 2 – EVOLUÇÃO DA RECEITA MUNICIPAL, POR NATUREZA ECONÓMICA – 2018 A 2022 .....	5
GRÁFICO 3 – VARIAÇÃO DA RECEITA MUNICIPAL, POR NATUREZA ECONÓMICA – 2018 A 2022 .....	6
GRÁFICO 4 – EVOLUÇÃO DA RECEITA MUNICIPAL POR FONTE DE FINANCIAMENTO – 2018 A 2022 .....	7
GRÁFICO 5 – EVOLUÇÃO DA RECEITA PRÓPRIA – 2018 A 2022 .....	8
GRÁFICO 6 – EVOLUÇÃO DOS PRINCIPAIS AGREGADOS DA RECEITA FISCAL, POR NATUREZA ECONÓMICA – 2018 A 2022 .....	9
GRÁFICO 7 – EVOLUÇÃO DA ESTRUTURA DE RECEITA PRÓPRIA – 2018 E 2022 .....	10
GRÁFICO 8 – EVOLUÇÃO DAS TRANSFERÊNCIAS – 2018 A 2022 .....	11
GRÁFICO 9 – EVOLUÇÃO DA ESTRUTURA DAS TRANSFERÊNCIAS RECEBIDAS – 2018 E 2022 .....	12
GRÁFICO 10 – EVOLUÇÃO DO PASSIVO FINANCEIRO – 2018 A 2022 .....	13
GRÁFICO 11 – EVOLUÇÃO PRINCIPAIS AGREGADOS DO PASSIVO FINANCEIRO, POR NATUREZA ECONÓMICA – 2018 A 2022 .....	13
GRÁFICO 12 – EVOLUÇÃO DA ESTRUTURA DO PASSIVO FINANCEIRO – 2018 E 2022 .....	14
GRÁFICO 13 – RECEITA TOTAL DOS MUNICÍPIOS DA RLV, POR NUTS III – 2022 .....	15
GRÁFICO 14 – COMPOSIÇÃO DA RECEITA MUNICIPAL – 2022 .....	15
GRÁFICO 15 – ESTRUTURA DA RECEITA MUNICIPAL, POR NUTS III – 2022 .....	16
GRÁFICO 16 – ESTRUTURA DA RECEITA MUNICIPAL, POR AGREGADO, POR NUTS III – 2022 .....	16
GRÁFICO 17 – RECEITA MUNICIPAL POR FONTE DE FINANCIAMENTO – 2022 .....	17
GRÁFICO 18 – ESTRUTURA DA RECEITA PRÓPRIA, RLV – 2022 .....	18
GRÁFICO 19 – ESTRUTURA DA RECEITA PRÓPRIA, POR NUTS III – 2022 .....	18
GRÁFICO 20 – ESTRUTURA DAS TRANSFERÊNCIAS RECEBIDAS, RLV – 2022 .....	19
GRÁFICO 21 – ESTRUTURA DAS TRANSFERÊNCIAS RECEBIDAS, POR NUTS III – 2022 .....	19
GRÁFICO 22 – ESTRUTURA DO PASSIVO FINANCEIRO, RLV – 2022 .....	20
GRÁFICO 23 – ESTRUTURA DO PASSIVO FINANCEIRO, POR NUTS III – 2022 .....	20
GRÁFICO 24 – EVOLUÇÃO DA DESPESA TOTAL MUNICIPAL – 2018 A 2022 .....	21
GRÁFICO 25 – EVOLUÇÃO DA DESPESA MUNICIPAL, POR NATUREZA ECONÓMICA – 2018 A 2022 .....	21
GRÁFICO 26 – VARIAÇÃO DA DESPESA MUNICIPAL, POR NATUREZA ECONÓMICA – 2018 A 2022 .....	22

TABELA 22 – EVOLUÇÃO DA DESPESA MUNICIPAL, POR NATUREZA ECONÓMICA – 2018 A 2022 .....	22
TABELA 23 – EVOLUÇÃO DO PESO DA DESPESA MUNICIPAL, POR NATUREZA ECONÓMICA – 2018 A 2022 .....	22
TABELA 24 – EVOLUÇÃO DA DESPESA MUNICIPAL POR GRUPOS DE DESPESA – 2018 A 2022 .....	23
TABELA 25 – EVOLUÇÃO DO PESO DA DESPESA MUNICIPAL POR GRUPOS DE DESPESA – 2018 A 2022 .....	23
TABELA 26 – EVOLUÇÃO DA DESPESA COM O PESSOAL, POR NUTS III – 2018 A 2022 .....	24
TABELA 27 – EVOLUÇÃO DA DESPESA COM A AQUISIÇÃO DE BENS E SERVIÇOS, POR NUTS III – 2018 A 2022 .....	25
TABELA 28 – EVOLUÇÃO DAS TRANSFERÊNCIAS CORRENTES E SUBSÍDIOS, POR NUTS III – 2018 A 2022 .....	26
TABELA 29 – EVOLUÇÃO DO INVESTIMENTO DIRETO E INDIRETO, POR NUTS III – 2018 A 2022 .....	27
TABELA 30 – EVOLUÇÃO DO SERVIÇO DE DÍVIDA, POR NATUREZA ECONÓMICA – 2018 A 2022 .....	28
TABELA 31 – EVOLUÇÃO DO SERVIÇO DE DÍVIDA, POR NUTS III – 2018 A 2022 .....	29
TABELA 32 – COMPOSIÇÃO DA DESPESA MUNICIPAL, POR NUTS III – 2022 .....	30
TABELA 33 – ESTRUTURA DA DESPESA MUNICIPAL, POR NUTS III – 2022 .....	31
TABELA 34 – DESPESA MUNICIPAL POR GRANDES AGREGADOS – 2022 .....	32
TABELA 35 – DESPESA COM O PESSOAL, POR NUTS III – 2022 .....	33
TABELA 36 – DESPESA COM A AQUISIÇÃO DE BENS E SERVIÇOS, POR NUTS III – 2022 .....	34
TABELA 37 – ESTRUTURA DAS TRANSFERÊNCIAS CORRENTES E SUBSÍDIOS, POR NUTS III – 2022 .....	35
TABELA 38 – ESTRUTURA DO INVESTIMENTO DIRETO E INDIRETO, POR NUTS III – 2022 .....	36
TABELA 39 – ESTRUTURA DO SERVIÇO DE DÍVIDA, POR NUTS III – 2022 .....	37

GRÁFICO 27 – EVOLUÇÃO DA DESPESA MUNICIPAL POR GRUPO DE DESPESA – 2018 A 2022 .....	23
GRÁFICO 28 – EVOLUÇÃO DA DESPESA COM O PESSOAL – 2018 A 2022 .....	24
GRÁFICO 29 – EVOLUÇÃO DO PESO DA DESPESA COM O PESSOAL, POR NUTS III – 2018 A 2022 .....	24
GRÁFICO 30 – EVOLUÇÃO DA DESPESA COM A AQUISIÇÃO DE BENS E SERVIÇOS CORRENTES – 2018 A 2022 .....	25
GRÁFICO 31 – EVOLUÇÃO DO PESO DA DESPESA COM A AQUISIÇÃO DE BENS E SERVIÇOS CORRENTES, POR NUTS III – 2018 A 2022 .....	25
GRÁFICO 32 – EVOLUÇÃO DAS TRANSFERÊNCIAS CORRENTES E SUBSÍDIOS – 2018 A 2022 .....	26
GRÁFICO 33 – EVOLUÇÃO DAS TRANSFERÊNCIAS CORRENTES E SUBSÍDIOS – 2018 A 2022 .....	26
GRÁFICO 34 – EVOLUÇÃO DO PESO DA DESPESA COM TRANSFERÊNCIAS CORRENTES E SUBSÍDIOS, POR NUTS III – 2018 A 2022 .....	26
GRÁFICO 35 – EVOLUÇÃO DO INVESTIMENTO DIRETO E INDIRETO – 2018 A 2022 .....	27
GRÁFICO 36 – EVOLUÇÃO DO INVESTIMENTO DIRETO E INDIRETO – 2018 A 2022 .....	27
GRÁFICO 37 – EVOLUÇÃO DO PESO DA DESPESA COM INVESTIMENTO DIRETO E INDIRETO, POR NUTS III – 2018 A 2022 .....	27
GRÁFICO 38 – EVOLUÇÃO DO SERVIÇO DE DÍVIDA – 2018 A 2022 .....	28
GRÁFICO 39 – EVOLUÇÃO DOS PRINCIPAIS AGREGADOS SERVIÇO DE DÍVIDA, POR NATUREZA ECONÓMICA – 2018 A 2022 .....	28
GRÁFICO 40 – EVOLUÇÃO DA ESTRUTURA DE SERVIÇO DE DÍVIDA – 2018 E 2022 .....	29
GRÁFICO 41 – EVOLUÇÃO DO PESO DA DESPESA COM O SERVIÇO DE DÍVIDA, POR NUTS III – 2018 A 2022 .....	29
GRÁFICO 42 – DESPESA TOTAL DOS MUNICÍPIOS DA RLV, POR NUTS III – 2022 .....	30
GRÁFICO 43 – COMPOSIÇÃO DA DESPESA MUNICIPAL – 2022 .....	31
GRÁFICO 44 – ESTRUTURA DA DESPESA MUNICIPAL, POR NUTS III – 2022 .....	31
GRÁFICO 45 – DESPESA MUNICIPAL POR GRANDES AGREGADOS – 2022 .....	32
GRÁFICO 46 – ESTRUTURA DA DESPESA COM O PESSOAL, RLV – 2022 .....	33
GRÁFICO 47 – ESTRUTURA DA DESPESA COM O PESSOAL, POR NUTS III – 2022 .....	33
GRÁFICO 48 – ESTRUTURA DA DESPESA COM A AQUISIÇÃO DE BENS E SERVIÇOS, RLV – 2022 .....	34
GRÁFICO 49 – ESTRUTURA DA DESPESA COM A AQUISIÇÃO DE BENS E SERVIÇOS, POR NUTS III – 2022 .....	34
GRÁFICO 50 – ESTRUTURA DA DESPESA COM TRANSFERÊNCIAS CORRENTES E SUBSÍDIOS, RLV – 2022 .....	35
GRÁFICO 51 – ESTRUTURA DAS TRANSFERÊNCIAS CORRENTES E SUBSÍDIOS, POR NUTS III – 2022 .....	35

GRÁFICO 52 – ESTRUTURA DA DESPESA EM INVESTIMENTO DIRETO E INDIRETO, RLVT – 2022.....36  
GRÁFICO 53 – ESTRUTURA DO INVESTIMENTO DIRETO E INDIRETO, POR NUTS III – 2022 .....36  
GRÁFICO 54 – ESTRUTURA DA DESPESA COM O SERVIÇO DE DÍVIDA, RLVT – 2022 .....37  
GRÁFICO 55 – ESTRUTURA DO SERVIÇO DE DÍVIDA, POR NUTS III – 2022.....37  
GRÁFICO 56 – RECEITAS MUNICIPAIS – 2018 E 2022.....38  
GRÁFICO 57 – DESPESAS MUNICIPAIS – 2018 E 2022.....39  
GRÁFICO 58 – EVOLUÇÃO DO ÍNDICE DE INDEPENDÊNCIA FINANCEIRA – 2018 A 2022 .....40  
GRÁFICO 59 – EVOLUÇÃO DO ÍNDICE DE INDEPENDÊNCIA FINANCEIRA, POR NUTS III – 2018 A 2022.....40  
GRÁFICO 60 – EVOLUÇÃO DO EXCEDENTE DA POUPANÇA CORRENTE – 2018 A 2022 .....41  
GRÁFICO 61 – EVOLUÇÃO DA % DE EXCEDENTE DAS RECEITAS CORRENTES SOBRE AS DESPESAS CORRENTES, POR NUTS III –  
2018 A 2022 .....41

